

Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy

**O ANTIFETICHISMO
INSTITUCIONAL EM LIMA
BARRETO**

1ª edição

Brasília
2013

Copyright © 2013 edição do autor

1ª edição, maio de 2013

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes.

O Antifetichismo Institucional em Lima Barreto / Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy. Brasília: edição do autor, 2013

ISBN 978-85-915522-1-2

1. Direito Público. — Brasil I. Título

CDU-342

Todos os direitos reservados ao autor. É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem prévia autorização do autor (Lei nº 9.610, de 19.02.98, DOU 20.02.98)



Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy

Livre-docente em Teoria Geral do Estado pela Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo- USP.

Doutor e Mestre em Filosofia do Direito e do Estado pela Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP.

“Eu não me canso de protestar”. Lima Barreto, *Padres e Frades*, 23 de março de 1918.

“Os nossos milionários e políticos não pagam os impostos e, muitas vezes, os criados, quando os alugam, se não mandam buscá-los na polícia militar e na guarda civil; entretanto, há uma porção de leis, de fiscais, etc. etc. Ora, a lei! Que burla! Que trabuco para saquear os fracos e os ingênuos ...” Lima Barreto, *O Cemitério dos Vivos*, p. 85.

“[...] é bem sabido que os especialistas, sobretudo de países satélites, como o nosso, são meros repetidores de asserções das notabilidades e europeias, dispensando-se do dever mental de examinar a certeza de suas teorias, princípios, etc, mesmo quando versam sobre fatos ou fenômenos que os cercam aqui dia e noite, fazendo falta, por completo, aos seus colegas da estranja. Abdicam do direito de crítica, de exame, de livre-exame; e é como se voltássemos ao regime de autoridade”. Lima Barreto, *O Cemitério dos Vivos*, p. 138.

“[...] Uma vez ainda declaro que, fazendo literatura, não espero fortuna, nem empregos; e não se incomodem com o meu esbodegado vestuário, porque ele é a minha elegância e a minha pose” Lima Barreto, *Bagatelas*, p. 138.

“A Academia é perfeitamente o cemitério das letras e dos literatos. Os que lá estão, não passam de cadáveres bem embalsamados, e muito melhor os mais moços, devido ao aperfeiçoamento atual do processo. O progresso é uma grande cousa”. Lima Barreto, *Bagatelas*, p. 215.

“[...] tão procurados são os ‘apelidos’ pelos advogados e políticos que nós, unicamente, com a sua leitura, podemos aprender direito público, civil, internacional, comercial, penal, finanças, malandragens bancárias, traficâncias, industriais e negociatas ministeriais. É só lê-los com cuidado”. Lima Barreto, *Bagatelas*, p. 230.

“E desse modo ele ia levando a vida, metade na repartição, sem ser compreendido, e a outra metade em casa, também sem ser compreendido”. Lima Barreto, *O Triste Fim do Policarpo Quaresma*, pp. 34-35.

SUMÁRIO

Introdução	6
1 Trajetória, tragédia e melancolia em Lima Barreto	11
2 O Policarpo Quaresma e o problema do ufanismo	27
3 As <i>Crônicas</i> como críticas aos arranjos institucionais.....	38
4 A ironia dos Bruzundangas e o parentesco com Montesquieu e Swift	46
5 A questão da verdade no Homem que sabia Javanês	73
6 Lima Barreto e a justificação de imaginário discurso ambientalista	86
Conclusões	91
Bibliografia	92

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo explorar o desprezo e as críticas que o escritor Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) tinha para com as instituições políticas e sociais de seu tempo. A esse desprezo o estudo nomina de antifetichismo institucional. Lima Barreto hostilizou abertamente as instituições de seu tempo; niilista na política, cético quanto à natureza humana, debochado para com as formalidades e para com a burocracia.

Cuida-se de trabalho desenvolvido em programa de pós-doutoramento em Teoria Literária junto ao Programa de Pós-Graduação em Literatura da Faculdade de Letras da Universidade de Brasília, conduzido sob a orientação do Professor Doutor Ricardo Araújo.

Esse antifetichismo institucional que marcou o pensamento e a ação de Lima Barreto é facilmente captado no ceticismo que o autor do Triste Fim de Policarpo Quaresma tinha para com as instituições jurídicas. Nesse contexto, o trabalho revela, entre outros, um esforço de aproximação entre a Literatura e o Direito, entre arte e arranjos institucionais.

Estudos de Literatura e Direito ainda são incipientes no Brasil. Forte tradição positivista, analítica e tecnicista tem sistematicamente abominado o vínculo de núcleos pretensamente jurídicos com demais campos epistêmicos. Em desfavor dessa tendência desdobram-se hoje grupos que se interessam em investigar o direito na literatura ou a literatura no direito.

O estudo do direito na literatura mostra-se marcado por formulações pragmáticas. Justifica-se por percepções que dão conta de que o profissional do direito colheria na literatura manancial de exemplos, indicações de efeito retórico, tinturas de cultura, demãos de generalidade sistêmica. O jurista conhecedor da literatura seria íntimo com os problemas da alma humana; na linha da advertência de Terêncio, o romano que afirmava que tudo que fosse humano não lhe seria estranho.

É o caso do advogado do júri, pretensiosamente rico em exemplos tomados da literatura, que busca efeito retórico, pedagógico, e que simula cultura que impressiona, que seduz, e que comprova trajetória humanística. A prática infelizmente nos indica o abuso, o histriônico, o risível, e a própria literatura nacional flagra essas instâncias, de modo mordaz.

Textos literários, nos vários gêneros, da prosa à poesia, indicariam circunstâncias de referência ética. Algumas passagens da literatura universal seriam apanhadas a laço e identificam justiça vendida, comprometida, instrumento de poderosos. Desfilam então Morus, Erasmo, Rabelais, Shakespeare tantos outros.

Canonizam-se passagens de forma recorrente. Camus seria autor indispensável; O Estrangeiro potencializaria reflexões em torno do direito internacional. Kafka seria lembrança imperdível; O Processo refletiria a imbecilidade da superlativização da racionalidade burocrática.

Em âmbito de literatura brasileira, mais especificamente, esse aspecto é captado em Gregório de Matos Guerra, poeta baiano do século XVII que hostilizava a barafunda da justiça colonial. É comum também em autores do século XIX.

Manuel Antonio de Almeida, e seu Memórias de um Sargento de Milícias, e Martins Pena, e o interessantíssimo Juiz de Paz na Roça, são exemplos mais contundentes. O primeiro deles moteja do meirinho, do oficial de justiça. O último faz chacota do magistrado leigo do interior, e de corrupção latente, da qual desde então se desconfiava.

A virada do século XIX para o século XX foi marcada literatura de sabor realista, e a crítica ao direito ainda persiste. O campeão é Machado de Assis. Esaú e Jacó substancializa enredo que opõe república e império, o novo e o velho, a sociedade democrática e a ordem escravocrata.

Lima Barreto, de quem o presente trabalho concretamente se ocupa, é símbolo daquele tempo. Escritor maldito, renegado pela Academia, marcado pela cor da pele e pela patologia significativa da exclusão, era alcoólatra, morreu jovem, é fonte perene de reflexões que aproximam conteúdos institucionais, jurídicos e políticos na produção literária.

A literatura no direito focalizaria aspectos discursivos na fala jurídica, em todas as suas modalidades. É o caso do estudo de relações hermenêuticas carregadas de significados e de simbolismos, que transitam da retórica clássica para estratégias de persuasão.

Ocupar-se-ia de miríade de fórmulas discursivas, a exemplo de sentenças, pareceres, petições e textos acadêmicos. Percebe-se ênfase

em problemas de língua, e conteúdo semiótico da abordagem torna-se prisioneiro de articulações analíticas que não passam da rebarbativa triangulação entre emissor, receptor e mensagem.

Estudam-se ruídos, identificam-se problemas de comunicação, afasta-se do realismo que provavelmente deveria informar a problematização do direito em país periférico, dependente, subserviente à orientação estrangeira.

Uma tentativa de apresentar um desses paradigmas, embora de modo mais discreto, é o esforço que informa o presente estudo. O objetivo do presente trabalho é captar escritor brasileiro inconformado com o mundo, do ponto de vista institucional, isto é, persegue-se cânone crítico, que se multiplica no ambiente literário, sem que necessariamente se plasme direito na literatura da forma rebarbativa como se tem trabalhado.

O que se quer, substancialmente, é amostra de direito e literatura, tomando-se aquele em seus limites institucionais. É nesse contexto que as reflexões alcançam Lima Barreto, mulato, hostilizado, perseguido, a quem as portas da fortuna foram cerradas por plêiade conservadora, que dominava a Academia Brasileira de Letras, aliás fundada por Machado de Assis, também mulato e potencialmente excluído, mas que se fez absorvido e domesticado: ostenta a posição de escritor brasileiro por excelência.

A relação entre direito e literatura sugere que se abandonem fronteiras epistêmicas clássicas. A par do direito na literatura, que consiste em se alcançar aspectos jurídicos na produção literária de ficção, pesquisa-se também a literatura no direito, isto é, pretende-se fazer teoria e crítica literárias em textos jurídicos, que variam de decisões judiciais a petições, com estações em excertos de doutrina; toca-se em material burocrático, que não despreza o conteúdo das próprias normas jurídicas.

Neste último sentido, recorre-se à antiga classificação aristotélica, referente às modalidades do discurso (tema de retórica). Ao lado de discursos deliberativos (proferidos em assembleias políticas, onde se aconselha ou desaconselha, identificando-se o útil e o nocivo) e de discursos epidícticos (centrados no ouvinte, a exemplo de orações fúnebres, instâncias de louvor ou de censura, quando se separa o nobre do vil), encontram-se também discursos judiciários (típicos dos

tribunais, acusando-se ou defendendo-se, buscando o justo e o injusto). É esta a taxonomia aristotélica.

Estes últimos, discursos judiciários, permitem que se capte a literatura no direito, menosprezando-se a estética romântica, para a qual a literatura só seria identificada na ficção.

Pode-se ver com algum ceticismo a aproximação entre direito e literatura; é que o conhecimento geral que a literatura propicia não se prestaria para solucionar questões marcadas pela lógica e pela abstração. A aproximação entre esses dois campos do saber é ambiciosa.

A literatura permite que a discussão de problemas jurídicos tome os mais inesperados caminhos. Cria-se campo interdisciplinar no qual se engendra crítica cultural muito expressiva. É mais uma tentativa de se aproximar o direito com demais núcleos de compreensão humana. Pode-se confirmar o papel transcendente da literatura nas sociedades contemporâneas.

O trabalho pretende também mediar direito e literatura, num contexto discursivo no qual se centra na figura de Lima Barreto. O que se pretende é captar universalismo de fórmulas, que transcende no tempo, e que escapa a conjunturas e a constrangimentos de delimitação de espaços acadêmicos.

Pretende-se outorgar à literatura posição exemplificativa, ensejadora de lócus distintivo de aporias e de indagações, albergue para a crítica institucional. O trabalho, pois, sintetiza o panorama institucional e literário de brasileiro hostilizado por brasileiros, porque mulato, pobre e excluído. E que não era jurista. Trata-se de Lima Barreto, um dos escritores mais polêmicos da literatura brasileira.

Com esse objetivo, aferir o antifetichismo institucional em Lima Barreto, vinculando literatura e direito, apresenta-se, em primeiro lugar, uma tentativa de síntese da trajetória do escritor aqui estudado. Trata-se, com algum pormenor, do Triste Fim de Policarpo Quaresma.

Em seguida, com bases nas crônicas por Lima Barreto redigidas pretende-se captar a angústia que o marcava. A ironia de Lima Barreto, demonstrada em Os Bruzundangas é comparada a passagens de

Montesquieu e de Swift, nas Cartas Persas e nas Viagens de Gulliver, respectivamente.

Discorre-se a propósito do problema da verdade em *O Homem que Sabia Javanês*, o que suscita um conjunto de conclusões, no sentido de que Lima Barreto convivera com a desilusão e com a perene humilhação. Na parte final, um exemplo de apropriação do discurso de Lima Barreto, a propósito de uma imaginária percepção do escritor aqui estudado, como defensor da natureza.

1 Trajetória, tragédia e melancolia em Lima Barreto

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu no Rio de Janeiro em 1881 e lá morreu em 1922, por problemas relacionados a alcoolismo crônico. Um colapso cardíaco o fulminou. Contava apenas 41 anos de idade. Seu pai faleceu dois dias depois. O pai e a mãe de Lima Barreto eram mestiços.

Entrada de seu *Diário*, datada de 1903, revela angústia com sua condição social, frustração com um curso superior não concluído, deboche de si próprio, tudo marcado pela preocupação com o alcoolismo, problema que lhe acompanhou a vida toda:

Eu sou Afonso Henriques de Lima Barreto. Tenho vinte e dois anos. Sou filho legítimo de João Henriques de Lima Barreto. Fui aluno da Escola Politécnica. No futuro, escreverei a História da Escravidão Negra no Brasil e sua influência na nossa nacionalidade. Nasci em segunda feira, 13-5-1881. O meu decálogo: 1- Não ser mais aluno da Escola Politécnica; 2- Não beber excesso de coisa alguma; 3- E [...]¹.

O escritor perdeu a mãe quando ainda era criança; orçava ele então sete anos. Seu pai era tipógrafo. Contou com a proteção de Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto. O prenome do visconde é a explicação de seu próprio.

O pai de Lima Barreto perdeu o emprego e foi trabalhar como almoxarife na Colônia dos Alienados, na Ilha do Governador, onde Lima Barreto morou. O escritor conseguiu terminar os cursos primário e secundário.

É no mesmo *Diário* que registrou a infelicidade familiar, em entrada de janeiro de 1904:

Dolorosa vida a minha! Empreguei-me e há três meses que vou exercendo as minhas funções. A minha casa ainda é aquela dolorosa geena pra minha alma. É um mosaico tétrico de dor e de tolice. Meu pai, ambulante, leva a vida imerso na insânia. Meu irmão, C ..., furta livros e pequenos objetos para vender. Oh! Meu Deus! Que fatal

1 Lima Barreto, *Diário Íntimo*, p. 33.

inclinação a desse menino! Como me tem sido difícil reprimir a explosão. Seja tudo o que Deus quiser!².

Matriculou-se na Escola Politécnica, porém não logrou terminar o curso, circunstância que evidenciou fonte perene de frustrações. Lima Barreto conseguiu emprego de amanuense no Ministério da Guerra. Concomitantemente, Lima Barreto colaborou intensamente na imprensa carioca. A vida burocrática, porém, qualificou uma espécie de morte, que morria todos os dias:

Embora ainda não esteja aposentado de todo, já me julgo completamente desligado do emprego público que exerci, na Secretaria da Guerra, durante quinze anos. A vida de cada um de nós, que é feita e guiada mais pelos outros do que por nós mesmos, mais pelos acontecimentos fortuitos do que por qualquer plano traçado de antemão, arrasta-nos, às vezes, nos seus pontapés e repêlões, até onde nunca julgaríamos chegar. Jamais imaginei, em dia algum de minha vida, ter de ir parar naquele casarão do Campo de Sant'Ana e testemunhar as sábias e pressurosas medidas que os presidentes da República e os seus ministros da Guerra põem em prática para a eficaz defesa armada do Brasil. Mas, sucessivos imprevistos da minha vida com dolorosas desgraças domésticas, num instante de necessidade e angústia, levaram-me até ali, fizeram-me ver bem profundamente, de excelente lugar na plateia, uma das partes mais curiosas da administração republicana. Não me despedi ainda do lugar, mas, de qualquer modo, hei de fazê-lo; e, quando de todo o fizer, penso bem que o farei sem saudades [...] Neste como naquele, nesta ou naquela profissão, tenham-se as melhores ou piores aptidões, o que se nos pede nessa sociedade burguesa e burocrática, é muita abdição de nós mesmos, é um apagamento de nossa individualidade particular, é um enriquecimento de ideias e sentimentos comuns e vulgares, é um falso respeito pelos chamados superiores e uma ausência de escrúpulos próprios, de modo a fazer os tímidos e delicados de consciência não suportar sem os mais atrozes sofrimentos morais a dura obrigação de viver, respirar a atmosfera deletéria de covardia moral, de panurgismo, de bajulação, de pusilanimidade, de falsidade, que é a que envolve este ou aquele grupo social e traz o sossego dos seus fariseus e saduceus, um sossego de morte de consciência³.

A infelicidade parecia ser uma constante. É o que se colhe em outra entrada em seu *Diário*, datada de 6 de novembro de 1904:

2 Lima Barreto, cit., p. 41.

3 Lima Barreto, Bagatelas, pp. 178-179.

Hoje [...] fui à ilha pagar dívidas de papai; paguei-as uma a uma; entretanto, na volta, estava triste; na estação [...] ao embarcar, me invadiu tão grande melancolia, que resolvi descer à cidade. Que seria? Foi o vinho? Sim, porque tenho observado que o vinho em pequenas doses causa-me melancolia; mas não era o sentimento; era outro, um vazio na alma, um travo amargo na boca, um escárnio interior. Que seria? Entretanto, eu o quero atribuir ao seguinte: Na estação, passeava como que me desafiando, o C. J. [...] com a esposa ao lado. O idiota tocou-me na tecla sensível, não há negá-lo. Ele dizia com certeza: Vê, ‘seu’ negro, você pode me vencer nos concursos, mas nas mulheres, não. Poderás arranjar uma, mesmo branca como a minha, mas não desse talhe aristocrático. Suportei o desafio e mirei-lhe a mulher de alto a baixo e, dentro de alguns anos, espero encontrar-me com ela em alguma casa de alugar cômodos por hora⁴.

Lima Barreto criticava recorrentemente o bacharelismo, a exemplo da passagem que segue:

Apelo para todos aqueles que não têm a superstição da lei, dos códigos, dos praxistas, dos acórdãos, dos arrestos [...], do Lobão, das Ordenações e outros alfarrábios caducos: e quanto aos doutores do Direito que estão envenenados, intoxicados até à medula, com tudo o que decorre do sinistro e cruel direito romano, codificado, em grande parte, por um tirano [...] e pela prostituta de sua mulher [...]⁵.

O Direito, em especial, era alvo de sua ira:

A República admite a máxima liberdade de pensamento; e, desde que o anarquista seja pegado jogando bombas, dando tiros de revólver, perturbando a ordem, cai no domínio do Código Penal, já não é o anarquista que a polícia tem nas mãos, com o qual ela nada tem a ver; é o malfeitor, o desordeiro, o sedicioso, para quem, neste país com tantas faculdades de Direito e tantos juriconsultos à matroca, as leis devem cominar penalidades, à vista das provas do crime e depois de julgamento regular⁶.

Ou ainda, no contexto da ironia que segue:

As nossas leis são tão claras, dizem tão bem o que elas querem, que, em geral, precisam de comentadores sábios e autorizados, para explicá-las melhor, embora ninguém possa alegar ignorância da lei em sua defesa⁷.

4 Lima Barreto, *Diário Íntimo*, p. 46.

5 Lima Barreto, *Bagatelas*, p. 95.

6 Lima Barreto, cit., p. 114.

7 Lima Barreto, cit., p. 139.

Lima Barreto participava de inúmeros tribunais do júri como jurado, experiência que autorizava a opinar, como o fez, favoravelmente a este modelo de julgamento:

“Antes de tudo, declaro que não tenho sobre o júri a opinião dos jornalistas honestíssimos, nem tampouco a dos bacharéis pedantes. Sou de opinião que a instituição deve ser mantida, ou, por outra, voltar ao que foi. A lei, pela sua generalidade mesmo, não pode prever tais ou quais casos, os aspectos particulares de tais ou quais crimes; e só um tribunal como o júri, sem peias de praxistas, de autoridades jurídicas, de arrestos, de comentadores trapalhões, etc., pode julgar com o critério muito racional e concreto da vida que nós vivemos todos os dias, desprezando o rigor abstrato da lei e os preconceitos dos juristas. A massa dos jurados é de uma mediocridade intelectual pasmosa, mas isto não depõe contra o júri, pois nós sabemos de que força mental são a maioria de nossos juizes togados. A burrice nacional, sobretudo no seu quinhão parlamentar, julga que deviam ser os ‘formados’ a compor unicamente o júri. Há nisto somente burrice, e às toneladas! Nas muitas vezes em que servi no tribunal popular, tive como companheiros de conselho ‘doutores’ de todos os matizes. Com raras exceções, todos eles eram excepcionalmente idiotas e os mais perfeitos eram os formados em direito”⁸

Por outro lado, repudiava críticos literários que destrutivamente injuriavam os autores. É o que se lê em outra entrada de seu *Diário*:

Um escritor, um literato, apresenta ao público, ou dá publicidade a uma obra; até que ponto um crítico tem o direito de, a pretexto de crítica, injuriá-lo? Um crítico não tem absolutamente direito de injuriar um escritor a quem julgar. Não se pode compreender no nosso tempo, em que as coisas do pensamento são mostradas como as mais meritórias, que um cidadão mereça injúrias, só porque publicou um livro. Seja o livro bom ou mau. Os maus livros fazem os bons, e um crítico sagaz não deve ignorar tão fecundo princípio. Ao olhar do sábio, o vício e a virtude são uma mesma coisa, e ambos necessários à harmonia final da vida; ao olhar do crítico filósofo, os bons e maus livros se completam e são indispensáveis à formação de uma literatura. Se o crítico tem razões particulares para não gostar do autor, cabe-lhe unicamente o direito de fazer, com a máxima serenidade, sob o ponto de vista literário, a crítica do livro⁹.

Com identificações com os demais escritores do realismo tardio ou do pré-modernismo, Lima Barreto publicou romances que não passaram

8 Lima Barreto, cit., p. 169.

9 Lima Barreto, *Diário Íntimo*, pp. 56-57.

despercebidos. Lima Barreto foi escritor marginal, crítico, refratário a qualquer forma de cooptação com as instituições dominantes.

Desprezou o direito, a academia de letras, o convencionalismo, a burocracia. Símbolo do marginal, no sentido não negativo que a expressão enceta, Lima Barreto viveu sua curta vida entre tarefas burocráticas, preocupações com o pai, redação de jornais, sofrendo o preconceito de sociedade que tentava se libertar da mácula da escravidão.

Contestava nossa recorrente imitação do que vinha de fora, o que impedia que pensássemos por nós mesmos:

O Brasil é feito para desanimar; e não serei capaz de negar que haja entre os homens os que têm estudado o problema das secas, capacidades respeitáveis. Mas a doutoromania que, em última análise, desanda num pedantismo livresco, impede os nossos técnicos de observar diretamente o fenômeno e, consequentemente de descobrir um adequado e próprio remédio. Sabem o que em matéria de irrigação, barragem, açudagem, fizeram os árabes, na Espanha, os ingleses, no Egito, os franceses, na Tunísia, os americanos, no Colorado [...] e com autores e relatórios estrangeiros fazem os nossos sábios bilharetes; mas, é o caso de perguntar, alguns deles observou as condições da nossa zona de secas e o porquê das diferenças entre ela e aqueles países? A nossa ciência é, assim, uma espécie de escolástica, em que a dialética é tudo. O brasileiro é um tipo que não pode se afastar do modelo. Em todas as suas manifestações tem de copiar. Vê-se nas suas conversas sobre qualquer assunto de inteligência como é feita a sua crítica, tendo sempre presente a autoridade: fulano, dizem uns, errou porque Haldane ensina assim; o livro de beltrano é defeituoso, pois Anatole France nunca arquitetou um romance dessa maneira¹⁰.

Nesse sentido, Lima Barreto ainda é voz corrente, e de certa forma atualíssima, de crítica ao modelo social, matizando antifetichismo institucional que plasma leituras mais ácidas do entorno no qual vivemos.

Lima Barreto não se conformava com a burocracia e com o lugar comum, como se revela no excerto que segue, o escritor aqui estudado avaliava o tempo no qual vivia:

É a época dos registros e dos tabeliães, mas é o tempo das maiores falsificações; é a época dos códigos, sendo também o tempo das

10 Lima Barreto, *Bagatelas*, p. 298.

mais vastas ladroeiras; é a época das polícias aperfeiçoadas, apesar de que é o tempo dos crimes monstruosos e impunes; é o tempo dos fiadores, endossantes, etc., verificando-se nele os maiores ‘calotes’; é a época dos diplomas e das cartas, entretanto, sobretudo, entre nós – é o tempo da mediocridade triunfante, da ignorância arrogante, escondida atrás de diplomas de saber; etc. etc. Quem fez nas primeiras idades uma representação da vida cheia de justiça, de respeito religioso pelos direitos dos outros, de deveres morais, de supremacia do saber, de independência de pensar e agir – tudo isto de acordo com as lições dos mestres e dos livros; e choca-se com a brutalidade de nosso viver atual, não pode deixar de sofrer até o mais profundo do seu ser e ficar abalado com esse choque para toda a vida, desconjuntado, desarticulado, vivendo aos trambolhões, sem norte, sem rumo e sem esperança¹¹.

Lima Barreto sofreu a questão racial no contexto e nos limites da negação da cidadania democrática¹². Viveu isolado; *os diversos tipos de discriminação social induzem suas vítimas ao isolamento*¹³. Lima Barreto condenava o passado e o apego com as coisas e valores antigos:

Repito: não gosto do passado. Não é pelo passado em si; é pelo veneno que ele deposita em forma de preconceito, de regras, de prejulgamentos nos nossos sentimentos. Ainda são a crueldade e o autoritarismo romanos que ditam inconscientemente as nossas leis; ainda é a imbecil honra dos bandidos feudais, barões, duques, marqueses, que determina nossa taxinomia social, as nossas relações de família e de sexo para sexo; ainda são as coisas de fazenda, com senzalas, sinhás moças e mucamas, que regulam as ideias de nossa diplomacia; ainda é, portanto, o passado, daqui, dali, dacolá, que governa, não direi as ideias, mas nossos sentimentos. É por isso que eu não gosto do passado; mas isso é pessoal, individual. Quando, entretanto, eu me faço cidadão da minha cidade, não posso deixar de querer de pé os atestados de sua vida anterior, as suas igrejas feias e os seus conventos hediondos¹⁴.

É a própria contradição de Lima Barreto, talentoso, porém excluído de círculos que se diziam progressistas. Lima Barreto não conseguiu o reconhecimento da opinião literária, do cânone oficial.

11 Lima Barreto, *Bagatelas*, p. 178.

12 Cf. Carlos Henrique Gileno, *Lima Barreto e a Condição do Negro e do Mulato na Primeira República (1889-1939)*, São Paulo: Annablume, 2010.

13 Luiz Silva Cuti, *Lima Barreto*, Coleção Retratos do Brasil Negro, São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 63.

14 Lima Barreto, *Bagatelas*, pp. 85-86.

A Academia Brasileira de Letras lhe fechava as portas, de modo sutil, porém implacável. Lima Barreto parecia marcado para perder.

A morte da mãe, enquanto ele ainda era criança, a enfermidade mental do pai, também precoce, jogavam o mestiço num mundo hostil de brancos, que sonhavam com a Europa, que escreviam em métrica clássica, que se ocupavam com vasos gregos, com o teatro francês, com os mexericos das galerias de Paris, com a moda de Londres.

Contra uma sociedade de bacharéis e de falsos doutores Lima Barreto defendeu-se com a ironia e língua afiada. Mas não resistiu muito não. Morreu jovem, sob o peso de dipsomania incontrolável.

Tragédias marcaram sua trajetória. O pai de Lima Barreto fora declarado incapaz de continuar no serviço público, em exame médico feito em 1902. Parece que João Henriques (pai do escritor) tinha visões e, segundo biógrafo de Lima Barreto:

[...] era sempre a polícia que lhe vinha ao encalço, para prendê-lo ou matar [...] eram os inimigos invisíveis que não se cansavam de persegui-lo [...] deixava-se ficar, depois, em profunda prostração, tal o Major Quaresma, completamente indiferente a tudo que o cercava, vivendo no estranho mundo criado pela sua imaginação [...] por conseguinte não era possível contemporizar [...] tinha que ser aposentado o quanto antes.¹⁵

Lima Barreto parece ter sido funcionário público que não criava problemas, acomodado na vida burocrática, adocicado pela rotina. Redigia e copiava avisos e portarias ministeriais¹⁶. O funcionário introvertido era, no entanto, o escritor virulento.

Ao aparente equilíbrio no cotidiano alteraram-se episódios de descontrole mental, o primeiro deles em 1914, e outro mais agudo em 1919. É biógrafo de Lima Barreto quem relatou que

em fins de 1919, repetir-se-ia o mesmo trágico episódio de 1914. Pela segunda vez, Lima Barreto seria conduzido num carro forte da polícia para o Hospício, durante uma nova crise de loucura.

15 Francisco de Assis Barbosa, *A Vida de Lima Barreto*, p. 97.

16 Francisco de Assis Barbosa, cit., p. 103.

Passara toda uma noite, precisamente a noite de Natal, errando pelos subúrbios, em pleno delírio.¹⁷

As internações foram traumáticas. Parece que

[...] o Hospício não foi, nem poderia ter sido, para Lima Barreto, um hotel de estação de águas. Pelo contrário. O escritor guardaria sempre a dolorosa sensação de rebaixamento moral dessas sucessivas internações. A grande amargura, que ensombrou toda a sua vida, desde os primeiros anos da juventude – a doença paterna – juntaria agora mais essa carga de ressentimento¹⁸

O nosocômio era um *cemitério de vivos*, na percepção do escritor, que também colhia amarguras, porquanto rejeitado, ao que consta, pelos escritores de sucesso. Lima Barreto não privava com os intelectuais que dominavam o cenário cultural de seu tempo. Os círculos literários do Rio de Janeiro no início do século XX eram muito restritos.

É historiador insuspeito da literatura brasileira quem dimensiona Lima Barreto:

O romancista carioca, apesar de seu desleixo, de suas insuficiências de criador, do abuso do traço caricatural, apresentou galeria numerosa, viva, colorida. As figuras de sua ficção foram recrutadas, na maior parte, seja na classe média, seja entre os trabalhadores. São figuras populares, que caracterizam o aspecto urbano, em que a marca local é acentuada. É uma pequena humanidade, humilde, sentimental, obscura, que povoa os subúrbios e lhes dá fisionomia. Na transposição dessa gente é que Lima Barreto realizou o melhor, nisso é que se sentiu à vontade.¹⁹

Porque mestiço, Lima Barreto sofria dos senões que obstaculizavam tentativas de inserção social que nunca ocorria. Concessões eventuais havia, e se localizam apenas no plano retórico, a propósito de ideia dominante na Faculdade de Direito do Recife, que evidenciava o mestiço como *a nação em formação*²⁰.

17 Francisco de Assis Barbosa, cit., p. 237.

18 Francisco de Assis Barbosa, cit., p. 242.

19 Nelson Werneck Sodré, *História da Literatura Brasileira*, p. 505.HisH

20 Lilia Moritz Schwarcz, *O Espetáculo das Raças*, p. 143.

Vivia-se o apogeu do bacharelismo brasileiro, entorpecido no *enciclopedismo francês*²¹, refratário a tudo que não fosse estrangeiro, avançado e *moderno*, um certo *segundo oitocentismo*²², modelo que Lima Barreto denunciou, eixo temático de seu antifetichismo institucional, como logo em seguida será indicado.

O bacharelismo liberal nacional seguia tradição coimbrã²³; moldava-se nas faculdades de direito, que de Olinda e de Recife propagavam-se pelas demais cidades, especialmente desdobrando-se de liberdade de ensino que vicejava na primeira república²⁴. Concomitantemente desenvolviam-se classes médias urbanas²⁵.

Lima Barreto correspondeu-se com Monteiro Lobato, entre 1918 a 1922. Há dúvidas se os dois algum dia se encontraram. Já se cogitou que Lobato localizara Lima Barreto no Rio de Janeiro. Lima Barreto, no entanto, cogita-se, estava tão absolutamente alcoolizado, que Lobato *não tivera ânimo para se apresentar àquele que considerava o maior de todos os romancistas brasileiros*²⁶.

Ainda que protagonistas de trajetórias absolutamente distintas, Lima Barreto e Monteiro Lobato mostravam-se convergentes em muitas ideias, a exemplo do desprezo pelo bacharelismo.

Lima Barreto escrevera que Rui Barbosa tinha voz imperceptível, e que era *citações, citações...*²⁷. Outro bacharel livresco, James Darcy, que foi Consultor-Geral da República, era tido como “*melifluo, longas*

21 Alberto Venâncio Filho, *Das Arcadas ao Bacharelismo*, p. 273.

22 Cf. José Guilherme Merquior, *De Anchieta a Euclides, Breve História da Literatura Brasileira*, p. 101 e ss.

23 Cf. Sérgio Adorno, *Os Aprendizagens do Poder*, p. 95. Exemplifica-se com as disciplinas estudadas no curso de Direito, a saber: Direito Natural, Direito Público, Análise da Constituição do Império, Direito das Gentes e Diplomacia, Direito Pátrio Civil, Direito Público Eclesiástico, Teoria do Processo Criminal, Direito Mercantil e Marítimo, Teoria e Prática do Processo e Economia Política.

24 Cf. Aurélio Wander Bastos, *O Ensino Jurídico no Brasil*, p. 145 e ss.

25 Cf. Boris Fausto (dir.), *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, vol. 9, p. 13 e ss.

26 Correspondência de Lima Barreto, organizada por Francisco de Assis Barbosa, 2º tomo, p. 47.

27 Lima Barreto, *Diário Íntimo*, p. 123.

melenas oleadas, na voz ‘tremolos’ acompanhados de outros ‘tremolos’ na mão, que se alça devagar²⁸”.

Nossa experiência republicana era marcada pelo predomínio das elites ligadas à exportação do café, estabelecidas nos estados de São Paulo e de Minas Gerais. Presidentes indicados por estes dois estados da federação revezavam-se no poder. Sufocavam-se manifestações de protesto.

Perseguiam-se anarquistas, principalmente italianos, que agitavam São Paulo, que já se destacava como centro urbano. Lima Barreto vivia no Rio de Janeiro, então capital do país, e de lá bombardeou as instituições nacionais. E Lima Barreto simpatizava com os anarquistas.

Lima Barreto era crítico para com o modelo político de seu tempo:

“Estes trinta anos de República tem mostrado, mais do que o passado regime, além das incapacidade dos dirigentes para guiar a massa da população na direção de um relativo bem-estar, a sua profunda desonestidade, os baixos ideais de sua política que, em presença de propinas e gorjetas, lucros ou quais seja em moeda, não trepidam em lançar na miséria, na mendicância, no alcouce, na taverna ou seus patricios, mesmo atirá-los à aventura de uma guerra, quando o pourboire, estrangeiro em geral, é de encher os olhos. A todas as reclamações, a todas as críticas, eles só sabem responder com o Santo Ofício policial que arvoraram em Academia, Sinodo, Concílio, para julgar e condenar esta ou aquela teoria política que qualquer precisa expor e não lhes agrade²⁹”.

Em livro de sátira, *Os Bruzundangas*, Lima Barreto aproximou-se das técnicas de Swift, assim que será mais tarde retomado no presente trabalho. Trata-se de país imaginário, no qual se encontram todos os problemas brasileiros que atormentavam nosso escritor.

O texto passa ironicamente por problemas de ensino, de diplomacia, de serviço público, bem como apresenta galerias de tipos, que são bem reais, a exemplo de *Pancome*, que é retrato muito fiel do Barão do Rio Branco, ícone do serviço diplomático brasileiro³⁰. Lima

28 Lima Barreto, cit., loc. cit.

29 Lima Barreto, cit., p. 294.

30 Lima Barreto, *Os Bruzundangas*, p. 115 e ss.

Barreto implicava com o Barão, a quem acusava de usar o serviço público para agenda pessoal; típico caso de patrimonialismo, na concepção de Raymundo Faoro.

Nos *Bruzundangas* há expressivo excerto relativo à *constituição política* desse país imaginário; segundo Lima Barreto, a preocupação que emulava os constituintes consistia em se saber a constituição de qual país iriam imitar...³¹

A imagem é de veracidade impressionante, e bem identifica país periférico, como o Brasil, que vive embaçado cotejando constituições de outros países, fomentando transposições normativas, que redundam em aporias da vida administrativa cotidiana, a exemplo da medida provisória que emprestamos da Itália, do controle concentrado de constitucionalidade que copiamos da Alemanha e do *amicus curiae* que pretendemos colar dos Estados Unidos.

Em manuscrito datado de 4 de janeiro de 1920 Lima Barreto começou a registrar na colônia dos alienados, para onde o alcoolismo o levava:

Estou no hospício ou, melhor, em várias dependências dele, desde o dia 25 do mês passado. Estive no pavilhão de observações, que é a pior etapa de quem, como eu, entra aqui pelas mãos da polícia. Tiramos a roupa que trazemos e dão-nos uma outra, só capaz de cobrir a nudez, e nem chinelos ou tamancos nos dão. Da outra vez que lá estive me deram essa peça do vestuário que me é hoje indispensável. Desta vez, não. O enfermeiro antigo era humano e bom; o atual é um português (o outro o era) arrogante, com uma fisionomia bragantina e presumida. Deram-me uma caneca de mate e, logo em seguida, ainda dia claro, atiraram-me sobre um colchão de capim com uma manta pobre, muito conhecida de toda a nossa pobreza e miséria. Não me incomodo muito com o hospício, mas o que me aborrece é essa intromissão da polícia em minha vida. De mim para mim, tenho certeza de que não sou louco; mas devido ao álcool, misturado com toda espécie de apreensões que as dificuldades de minha vida material há seis anos me assoberbam, de quando em quando dou sinais de loucura: delírio³².

O local no qual estava era assustador:

³¹ Lima Barreto, cit., p. 67.

³² Lima Barreto, *O Cemitério dos Vivos*, p. 21.

O mobiliário, o vestuário das camas, as camas, tudo é de uma pobreza sem par. Sem fazer monopólio, os loucos são da proveniência mais diversa, originando-se em geral das camadas mais pobres da nossa gente pobre. São de imigrantes italianos, portugueses e outros mais exóticos, são os negros, roceiros, que teimam em dormir pelos desvãos das janelas sobre uma esteira esmolambada e uma manta sórdida; são copeiros, cocheiros, moços de cavalaria, trabalhadores braçais. No meio disto, muitos com educação, mas que a falta de recursos e proteção atira naquela geena social³³.

As lembranças do pai, também internado, o atormentavam, tanto quanto o reconhecimento que a bebida o destruíra:

Se foi o choque moral da loucura progressiva de meu pai, do sentimento de não poder ter a liberdade de realizar o ideal que tinha na vida, que me levou a ela [à bebida], só um outro bem forte, mas agradável, que abrisse outras perspectivas na vida, talvez me tirasse dessa imunda bebida que, além de me fazer porco, me faz burro³⁴.

E continuava, lamentando, a sorte, o pai, e o alcoolismo que o consumia:

Avinhava a morte de meu pai e eu sem dinheiro para enterrá-lo; previa moléstias com tratamento caro e eu sem recursos; amedrontava-me com uma demissão e eu sem fortes conhecimentos que me arranjassem colocação condigna com a minha instrução; e eu me aborrecia e procurava distrair-me, fica na cidade, avançar pela noite adentro; e assim conheci o chopp, o wishky, as noitadas, amanhecendo na casa deste ou daquele³⁵.

E ainda sobre a bebida, o relato que segue é dramático:

Outras coisas me aconteceram, mas são banais a todos os bebedores. Dormi em capinzais, fiquei sem chapéu, roubaram-me mais de uma vez quantias vultosas. Um dia, furtaram-me cerca de quinhentos mil-réis e eu amanheci sentado a uma soleira, na praça da Bandeira, com mil-réis no bolso, que, creio, me deixaram por comiseração os que roubaram. Tenho vergonha de contar algumas, em que felizmente me deixaram ainda me deixaram com roupa. Elas seriam pitorescas mas não influiriam para o que tenho em vista. Resvalava para a embriaguez inveterada, faltava à repartição semanas e meses. Se não ia ao centro da cidade, bebia pelos arredores de minha casa,

33 Lima Barreto, cit., p. 23.

34 Lima Barreto, cit., p. 32.

35 Lima Barreto, cit., p. 36.

desbragadamente. Embriagava-me antes do almoço, de pois do almoço, até ao jantar, depois deste até a hora de dormir³⁶.

Ainda no hospício, não lhe escapavam às críticas os bacharéis, contra quem tanto lutava:

Coisa curiosa, entretanto, os formados nisto ou naquilo, que me apontavam aqui, quase todos eles são possuídos de uma mania depressiva que lhes tira não só a ênfase doutoral, como também se votam, em geral, a um silêncio perpétuo. Mostraram-me vários, e todos eles eram de um mutismo absoluto. Contudo, um deles, bacharel, o mais mudo de todos, na sua insânia, não se esquecera do anel simbólico e, com um pedaço de arame e uma rodela não sei de que, improvisara um, que ele punha à vista de todos, como se fosse de esmeralda. Havia um outro, que diziam ser engenheiro; este guardava uma certa presunção do “anelado brasileiro. Sentava-se perto de mim e sempre atirava com maus modos o seu prato servido para cima do meu. Andava sempre com um ponche, parecia ser isso um hábito de viajante. O seu orgulho não parecia vir do título, mas de um sentimento desmedido de sua aptidão para endireitar a pátria” [...]³⁷.

A loucura (alheia) o fascinava, preocupava, assustava:

“Poderia alongar-me mais na descrição dos doentes que me cercam. Mas a loucura tem tantos pontos de contacto de um indivíduo para outro, que seria arriscar tornar-me fastidioso se quisesse descrever muitos doentes. Há uma grande parte que se condenam ao mutismo eterno. Como descrever estes? Estes silenciosos são bizarros³⁸”.

A passagem que segue revela a percepção negativa, cética e nada indulgente que Lima Barreto tinha de si mesmo:

[...] Sou instruído, sou educado, sou honesto, tenho procurado o mais possível ter uma vida pura. Parecia que sendo assim, que- sendo eu um rapaz que, antes dos dezesseis anos, estava numa escola superior (que todos me gabavam a inteligência, e mesmo até agora ninguém nega) – estivesse a coberto de tudo isso. Mas eu e a sorte, a sorte e eu, nos juntamos de sorte, nos irmanamos, que vim a passar por tranSES desses [...] Não quero, entretanto, morrer; queria outra vida, queria esquecer a que vivi, mesmo talvez dom perda de certas boas qualidades que tenho, mas queria que ela fosse plácida, serena,

36 Lima Barreto, cit., p. 39.

37 Lima Barreto, cit., pp. 48-49.

38 Lima Barreto, cit., p. 55.

mediocre e pacífica, como a de todos. Penso assim, às vezes, mas, em outras, queria matar em mim todo o desejo, aniquilar aos poucos a minha vida e sumir-me no todos universal. Esta passagem várias vezes no hospício e outros hospitais deu-me não sei que dolorosa angústia de viver que me parece ser sem remédio minha dor. Vivi a vida torva e sem saída. A minha aposentadoria dá-me um migalha com que mal me daria para viver. A minha pena só me poder dar dinheiro escrevendo banalidades para revistas de segunda ordem. Eu me envergonho e me aborreço de empregar, na minha idade, a minha inteligência em tais futilidades. Ainda tenho a verve para a tarefa do dia a dia; mas tudo me leva para pensamentos mais profundos, mais doridos e uma vontade de penetrar no mistério de minha alma e do Universo³⁹.

A narrativa do cotidiano vivido no hospício revela uma luta recorrente contra o destino que tanto o castigara. A passagem que segue sugere *a intervenção dos deuses*, a propósito de uma passagem de Plutarco, situação com a qual Lima Barreto nunca contou, e nem mesmo parece ter sonhado:

Hoje é segunda-feira. Passei-a mais entediado do que nunca. Li o Plutarco, mas não tive ânimo de acabar com a leitura da vida de Pelópidas. Mais ou menos, releio esta célebre obra, porque aos dezoito anos fiz uma leitura dela apressada e salteada. Não tem o mesmo sabor, a que faço agora, como tinha de delícia a primeira. Observo que Plutarco põe muito a intervenção dos deuses nas proezas felizes dos seus heróis; há relações de predicações ingênuas que, apesar de tudo, nos fazem rir, mesmo a mim que sou supersticioso. No almoço se deu um caso que me fez passar mal o dia. Há aqui um louco que não parece ser profundamente alterado das faculdades mentais. É aleijado das pernas e chamam-no até Caranguejo, porque, aqui, como em todas as coleções de homens que vivem juntos, há o gosto pela alcunha depreciativa. Há o Gato, o Tetéia, etc.⁴⁰

Lima Barreto se queixava dos parentes, da polícia, da sorte, inquietando-se com a situação vexatória que vivia:

É uma triste contingência, esta, de estar um homem obrigado a viver com semelhante gente. Quando me vem semelhante reflexão, eu não posso deixar de censurar a simplicidade dos meus parentes, que me atiram aqui, e a ilegalidade da polícia que os ajudou. Caído aqui, todos os médicos temem pôr logo o doente na rua. A sua ciência é

39 Lima Barreto, cit., pp. 60-61.

40 Lima Barreto, cit., p. 61.

muito curta, muito prevê; mas seguro morreu de velho e é melhor empregar o processo da Idade Média: a reclusão⁴¹.

Recolhido como louco, no meio de loucos, Lima Barreto tem a loucura como centro de suas preocupações e indagações:

O outro [louco] é muito velho e é um fraticida. Está mudo ou quase mudo. Certas formas de loucura têm esse efeito, e manifestações dela são as mais díspares possíveis. Debruçar sobre o mistério dela e decifrá-lo parece estar acima das forças humanas. Conheço loucos, médicos de loucos, há perto de trinta anos, e fio muito que a honestidade de cada um deles não lhe permitirá dizer que tenha curado um só⁴².

Lima Barreto era leitor compulsivo. A biblioteca do hospício chamava-lhe a atenção e poderia lhe propiciar alguma ocupação, não fosse o incômodo dos que por lá perambulavam:

O hospício tem uma biblioteca; antigamente, isto é, há cinco anos, quando aqui estive, estava nos fundos da secção, em uma pequena sala. Tinha uma porção de livros, até um Dostoievski lá havia e um excelente dicionário de literaturas, de Vapereau, que eu lia com muito agrado; atualmente, porém, conquanto tenha pequenas mesas, meia dúzia, próprias para ler e tomar notas, duas cadeiras de balanço e duas espécies de divãs (estas últimas peças já existiam), não possui mais a mesma quantidade de livros, e a frequência é dos delirantes, que lá vão dar pasto a seu delírio, berros, gritos, fazer bulha com as cadeiras sobre o assoalho, não permitindo nenhuma leitura⁴³.

A irritação com o Ministério das Relações Exteriores e algum sentimento de humilhação que sentia no Itamaraty, situação que indiretamente contribuiu para a redação de excertos dos *Bruzundangas*, parece recorrente em Lima Barreto. É justamente o que se infere de passagem de seu *Diário*:

Há dias, por motivos de minha profissão, fui obrigado a entrar na Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Vestia-me mal, é fato; mas entrava certo de que era cidadão brasileiro, homem de algum cultivo, cumpridor de meus deveres, e, sobretudo, protegido da crença de que, tendo frequentado uma dessas nossas escolas superiores, mereceria dos contínuos de lá o tratamento que se

41 Lima Barreto, cit., p. 64.

42 Lima Barreto, cit., pp. 68-69.

43 Lima Barreto, cit., p. 81.

dá ao comum dos mortais. Enganei-me. Dirigi-me ao contínuo, no primeiro pavimento, que, com a habitual morgue dos altos e baixos funcionários, aconselhou-me que subisse. Até aí pisava no Brasil, agora, parecia-me, passava a fronteira. Dois contínuos, enfardelados em amplas sobrecasacas pretas com botões dourados, ocupavam-se pachorrentamente em cortar jornais, pregando os retalhos num livro em branco. Original ocupação dos contínuos da Secretaria do Exterior! Medroso do meu ato, ousei interromper-lhes a tarefa: - Precisava disso assim, assim; os senhores podem etc. Os dois respeitáveis funcionários olharam-me de alto abaixo e, entre complacente e desdenhoso, um deles disse-me: – Entra. Fiquei atônito, nunca fora assim tratado em departamento da administração brasileira e demais naquele sotaque estrangeiro!⁴⁴.

A melancolia parece ter sido um sentimento constante em Lima Barreto, circunstância potencializada por aparente desprezo a si mesmo, tal como se lê em entrada de seu *Diário*;

Desde menino, eu tenho a mania do suicídio. Aos sete anos, logo depois da morte de minha mãe, quando eu fui acusado injustamente de furto, tive vontade de me matar. Foi desde essa época que eu senti a injustiça da vida, a dor que ela envolve, a incompreensão de minha indelicadeza, do meu natural doce e terno; e daí também comecei a respeitar supersticiosamente a honestidade, de moda que as mínimas coisas me parecem grandes crimes e eu fico abalado e sacolejante [...] Hoje, quando essa triste vontade me vem, já não é o sentimento da minha inteligência que me impede de consumir o ato: é hábito de viver, é a covardia, é a minha natureza débil e esperançada [...] Mas de tudo isso o que mais me amola é sentir que não sou inteligente. Mulato, desorganizado, incompreensível e incompreendido, era a única coisa que me encheria de satisfação, ser inteligente, muito e muito! A humanidade vive da inteligência, pela inteligência e para a inteligência, e eu, inteligente, entraria por força na humanidade, isto é, na grande Humanidade de que quero fazer parte⁴⁵.

Lima Barreto viveu trajetória singular, marcada por recorrentes frustrações e tragédias pessoais, responsáveis por uma percepção absolutamente ímpar de instituições e valores da época que viveu.

44 Lima Barreto, *Diário Íntimo*, p. 109.

45 Lima Barreto, cit., p. 135.

2 O Policarpo Quaresma e o problema do ufanismo

O Triste Fim de Policarpo Quaresma é provavelmente o livro mais conhecido de Lima Barreto. Trata-se de quase concepção de um *D. Quixote* nacional. Policarpo remete-nos aos heróis picarescos, é *Tartarin de Taráscou*, outro exemplo deste tipo de herói.

O *Policarpo Quaresma* é personagem de Lima Barreto que substancializa o problema nacional brasileiro⁴⁶. Trata-se de alternativa bem-humorada e sardônica para as propostas formalistas e europeizantes da época, centradas em autores como Gustavo Barroso, Alberto Torres e Coelho Neto, que imaginavam um Brasil asséptico, que não refletia a imagem que visitantes faziam de nós, a exemplo dos relatos colhidos nas expedições de William James e de Theodore Roosevelt, americanos - - um filósofo, outro político - - que se aventuraram pela Amazônia.

Nacionalista, ufanista, preocupado com as coisas do país, Policarpo pretende falar tupi, e deixar de lado o português, símbolo glotológico de interferências externas. Policarpo é referência da presidência Floriano Peixoto, o marechal de ferro, que o romance descreve como obtuso e indolente.

O enredo é muito bem engendrado. Por conta da insistência de Policarpo em utilizar o tupi como língua nacional, tem-se como consequência a forte suspeita da alienação mental do herói. Aposentado por invalidez, Policarpo viverá num sítio, onde se entusiasmou pela agricultura. Os fortes da política local – com quem não compactuou -, a saúde e a impossibilidade de vender a safra o levaram a bancarrota.

O major seguiu para o Rio de Janeiro, com o objetivo de combater ao lado do Marechal Floriano Peixoto, ao longo da Revolta da Armada. Tornou-se carcereiro na ilha na qual os revoltosos eram mantidos presos. Indignou-se contra a aleatória escolha de doze presos que seriam executados. Enviou uma carta ao Presidente Floriano Peixoto, o que resultou em seu indiciamento como traidor, e a condenação à pena de morte, o seu triste fim.

46 Cf. Wilson Martins, *História da Inteligência Brasileira*, vol. VI, p. 7.

Policarpo é um *major*, patético, cômico, suburbano. Seu nacionalismo é ridículo, seu apego para com tudo o que é brasileiro indício de destempero mental. Atemorizado por insetos e saúvas, Policarpo Quaresma representa um progresso inexistente:

Como de hábito, Policarpo Quaresma, mais conhecido por Major Quaresma, bateu em casa às quatro e quinze da tarde. Havia mais de vinte anos que isso acontecia. Saindo do Arsenal de Guerra, onde era subsecretário, bongava pelas confeitarias algumas frutas, comprava um queijo, às vezes, e sempre o pão da padaria francesa. Não gastava nesses passos mais de uma hora, de forma que, às três e quarenta, por aí assim, tomava o bonde, sem erro de um minuto, ia pisar a soleira da porta de sua casa, numa rua afastada de São Januário, bem exatamente às quatro e quinze, como se fosse a aparição de um astro, um eclipse, enfim um fenômeno matematicamente determinado, previsto e predito. A vizinhança já lhe conhecia os hábitos e tanto que, na casa do Capitão Cláudio, onde era costume jantar-se aí pelas quatro e meia, logo que o viam passar, a dona gritava à criada: ‘Alice, olha que são horas; o Major Quaresma já passou!’⁴⁷.

Fisicamente, o major parecia ser bem tipicamente brasileiro:

Quaresma era um homem pequeno, magro, que usava pince-nez, olhava sempre baixo, mas, quando fixava alguém ou alguma coisa, os seus olhos tomavam, por detrás das lentes, um forte brilho de penetração, e era como se ele quisesse ir à alma da pessoa ou da coisa que fixava. Contudo, sempre as trazia baixo, como se se guiasse pela ponta do cavanhaque que lhe enfeitava o queixo. Vestia-se sempre de fraque, preto, azul, ou de cinza, de pano listrado, mas sempre de fraque, e era raro que não se cobrisse com uma cartola de abas curtas e muito alta, feita segundo um figurino antigo de que ele sabia com precisão a época⁴⁸.

O patriotismo era sua marca mais recorrente:

Policarpo era patriota. Desde moço, aí pelos vinte anos, o amor da pátria tomou-o todo inteiro. Não fora o amor comum, palrador e vazio; fora um sentimento sério, grave e absorvente. Nada de ambições políticas ou administrativas; o que Quaresma pensou, ou melhor: o que o patriotismo o fez pensar foi num conhecimento inteiro do Brasil, levando-o a meditações sobre os seus recursos, para depois então apontar os remédios, as medidas progressivas, com pleno conhecimento de causa⁴⁹.

47 Lima Barreto, *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*, p. 27.

48 Lima Barreto, cit., p. 29.

49 Lima Barreto, cit., p. 32.

O Policarpo Quaresma era um estudioso do Brasil, de nossas coisas, de nossa história, de nossas riquezas:

Durante os lazeres burocráticos, estudou, mas estudou a Pátria, nas suas riquezas naturais, na sua história, na sua geografia, na sua literatura e na sua política. Quaresma sabia as espécies de minerais, vegetais e animais, que o Brasil continha; sabia o valor do ouro, dos diamantes exportados por Minas, as guerras holandesas, as batalhas do Paraguai, as nascentes e o curso de todos os rios. Defendia com azedume e paixão a proeminência do Amazonas sobre todos os demais rios do mundo. Para isso ia até ao crime de amputar alguns quilômetros ao Nilo e era com este rival do “seu” rio que ele mais implicava. Ai de quem o citasse na sua frente! Em geral, calmo e delicado, o major ficava agitado e malcriado, quando se discutia a extensão do Amazonas em face da do Nilo⁵⁰.

Estudava a língua dos índios, com dedicação, e a literatura indianista, e fazia de tudo que o circundava algo que se relacionasse com os nativos, reais e imaginários:

Havia um ano a esta parte que se dedicava ao tupi-guarani. Todas as manhãs, antes que a “Aurora, com seus dedos rosados abrisse caminho ao louro Febo”, ele se atracava até ao almoço com o Montoya, Arte y diccionario de la lengua guaraní ó más bien tupí, e estudava o jargão caboclo com afinco e paixão. Na repartição, os pequenos empregados, amanuenses e escreventes, tendo notícia desse estudo do idioma tupiniquim, deram não se sabe por que em chamá-lo – Ubirajara. Certa vez, o escrevente Azevedo, ao assinar o ponto, distraído, sem reparar quem lhe estava às costas, disse em tom chocarreiro: “Você já viu que hoje o Ubirajara está tardando?”⁵¹.

A biblioteca do major bem poderia ser a própria biblioteca de Lima Barreto, descrição que aponto gostos e tendências do tempo retratado:

Estava num aposento vasto, com janelas para uma rua lateral, e todo ele era formado de estantes de ferro. Havia perto de dez, com quatro prateleiras, fora as pequenas com os livros de maior tomo. Quem examinasse vagarosamente aquela grande coleção de livros havia de espantar-se ao perceber o espírito que presidia a sua reunião. Na ficção, havia unicamente autores nacionais ou tidos como tais: o Bento Teixeira, da Prosopopéia; o Gregório de Matos, o Basílio da Gama, o Santa Rita Durão, o José de Alencar (todo), o Macedo, o Gonçalves Dias (todo), além de muitos outros. Podia-se afiançar

50 Lima Barreto, cit., loc. cit.

51 Lima Barreto, cit., p. 33.

que nem um dos autores nacionais ou nacionalizados de oitenta pra lá faltava nas estantes do major. De História do Brasil, era farta a messe: os cronistas, Gabriel Soares, Gândavo; e Rocha Pita, Frei Vicente do Salvador, Armitage, Aires do Casal, Pereira da Silva, Handelmann (*Geschichte von Brasilien*), Melo Moraes, Capistrano de Abreu, Southey, Varnhagen, além de outros mais raros ou menos famosos. Então no tocante a viagens e explorações, que riqueza! Lá estavam Hans Staden, o Jean de Léry, o Saint-Hilaire, o Martius, o Príncipe de Neuwied, o John Mawe, o Von Eschwege, o Agassiz, Couto de Magalhães e se se encontravam também Darwin, Freycinet, Cook, Bougainville e até o famoso Pigafetta, cronista da viagem de Magalhães, é porque todos esses últimos viajantes tocavam no Brasil, resumida ou amplamente. Além destes, havia livros subsidiários: dicionários, manuais, enciclopédias, compêndios, em vários idiomas. Vê-se assim que a sua predileção pela poética de Porto Alegre e Magalhães não lhe vinha de uma irremediável ignorância das línguas literárias da Europa; ao contrário, o major conhecia bem sofrivelmente francês, inglês e alemão; e se não falava tais idiomas, lia-os e traduzia-os correntemente. A razão tinha que ser encontrada numa disposição particular de seu espírito, no forte sentimento que guiava sua vida⁵².

A origem do major era confusa, ainda que indubitavelmente brasileira:

Não se sabia bem onde nascera, mas não fora decerto em São Paulo, nem no Rio Grande do Sul, nem no Pará. Errava quem quisesse encontrar nele qualquer regionalismo: Quaresma era antes de tudo brasileiro. Não tinha predileção por esta ou aquela parte de seu país, tanto assim que aquilo que o fazia vibrar de paixão não eram só os pampas do Sul com o seu gado, não era o café de São Paulo, não eram o ouro e os diamantes de Minas, não era a beleza da Guanabara, não era a altura da Paulo Afonso, não era o estro de Gonçalves Dias ou o ímpeto de Andrade Neves – era tudo isso junto, fundido, reunido, sob a bandeira estrelada do Cruzeiro⁵³.

O major Policarpo Quaresma pretendia mudar o Brasil, colaborar com as alterações que se faziam necessárias, sugerir, agir; era chegado o momento de se reconhecer a força de nosso país:

A convicção que sempre tivera de ser o Brasil o primeiro país do mundo e o seu grande amor à pátria eram agora ativos e impeliram-no a grandes cometimentos. Ele sentia dentro de si impulsos imperiosos de agir, de obrar e de concretizar suas ideias. Eram pequenos

52 Lima Barreto, cit., pp. 31-32.

53 Lima Barreto, cit., p. 32.

melhoramentos, simples toques, porque em si mesma (era a sua opinião), a grande pátria do Cruzeiro só precisava de tempo para ser superior à Inglaterra. Tinha todos os climas, todos os frutos, todos os minerais e animais úteis, as melhores terras de cultura, a gente mais valente, mais hospitaleira, mais inteligente e mais doce do mundo – o que precisava mais? Tempo e um pouco de originalidade⁵⁴.

Um inusitado requerimento do major Policarpo fora dirigido à Câmara. O major pretendia – simplesmente – que se abandonasse o português e que se adotasse o tupi como língua nacional:

Policarpo Quaresma, cidadão brasileiro, funcionário público, certo de que a língua portuguesa é emprestada ao Brasil; certo também de que, por esse fato, o falar e o escrever em geral, sobretudo no campo das letras, se veem na humilhante contingência de sofrer continuamente censuras ásperas dos proprietários da língua; sabendo, além, que, dentro do nosso país, os autores e os escritores, com especialidade os gramáticos, não se entendem no tocante à correção gramatical, vendo-se, diariamente, surgir azedas polêmicas entre os mais profundos estudiosos do nosso idioma – usando do direito que lhe confere a Constituição, vem pedir que o Congresso Nacional decrete o tupi-guarani como língua oficial e nacional do povo brasileiro. O suplicante, deixando de parte os argumentos históricos que militam em favor de sua ideia, pede vênua para lembrar que a língua é a mais alta manifestação da inteligência de um povo, é a sua criação mais viva e original; e, portanto, a emancipação política do país requer como complemento e consequência a sua emancipação idiomática. Demais, Senhores Congressistas, o tupi-guarani, língua originalíssima, aglutinante, é a única capaz de traduzir as nossas belezas, de pôr-nos em relação com a nossa natureza e adaptar-se perfeitamente aos nossos órgãos vocais e cerebrais, por ser criação de povos que aqui viveram e ainda vivem, portanto possuidores da organização fisiológica e psicológica para que tendemos, evitando-se dessa forma as estéreis controvérsias gramaticais, oriundas de uma difícil adaptação de uma língua de outra região à nossa organização cerebral e ao nosso aparelho vocal – controvérsias que tanto empecem o progresso da nossa cultura científica e filosófica. Seguro de que a sabedoria dos legisladores saberá encontrar meios para realizar semelhante medida e cômico de que a Câmara e o Senado pesarão o seu alcance e utilidade P. e E. deferimento.⁵⁵

O inusitado requerimento do major chamou a atenção sobre a pessoa. O Policarpo Quaresma passou a ser ridicularizado, assunto dos jornais, e de todo tipo de comentário maledicente:

54 Lima Barreto, cit. P. 45.

55 Lima Barreto, cit., p. 81.

Assinado e devidamente estampilhado, este requerimento do major foi durante dias assunto de todas as palestras. Publicado em todos os jornais, com comentários facetos, não havia quem não fizesse uma pilhéria sobre ele, quem não ensaiasse um espírito à custa da lembrança de Quaresma. Não ficaram nisso; a curiosidade malsã quis mais. Indagou-se quem era, de que vivia, se era casado, se era solteiro. Uma ilustração semanal publicou-lhe a caricatura e o major foi apontado na rua. Os pequenos jornais alegres, esses semanários de espírito e troça, então! eram de um encarniçamento atroz com o pobre major. Com uma abundância que marcava a felicidade dos redatores em terem encontrado um assunto fácil, o texto vinha cheio dele: o Major Quaresma disse isso; o Major Quaresma fez aquilo. Um deles, além de outras referências, ocupou uma página inteira com o assunto da semana. Intitulava-se a ilustração: “O matadouro de Santa Cruz, segundo o Major Quaresma”, e o desenho representava uma fila de homens e mulheres a marchar para o choupou que se via à esquerda. Um outro referia-se ao caso pintando um açougue, “O açougue Quaresma”; legenda: a cozinheira perguntava ao açougueiro: – O senhor tem língua de vaca? O açougueiro respondia: – Não, só temos língua de moça, quer? Com mais ou menos espírito, os comentários não cessavam e a ausência de relações de Quaresma no meio de que saíam fazia com que fossem de uma constância pouco habitual⁵⁶.

A situação era constrangedora, abalando o major; a exposição ao público era transtorno. O major não se interessava por dinheiro, glória ou posição, como assinalava Lima Barreto:

Tudo isso irritava profundamente Quaresma. Vivendo há trinta anos quase só, sem se chocar com o mundo, adquirira uma sensibilidade muito viva e capaz de sofrer profundamente com a menor cousa. Nunca sofrera críticas, nunca se atirou à publicidade, vivia imerso no seu sonho, incubado e mantido vivo pelo calor dos seus livros. Fora deles, ele não conhecia ninguém; e, com as pessoas com quem falava, trocava pequenas banalidades, ditos de todo o dia, cousas com que a sua alma e o seu coração nada tinham de ver. Esse encerramento em si mesmo deu-lhe não sei que ar de estranho a tudo, às competições, às ambições, pois nada dessas cousas que fazem os ódios e as lutas tinha entrado no seu temperamento. Desinteressado de dinheiro, de glória e posição, vivendo numa reserva de sonho, adquirira a candura e a pureza d'alma que vão habitar esses homens de uma ideia fixa, os grandes estudiosos, os sábios, e os inventores, gente que fica mais terna, mais ingênua, mais inocente que as donzelas das poesias de outras épocas. É raro encontrar homens assim, mas os há e, quando se os encontra, mesmo tocados de um grão de loucura, a gente sente mais simpatia pela nossa espécie, mais orgulho de ser homem e mais esperança na felicidade da raça. A continuidade

56 Lima Barreto, cit., loc. cit.

das troças feitas nos jornais, a maneira com que o olhavam na rua, exasperavam-no e mais forte se enraizava nele a sua ideia⁵⁷.

Na repartição onde atuava o major tornou-se motivo também de pilhéria e de certa irritação, que revelava a falsidade e a pequenez da vida burocrática. Lima Barreto parece descrever a repartição na qual trabalhava, ambiente que talvez contenha um pouco de todas as repartições onde se deixam vidas e sonhos:

Se os jornais tinham recebido o requerimento com facécias de fundo inofensivo e sem ódio, a repartição ficou furiosa. Nos meios burocráticos, uma superioridade que nasce fora deles, que é feita e organizada com outros materiais que não os ofícios, a sabsença de textos de regulamentos e a boa caligrafia, é recebida com a hostilidade de uma pequena inveja. É como se se visse no portador da superioridade um traidor à mediocridade, ao anonimato papeleiro. Não há só uma questão de promoção, de interesse pecuniário; há uma questão de amor próprio, de sentimentos feridos, vendo aquele colega, aquele galé como eles, sujeito aos regulamentos, aos caprichos dos chefes, às olhadelas superiores dos ministros, com mais títulos à consideração, com algum direito a infringir as regras e os preceitos. Olha-se para ele com o ódio dissimulado com que o assassino plebeu olha para o assassino marquês que matou a mulher e o amante. Ambos são assassinos, mas, mesmo na prisão, ainda o nobre e o burguês trazem o ar do seu mundo, um resto da sua delicadeza e uma inadaptação que ferem o seu humilde colega de desgraça. Assim, quando surge numa secretaria alguém cujo nome não lembra sempre o título de sua nomeação, aparecem as pequeninas perfídias, as maledicências ditas ao ouvido, as indiretas, todo o arsenal do ciúme invejoso de uma mulher que se convenceu de que a vizinha se veste melhor do que ela. Amam-se ou antes suportam-se melhor aqueles que se fazem célebres nas informações, na redação, na assiduidade ao trabalho, mesmo os doutores, os bacharéis, do que os que têm nomeada e fama. Em geral, a incompreensão da obra ou do mérito do colega é total e nenhum deles se pode capacitar que aquele tipo, aquele amanuense, como eles, faça qualquer cousa que interesse os estranhos e dê que falar a uma cidade inteira. A brusca popularidade de Quaresma, o seu sucesso e nomeada efêmera irritaram os seus colegas e superiores. Já se viu! dizia o secretário. Este tolo dirigir-se ao Congresso e propor alguma cousa! Pretensioso! O diretor, ao passar pela secretaria, olhava-o de soslaio e sentia que o regulamento não cogitasse do caso para lhe infligir uma censura. O colega arquivista era o menos terrível, mas chamou-o logo de doido⁵⁸.

57 Lima Barreto, cit., pp. 82-83.

58 Lima Barreto, cit. pp. 83-84.

Aposentado, o major seguiu para o campo; passa a viver no sítio *Sossego*. O local, imagina Lima Barreto, *não era feio, mas não era belo*⁵⁹. A descrição da nova morada sugere o idílio:

A habitação de Quaresma tinha assim um amplo horizonte, olhando para o levante, a ‘noruega’, e era também risonha e graciosa nos seus caiados. Edificada com a desoladora indigência arquitetônica das nossas casas de campo, possuía, porém, vastas salas, amplos quartos, todos com janelas, e uma varanda com uma colunata heterodoxa. Além desta principal, o sítio do “*Sossego*”, como se chamava, tinha outras construções: a velha casa da farinha, que ainda tinha o forno intacto e a roda desmontada, e uma estrebaria coberta de sapê⁶⁰.

Policarpo Quaresma dedicou-se à agricultura, com toda intensidade, como intensamente fazia tudo na vida. Começava vida nova, com a paixão que imprimia a tudo que fazia:

Planejou a sua vida agrícola com a exatidão e meticulosidade que punha em todos os seus projetos. Encarou-a por todas as faces, pesou as vantagens e ônus; e muito contente ficou em vê-la monetariamente atraente, não por ambição de fazer fortuna, mas por haver nisso mais uma demonstração das excelências do Brasil⁶¹.

Tudo planejava. Inventariava. Classificava. Lia furiosamente; estudava botânica, zoologia, mineralogia, geologia. Equipou-se:

“Não foram só os vegetais que mereceram as honras de um inventário; os animais também, mas como ele não tinha espaço suficiente e a conservação dos exemplares exigia mais cuidado, Quaresma limitou-se a fazer o seu museu no papel, por onde sabia que as terras eram povoadas de tatus, cutias, preás, cobras variadas, saracuras, sanãs, avinhados, coleiros, tiês, etc. A parte mineral era pobre, argilas, areia e, aqui e ali, uns blocos de granito esfoliando-se. Acabado esse inventário, passou duas semanas a organizar a sua biblioteca agrícola e uma relação de instrumentos meteorológicos para auxiliar os trabalhos da lavoura. Encomendou livros nacionais, franceses, portugueses; comprou termômetros, barômetros, pluviômetros, higrômetros, anemômetros. Vieram estes e foram arrumados e colocados convenientemente⁶²”.

59 Lima Barreto, cit., p. 115.

60 Lima Barreto, cit., p. 115.

61 Lima Barreto, cit. pp. 118-119.

62 Lima Barreto, cit. p. 121.

Desentendendo-se com os poderosos locais, enfrentando as saúvas e as dificuldades de produzir no Brasil, o major retornou para o Rio de Janeiro. Ajudaria ao presidente Floriano Peixoto, cujo governo era ameaçado pela insurgente Revolta da Armada. Setores da Marinha desafiavam o Marechal de Ferro. Floriano empolgava a classe média, os militares de médio escalão, a juventude positivista.

No Rio de Janeiro, no entanto, vicejava ambiente de conflito interno, com as perseguições, facções, conchavos:

“Bastava a mínima crítica, para se perder o emprego, a liberdade, – quem sabe? – a vida também. Ainda estávamos no começo da revolta, mas o regime já publicara o seu prólogo e todos estavam avisados. O chefe de polícia organizara a lista dos suspeitos. Não havia distinção de posição e talentos. Mereciam as mesmas perseguições do governo um pobre contínuo e um influente senador; um lente e um simples empregado de escritório. Demais surgiam as vinganças mesquinhas, a revide de pequenas implicâncias... Todos mandavam; a autoridade estava em todas as mãos⁶³”.

Floriano contava com apoio, e em seu nome se agia com espírito jacobino, ainda não visto no Brasil. Na percepção realista de Lima Barreto, transposta para a ficção:

Em nome do Marechal Floriano, qualquer oficial, ou mesmo cidadão, sem função pública alguma, prendia e ai de quem caía na prisão, lá ficava esquecido, sofrendo angustiosos suplícios de uma imaginação dominicana. Os funcionários disputavam-se em bajulação, em servilismo... Era um terror, um terror baço, sem coragem, sangrento, às ocultas, sem grandeza, sem desculpa, sem razão e sem responsabilidades...⁶⁴.

Entre os militares era forte o sentimento de satisfação. O espírito de autoridade triunfava, e o país parecia a caminho da organização:

“Os militares estavam contentes, especialmente os pequenos, os alferes, os tenentes e os capitães. Para a maioria a satisfação vinha da convicção de que iam estender a sua autoridade sobre o pelotão e a companhia, a todo esse rebanho de civis; mas, em outros muitos havia sentimento mais puro, desinteresse e sinceridade. Eram os adeptos desse nefasto e hipócrita positivismo, um pedantismo

63 Lima Barreto, cit., p. 192.

64 Lima Barreto, cit., loc. cit.

tirânico, limitado e estreito, que justificava todas as violências, todos os assassinios, todas as ferocidades em nome da manutenção da ordem, condição necessária, lá diz ele, ao progresso e também ao advento do regime normal, a religião da humanidade, a adoração do grão-fetichismo, com fanhosas músicas de cornetins e versos detestáveis, o paraíso, enfim, com inscrições em escritura fonética e eleitos calçados com sapatos de sola de borracha!...⁶⁵

O positivismo triunfava, a matemática parecia ter todas as soluções, o Brasil entrava no rumo certo:

Os positivistas discutiam e citavam teoremas de mecânica para justificar as suas ideias de governo, em tudo semelhantes aos canatos e emirados orientais. A matemática do positivismo foi sempre um puro falatório que, naqueles tempos, amedrontava toda a gente. Havia mesmo quem estivesse convencido que a matemática tinha sido feita e criada para o positivismo, como se a Bíblia tivesse sido criada unicamente para a Igreja Católica e não também para a Anglicana. O prestígio dele era, portanto, enorme⁶⁶.

Finalmente, Policarpo foi recebido por Floriano Peixoto. Entusiasmo, respeito, desinteresse por qualquer condecoração ou prebenda, a admiração de Policarpo por Floriano era sincera. Lima Barreto, que não tinha razões para elogiar ou enaltecer Floriano, descreve o Presidente, com ironia e sarcasmo:

Quaresma pôde então ver melhor a fisionomia do homem que ia feixar em suas mãos, durante quase um ano, tão fortes poderes, poderes de Imperador Romano, pairando sobre tudo, limitando tudo, sem encontrar obstáculo algum aos seus caprichos, às suas fraquezas e vontades, nem nas leis, nem nos costumes, nem na piedade universal e humana. Era vulgar e desoladora. O bigode caído; o lábio inferior pendente e mole a que se agarrava uma grande “mosca”; os traços flácidos e grosseiros; não havia nem o desenho do queixo ou olhar que fosse próprio, que revelasse algum dote superior. Era um olhar mortiço, redondo, pobre de expressões, a não ser de tristeza que não lhe era individual, mas nativa, de raça; e todo ele era gelatinoso – parecia não ter nervos. Não quis o major ver em tais sinais nada que lhe denotasse o caráter, a inteligência e o temperamento. Essas cousas não vogam, disse ele de si para si. O seu entusiasmo por aquele ídolo político era forte, sincero e desinteressado. Tinha-o na conta de enérgico, de fino e supervidente, tenaz e conhecedor das necessidades do país, manhoso talvez um pouco, uma espécie de

65 Lima Barreto, cit., loc. cit.

66 Lima Barreto, cit., loc. cit.

Luís XI forrado de um Bismarck. Entretanto, não era assim. Com uma ausência total de qualidades intelectuais, havia no caráter do Marechal Floriano uma qualidade predominante: tibieza de ânimo; e no seu temperamento, muita preguiça. Não a preguiça comum, essa preguiça de nós todos; era uma preguiça mórbida, como que uma pobreza de irrigação nervosa, provinda de uma insuficiente quantidade de fluido no seu organismo. Pelos lugares que passou, tornou-se notável pela indolência e desamor às obrigações dos seus cargos⁶⁷.

Envolvido nas forças que combatiam os rebeldes, já reconhecido como *visionário*, Policarpo Quaresma fora ferido em combate. Indicado para trabalhar como carcereiro, Policarpo vigiaria os marinheiros rebeldes. A nova função fora pelo herói recebida com muita insatisfação:

Policarpo aceitou com repugnância o papel de carcereiro, pois na ilha das Enxadas estavam depositados os marinheiros prisioneiros. Os seus tormentos d'alma mais cresceram com o exercício de tal função. Quase os não olhava; tinha vexame, piedade e parecia-lhe que dentre eles um conhecia o segredo de sua consciência. De resto, todo o sistema de ideias que o fizera meter-se na guerra civil se tinha desmoronado. Não encontrara o Sully e muito menos o Henrique IV. Sentia também que o seu pensamento motriz não residia em nenhuma das pessoas que encontrara. Todos tinham vindo ou com pueris pensamentos políticos, ou por interesse; nada de superior os animava. Mesmo entre os moços, que eram muitos, se não havia baixo interesse, existia uma adoração fetichica pela forma republicana, um exagero das virtudes dela, um pendor para o despotismo que os seus estudos e meditações não podiam achar justo. Era grande a sua desilusão. Os prisioneiros se amontoavam nas antigas salas de aulas e alojamentos dos aspirantes. Havia simples marinheiros; havia inferiores; havia escreventes e operários de bordo. Brancos, pretos, mulatos, caboclos, gente de todas as cores e todos os sentimentos, gente que se tinha metido em tal aventura pelo hábito de obedecer, gente inteiramente estranha à questão em debate, gente arrancada à força aos lares ou à calaçaria das ruas, pequeninos, tenros, ou que se haviam alistado por miséria; gente ignara, simples, às vezes cruel e perversa como crianças inconscientes; às vezes, boa e dócil como um cordeiro, mas, enfim, gente sem responsabilidade, sem anseio político, sem vontade própria, simples autômatos nas mãos dos chefes e superiores que a tinham abandonado à mercê do vencedor⁶⁸.

Policarpo revoltou-se com a escolha aleatória de doze detentos que seriam executados. Sua insurgência foi recompensada com a

67 Lima Barreto, cit., pp. 208-209.

68 Lima Barreto, cit. pp. 278-279.

acusação de que era traidor, circunstância reprimida com a pena capital. Os áulicos, os adutores, permaneceram ao lado de Floriano. O herói encara um triste fim, com triste também fora o fim de Lima Barreto, morrendo logo depois do próprio pai, quando ambos se encontravam internados num hospício, vitimados pelo alcoolismo.

3 As Crônicas como críticas aos arranjos institucionais

É objetivamente nas *Crônicas* que Lima Barreto escreveu e publicou, no início do século XX, que se alcança atitude de desdém para com convenções e instituições, que anunciam alma aberta para experimentalismos, o que denomino de *antifetichismo institucional*.

Lima Barreto rejeitou ostensivamente o culto ao passado, marca de historiografia pífia, tal como sistematizada entre nós no período que se estuda. Lima Barreto hostilizava o apego ao pretérito. Em crônica datada de 21 de julho de 1911 dardejou que não gostava do passado, não pelo passado em si, mas “[...] *pelo veneno que ele deposita em forma de preconceitos, de regras, de prejulgamentos nos nossos sentimentos*”⁶⁹. E para horror dos passadistas romanistas, foi na mesma crônica que Lima Barreto lamentou:

Ainda são a crueldade e o autoritarismo romanos que ditam inconscientemente as nossas leis; ainda é a imbecil honra dos bandidos feudais, barões, duques, marqueses, que determina a taxonomia social, as nossas relações de família e de sexo para sexo; ainda são as coisas de fazenda, com senzalas, sinhás-moças e mucamas, que regulam as ideias de nossa diplomacia; ainda é, portanto, o passado, daqui, dali, daçolá, que governa, não direi as ideias, mas os nossos sentimentos. É por isso que eu não gosto do passado [...]”⁷⁰.

O escritor brasileiro também criticava a demagogia que informava o respeito às maiorias; é que, segundo ele, “*se sempre seguíssemos a opinião da maioria ainda estaríamos no Cro-Magnon*”⁷¹. Lima Barreto associava maiorias e pensamentos prontos com a hipocrisia. E de

69 Lima Barreto, *Toda Crônica*, vol. 1, p. 100;

70 Lima Barreto, cit., loc.cit.

71 Lima Barreto, cit., p. 391.

hipócritas também maculava senhoras da época, caridosas, bem como a caridade organizada, a exemplo da Cruz Vermelha, que à época chegava em todos os lugares:

Essas senhoras, para dar um óbolo, em favor de feridos ou coisa que valha, da Grande Guerra, não tinham necessidade tanto de alarde, para mostrar que têm bom coração. Não era preciso que os jornais soubessem [...] O que era preciso era dar. Bastava. Vou lhes contar uma história que talvez lhes cause ensinamento. Isso foi quando eu tinha seis anos. Meu pai tinha enviuvado e nós morávamos em uma casa muito pobre na Rua do Riachuelo. Todos os sábados, eu pedia a meu pai um tostão para dar a uma pobre velha que ia esmolar, à porta da minha rótula paterna. Dei-lhe sempre a esmola e ela me beijava. Desses beijos, tenho eu ainda grandes saudades...Ela era velha, esquelética; mas, assim mesmo, ainda e sempre me lembrarei dos seus beijos... Ah! A caridade, sem Cruzes Vermelhas.⁷²

E hipócrita também teria sido a abolição da escravidão, e todo o movimento que a antecedeu, que se responsabilizou por tirar o escravo da senzala, mandando-o para as favelas. Lima Barreto sofreu pessoalmente essa transição, marcada pelo preconceito e pela falta de oportunidades. O passo seguinte, de crônica publicada em 4 de maio de 1911 (23 depois da proclamação da abolição da escravidão), revela memorialista crítico, consciente, pessimista:

Agora mesmo estou a lembrar-me que, em 1888, dias antes da data áurea, meu pai chegou em casa e disse-me: a lei da abolição vai passar no dia de teus anos. E de fato passou; e nós fomos esperar a assinatura no Largo do Paço. Na minha lembrança desses acontecimentos, o edifício do antigo paço, hoje repartição dos Telégrafos, fica muito alto, um sky-craper; e lá de uma das janelas eu vejo um homem que acena para o povo. Não me recordo bem se ele falou e não sou capaz de afirmar se era mesmo o grande Patrocínio. Havia uma imensa multidão ansiosa [...] Fazia sol e o dia estava claro. Jamais, na minha vida, vi tanta alegria [...] Mas como ainda estamos longe de ser livres!⁷³

Lima Barreto defendia o secularismo e era tido por anticlerical em sociedade que se dizia católica; dizia-se *inteiramente tolerante*⁷⁴. Irritava-se com o elitismo, que combatia em todas suas formas. Indignou-

72 Lima Barreto, cit., p. 382.

73 Lima Barreto, cit., p. 78-79.

74 Lima Barreto, cit., p. 173.

se com a quantidade de dinheiro que seria gasto na construção de um teatro municipal no Rio de Janeiro. E o fez com virulência:

O Teatro Municipal! É inviável. A razão é simples: é muito grande e luxuoso. Supondo que uma peça do mais acatado de nossos autores provoque uma enchente, repercuta sobre a opinião, haverá no Rio de Janeiro e arredores, inclusive o Méier e Petrópolis, gente suficientemente encasacada para enchê-lo dez, vinte ou trinta vezes? Decerto, não. Se ele não se encher pelo menos dez vezes, por peça, a receita dará para custear a montagem, pagar o pessoal, etc.? Também não [...] Armaram um teatro, cheio de mármores, de complicações luxuosas, um teatro que exige casaca, altas toilettes, decotes, penteados, diademas, adereços, e querem com ele levantar a arte dramática, apelando para o povo do Rio de Janeiro [...] Para que tal teatro se pudesse manter era preciso que tivéssemos vinte mil pessoas ricas, verdadeiramente ricas, e magníficas [...].⁷⁵

A sensibilidade de Lima Barreto, e sua deferência para com os humildes, suscitou crônica que defendia um mendigo que fora preso, porque tinha algum dinheiro guardado⁷⁶. O escritor justificou a inocência do coitado (que de fato não cometera crime algum), porquanto era da própria lógica do sistema a acumulação do capital. Por que um mendigo não poderia fazê-lo? Lima Barreto caçoava de nossa brejeirice endêmica e motejava de nossos jornais, que informavam aos estrangeiros que *não sabíamos abotoar um sapato*⁷⁷. E hostilizava a vida política da época, em excerto que encanta pela atualidade:

Eu também sou candidato a deputado. Nada mais justo. Primeiro: eu não pretendo fazer cousa alguma pela Pátria, pela família, pela humanidade. Um deputado que quisesse fazer qualquer coisa dessas, ver-se-ia bambo, pois teria, certamente, os duzentos e tantos espíritos dos seus colegas contra ele. Contra as suas idéias levantar-se-iam duas centenas de pessoas do mais profundo bom senso. Assim, para fazer alguma coisa útil, não farei coisa alguma, a não ser receber o subsídio. Eis aí em que vai consistir o máximo de minha ação parlamentar, caso o preclaro eleitorado sufrague o meu nome nas urnas. Recebendo os três contos mensais, darei mais conforto à mulher, e aos filhos, ficando mais generoso nas facadas aos amigos. Desde que minha mulher e os meus filhos passem melhor de cama, mesa e roupas, a humanidade ganha. Ganha, porque, sendo eles

75 Lima Barreto, cit., p. 71.

76 Lima Barreto, cit., p. 80.

77 Lima Barreto, cit., p. 107.

parcelas da humanidade, a sua situação melhorando, essa melhoria reflete sobre o todo de que fazem parte.⁷⁸

Lima Barreto, em crônica de 22 de maio de 1915, imaginou uma *escola de deputados*. O curso de que cogitou seria *prático*. Eliminaría disciplinas que nominava de *indigestas*. Abominaria cadeiras de economia política, finanças, sociologia, história social e mesmo de política. Cogitava de curso *prático*, com duração de dois anos.

Os deputados estudariam o francês (falado nas pensões mais chiques da urbe); e Lima Barreto insinuava também *exercícios práticos*, o que remetia o leitor à imagem dos bordéis. Os deputados cursariam também disciplinas de *falsificação de atas*, de *falsificação de assinaturas de eleitores*, bem como pesquisariam modos de fazer com que *defuntos votassem*.

Estudariam ainda como *lustrar as botas dos chefes*, *arranjarem bons casamentos* e, principalmente, *a melhor forma de não ter opinião alguma*...⁷⁹ Lima Barreto explicitava que a desconfiança para com os políticos decorria também do fato de que as pessoas gostam de gente simples, *que dizem a verdade com todas as letras*, e que, no entanto, perdem esta prerrogativa com os compromissos faústicos que assumem, e porque gastam mais do que ganham⁸⁰.

As crônicas de Lima Barreto evidenciam que o escritor não perdoava o mundo dos bacharéis; reputava que os nossos doutores eram gente de palavrório inútil, vazio, que apenas servia como adornos e enfeites para os caçadores de casamentos; é que, “[...] *os exames, os doutores, bacharéis, os médicos, toda essa nobreza doutoral que nos domina e apóia os negociastas, é o maior flagelo desta terra que os utopistas querem que seja o paraíso terrestre*”⁸¹. E, especificamente, retomava a crítica, que lhe é recorrente, e que fustigava o doutor:

78 Lima Barreto, cit., p. 155.

79 Lima Barreto, cit., p. 206.

80 Lima Barreto, cit., p. 238.

81 Lima Barreto, cit., p. 176.

No Brasil, o doutor (e olhem que eu escapei de ser doutor) é um flagelo, porque se transformou em nobreza e aos poucos foi açambarcando posições, fazendo criar coisas novas para eles, arrendando com o preconceito doutoral as atividades e as competências [...] A tendência vai se firmando, de constituir-se entre nós uma espécie de teocracia doutoral. Os costumes, o pouco respeito do povo, estão levando as coisas para isso. O doutor, se é ignorante, o é; mas sabe; o doutor, se é preto, o é, mas... é branco. As famílias, os pais, querem casar as filhas com os doutores; e, se estes não têm emprego, lá correm à Câmara, ao Senado, às secretarias, pedindo, e põem em jogo a influência dos parentes e dos aderentes [...] ⁸².

O assunto foi revisto em crônica publicada na Gazeta de Notícias, datada de maio de 1918. Lima Barreto cismava com *a importância descomunal* que se dava ao doutor, com o “[...] *ar de sagrado que os costumes lhe emprestam, e os privilégios que a lei lhe outorga* [...] ⁸³”.

O escritor afirmava que doutores eram *ignorantes como um bororó*⁸⁴. Falava de um *respeito hindu pelo ‘doutor’*, que herdamos do império, e que cultivávamos em regime de *veneração brâmica*⁸⁵. Lima Barreto escrevia que vivíamos “[...] *essa estúpida credence dos ilustrados e dos analfabetos, dos néscios e dos atilados* [...] ⁸⁶”.

A birra com o bacharel transcendia para sua impaciência para com a Academia Brasileira de Letras, que recebia doutores, e que se fechava para escritores, como ele mesmo. A academia, segundo Lima Barreto, “[...] *começou com escritores, tendo estes, por patronos, também escritores; e vai morrendo suavemente em cenáculo de diplomatas chics, de potentados do ‘silêncio é ouro’, de médicos afreguesados e juízes tout à fait* ⁸⁷; ironicamente, lembrava que “[...] *as tradições de virtude, de austeridade e independência da academia são a mais perfeita garantia de que a nossa suposição não é sem base* ⁸⁸”.

82 Lima Barreto, cit., p. 179.

83 Lima Barreto, cit., p. 344.

84 Lima Barreto, cit., p. 345.

85 Lima Barreto, cit., p. 346.

86 Lima Barreto, cit., p. 347.

87 Lima Barreto, cit., p. 270.

88 Lima Barreto, cit., p. 302.

Lima Barreto repudiava essa literatura convencional que se pranteava na Academia Brasileira de Letras. Invocava que os acadêmicos se rendiam a uma ditadura, que lhe metia medo e, por isso, saía-lhe na frente, antes que fosse fuzilado...⁸⁹

E criticava também a nova Biblioteca Nacional, grandiosa na construção, nos materiais utilizados, porém deficiente no ambiente humano; Lima Barreto lembrava que pouco a frequentava e escrevia que tinha alma de bandido tímido; quando via tais monumentos sentia-se como “[...] *uma pessoa que se estarrece de admiração diante de suntuosidades desnecessárias*”⁹⁰. A língua formal e castiça também era criticada por Lima Barreto; gramáticos formavam “[...] *uma espécie de gente que não se entende*”⁹¹.

O interesse pelo passado grego, obsessão dos intelectuais brasileiros do início do século XX, insultava Lima Barreto, que insistia que o interesse pela Hélade não poderia transcender ao campo arqueológico; dizia que seu mundo era muito mais rico e complexo⁹². Em crônica publicada em 31 de dezembro de 1914 Lima Barreto fora muito incisivo, no sentido de que seria

[...] preciso acabar com essa história de Grécia e de imaginar que os gregos tinham uma única concepção de beleza e que foram belos, como os mármore que nos legaram. Convém não esquecer que tais mármore são imagens religiosas e sempre os homens fizeram os seus deuses mais belos, mesmo quando os fazem humanos⁹³.

Temas helênicos ocupavam o ideário dos poetas parnasianos, a exemplo de Coelho Neto, a quem Lima Barreto não poupava críticas. No seu entender, tratava-se de poesia apegada na forma, vazia de sentido, inexistente de conteúdo, centrada em vasos gregos, indicativos de preciosismos e de lugares-comuns de modelo cultural que nada nos dizia. Para Lima Barreto, o poeta Coelho Neto “[...] *nunca pôde*

89 Lima Barreto, cit., p. 89.

90 Lima Barreto, cit., p. 149.

91 Lima Barreto, cit., p. 243.

92 Lima Barreto, cit., p. 304.

93 Lima Barreto, cit., p. 133.

*perceber que nós hoje não podemos sentir como a Grécia e que seus deuses nos são estranhos perfeitamente e quase incompreensíveis*⁹⁴.

O convencionalismo que marcava a burocracia também recebia críticas do antifetichismo institucional de Lima Barreto, e o passo que segue é comprovação da assertiva:

Neste ponto como naquele, nesta ou naquela profissão, tenham-se as melhores ou piores aptidões, o que se nos pede nessa sociedade burguesa e burocrática é muita abdicação de nós mesmos, é um apagamento de nossa individualidade particular, é um enriquecimento de idéias e sentimentos comuns e vulgares, é um falso respeito pelos chamados superiores e uma ausência de escrúpulos próprios, de modo a fazer os tímidos e delicados de consciência não suportar sem os mais atrozes sofrimentos morais a dura obrigação de viver, respirar a atmosfera deletéria da covardia moral, de panurgismo, de bajulação, de pusilanimidade, de falsidade, que é a que envolve este ou aquele grupo social e traz o sossego dos seus fariseus e saduceus, um sossego de morte de consciência⁹⁵.

E quando, ainda jovem e aposentado, deixou o emprego de funcionário público, consignou em crônica publicada em 7 de dezembro de 1918:

Sem que me atribua qualidades excepcionais, detesto a hipocrisia e por isso digo que deixo o emprego sem saudades. Nunca o amei, jamais o prezei. No começo, se tivessem respeitado o meu proceder, a dignidade do meu provimento, o meu trabalho e as qualidades de burocrata que eu tinha como todos os outros, talvez mudasse de sentimento, e, mesmo, como tantos outros, me tivesse deixado anular comodamente no ramerrão burocrático. Não quiseram assim, revoltei-me; e, desde essa revolta, que sei que os meus desastres são devidos muito a mim e um pouco aos outros. Daí para cá, todo o meu esforço tem sido livrar-me de tal lugar, que é para a minha consciência um foco de apreensões, transformando-se ele em um inquisitorial aparelho de torturas espirituais que me impede de pensar tão-somente no esplendor do mistério e rir-me à vontade desses bonecos sarapintados de títulos e distinções que, não sem pena, me fazem gargalhar interiormente para mais perfeitamente gozar a bronca estultícia deles⁹⁶.

94 Lima Barreto, cit., p. 318.

95 Lima Barreto, cit., p. 406.

96 Lima Barreto, cit., p. 407-408.

Lima Barreto criticava os *heróis nacionais*. Não compreendia a glória de Santos Dumont, que os brasileiros queremos que seja o inventor do avião. E em crônica datada de 10 de julho de 1911 colocou o aviador ao lado do Barão do Rio Branco (que nunca perdoava), quando escreveu que

[...] sei bem que Santos Dumont é como o barão do Rio Branco; está sagrado, está sob 'tabu'; mas – que diabo! – isto de perguntar simplesmente – que fim levou? – não é sacrilégio, não é ofensa que vá ferir o respeito polinésico que temos por certo dos nossos grandes homens⁹⁷.

Esse antifetichismo institucional substancializa-se definitivamente em crônica publicada em 7 de janeiro de 1915, sob o título *A Lei*, que nos dá conta do desprezo do escritor pelas instituições de seu tempo. A reprodução é longa, porém necessária, e o enredo explica-se por si mesmo:

Este caso da parteira merece sérias reflexões que tendem a interrogar sob a serventia da lei. Uma senhora, separada do marido, muito naturalmente quer conservar em sua companhia a filha; e muito naturalmente também não quer viver isolada e cede, por isto ou aquilo, a uma inclinação amorosa. O caso se complica com a gravidez e para que a lei, baseada em uma moral que já se findou, não lhe tire a filha, procura uma conhecida, sua amiga, a fim de provocar um aborto de forma a não se comprometer. Vê-se bem que na intromissão da 'curiosa' não houve espécie de interesse subalterno, não foi questão de dinheiro. O que houve foi simplesmente camaradagem, amizade, vontade de servir a uma amiga, de livrá-la de uma terrível situação. Aos olhos de todos, é um ato digno, porque, mais do que o amor, a amizade se impõe. Acontece que a sua intervenção foi desastrosa e lá vem a lei, os regulamentos, a polícia, os inquéritos, os peritos, a faculdade e berram: você é uma criminoso! Você quis impedir que nascesse mais um homem para aborrecer-se com a vida! Berram e levam a pobre mulher para os autos, para a justiça, para a chicana, para os depoimentos, para essa via-sacra da justiça, que talvez o próprio Cristo não percorresse com resignação. A parteira, mulher humilde, temerosa das leis, que não conhecia, amedrontada com a prisão, onde nunca espera parar, mata-se. Reflitamos, agora: não é estúpida a lei que, para proteger uma vida provável, sacrifica duas? Sim, duas, porque a outra procurou a morte para que a lei não lhe tirasse a filha. De que vale a lei? ⁹⁸

97 Lima Barreto, cit., p. 96.

98 Lima Barreto, cit., p. 141.

Lima Barreto foi crítico das instituições de seu tempo. Denunciou a injustiça, os resquícios da escravidão, o direito, os tribunais, a literatura oficial e a hipocrisia social.

4 A ironia dos Bruzundangas e o parentesco com Montesquieu e Swift

Obras de ficção abordam realidades e criticam instituições também por meio da imaginação topográfica e da descrição de lugares, viajantes e costumes. Captura-se a realidade, satiriza-se a política, exprime-se o que realmente se pensa, sem muitos rodeios. Recusa-se a moral, a política e o direito vigentes, de modo sardônico. O objetivo dessa seção é comparar a ironia de Lima Barreto com características semelhantes, encontradas em Montesquieu e em Jonathan Swift.

Propõe-se mundo novo a partir de escombros do mundo em que vivemos. Qualifica-se atrevimento inusitado, disfarçado sob prosa ficcional. Há tradição nesse sentido, e reporto-me às *Cartas Persas* de Montesquieu e às *Viagens de Gulliver*, de Swift. Esta última obra teria fortemente impressionado Lima Barreto, e há relações entre a *República dos Bruzundangas* e os mundos imaginários do criador de Gulliver. São estes os temas centrais na continuidade do presente estudo sobre Lima Barreto.

Parte-se de fragmentos literários; é que “*enquanto a literatura libera os possíveis, o direito codifica a realidade, a institui por uma rede de qualificações convencionadas, a encerra num sistema de obrigações e interdições*”⁹⁹. Resgatam-se *contadores de estórias*, donos de arte que marcharia para um fim, na impressão do filósofo da melancolia¹⁰⁰.

Pode-se creditar a autores de ficção o papel de reformadores do direito. Montesquieu motejou da França pré-revolucionária, na qual o rei contava com conselheiro quase adolescente e com amante octogenária. Swift demonstrou o ridículo das pendengas entre liberais e conservadores, imaginando conflito entre defensores de sapatos de saltos altos que enfrentavam os partidários do uso de sapatos de saltos

99 François Ost, *Contar a Lei- As Fontes do Imaginário Jurídico*, p. 13.

100 Walter Benjamin, *Illuminations*, p. 83.

baixos. Lima Barreto denunciou as políticas do Barão do Rio Branco, fazendo-o na figura do imaginário Visconde de Pancombe.

Segue sumária leitura das *Cartas Persas*, indicando modelo de crítica ao entorno pré-revolucionário francês. Depois, apresentam-se os lances principais das *Viagens de Gulliver*, evidenciando-se sátira que nos reporta ao memorável Juvenal, embora este último achasse perigoso meter-se com os vivos, e por isso satirizava mais aos mortos ¹⁰¹.

Por fim, em ambiente nacional, colabora-se no resgate do pensamento de Lima Barreto, destemido escritor que denunciou injustiças sempre que as viu. E as via com muita frequência.

Início essa seção com o Barão de Montesquieu, Charles Louis de Secondat, o famoso presidente do parlamento de Bordeaux, crítico do absolutismo, da religiosidade exacerbada e da Igreja Católica. Montesquieu nutria profundo respeito pelas instituições inglesas, especialmente pela liberdade civil que se gozava na Inglaterra.

Montesquieu contribuiu para a fixação de Paris como centro da cultura europeia, bem como colaborou para a garantia do papel exercido pela língua francesa na história da cultura, ajudando para que esta língua se tornasse o idioma franco da intelectualidade do século XVIII.

As Cartas Persas foram publicadas em 1721. O enredo é simples. Nos últimos anos do reinado de Luís XIV, e nos primeiros anos da Regência, dois persas, Rica e Usbek, trocavam inúmeras cartas com correspondentes na Pérsia (hoje Irã), ao longo de animada viagem pela Europa pré-revolução francesa.

O conteúdo das epístolas revela crítica corrosiva à França dos Bourbon, numa época de *literatos suscetíveis e pedantes*, de *damas libertinas e jogadoras*. Cartas suscitam substrato importantíssimo para a tentativa de compreensão do momento em que foram escritas, e nessa qualidade substancializam documentos primários¹⁰². No caso das *Cartas*

101 Ettore Paratore, *História da Literatura Latina*, p. 761.

102 Cf. Robert A. Ferguson, *Law and Letters in American Culture*.

Persas tem-se elemento ficcional, porém indicativo seguro da época e lugar que o Barão de Montesquieu se propunha a criticar.

Traço irônico é explicitado logo na primeira carta: “*Somos Rica e eu talvez os primeiros persas que, levados da sede de aprender, saímos do nosso país, abandonando as doçuras de uma vida sossegada para afadigar-nos em busca a sabedoria*”¹⁰³.

Enquanto Rica viaja, um eunuco guarda as mulheres de Usbek; este último refere-se àquele primeiro como “*o guarda fiel das mais formosas mulheres da Pérsia*”¹⁰⁴. É impressionante o relato do eunuco, que do *serralho* (harém) insiste que ainda detém certo poder; a ambição é relegada à condição de paixão. Paris foi descrita pelos persas, isto é, bem entendido, o próprio Montesquieu dava conta da capital dos franceses:

Estamos em Paris há um mês, e sempre em contínuo movimento. [...] Tão grande é Paris [...] e tão altas são as casas, que se dissesse serem astrólogos todos os moradores. Bem avalia que uma cidade edificada nos ares, com seis ou sete casas umas em cima das outras, está sobremaneira povoada, e qual seja a confusão quando todos saem à rua. Talvez não acredites: há um mês que aqui estou e inda não vi ninguém andar. Ninguém se aproveita mais da máquina do corpo que os franceses, que correm e voam: fa-los-iam cair em delírio as lentas carruagens da Ásia e o passo mesurado dos nossos camelos [...] não posso tolerar são as cotoveladas que me dão regular e periodicamente [...]”¹⁰⁵.

O rei foi apresentado de modo zombeteiro, desafiando-se imagem que soberanos franceses insistiam em difundir, especialmente, no caso de Luís XIV. Consta que houve intenso trabalho para a construção da imagem pública de Luís XIV, especialmente mediante ampla produção iconográfica, a exemplo do mármore trabalhado por Gilles Guérin, que talha um Luís XIV todo poderoso derrotando a *fronda*¹⁰⁶.

103 Montesquieu, *Cartas Persas*, p. 31.

104 Montesquieu, cit., p. 32.

105 Montesquieu, cit., p. 34.

106 Cf. Peter Burke, *A Fabricação do Rei- A Construção da Imagem Pública de Luís XIV*, p. 50.

O Luís XIV das *Cartas Persas* é praticamente outra figura, despida de todo aquele construído que o elevou à categoria de *rei-sol*:

O mais poderoso príncipe da Europa é o rei da França. Não possui minas de ouro como o seu vizinho o rei da Espanha; é, porém, mais rico do que ele, porque tira sua riqueza da vaidade da riqueza de seus súditos, mais inesgotável do que as minas. Viram-no empreender ou sustentar grandes guerras sem outros fundos que a venda de títulos honoríficos, e por um prodígio do orgulho humano, eram pagos os seus exércitos, fortificadas as suas praças e equipadas as suas esquadras. Além disso, este rei é um grande mágico, que manda até na inteligência dos seus vassallos, fazendo-os pensar como ele quer. Se há um milhão de escudos no seu tesouro, e tem necessidade de dois, persuade-os de que um vale tanto quanto dois, e acreditando-lhe. Se tem que sustentar uma guerra difícil, e está sem dinheiro, mete-lhes em cabeça que um pedaço de papel é dinheiro, e imediatamente se convencem disso. Chega a tal ponto, que lhes faz crer que os cura de toda casta de males com tocá-los, tanto é a força e o poderio que tem nos ânimos¹⁰⁷.

O motejo ganhava modo superlativo quando Montesquieu fazia Usbek observar que o rei possuía caráter prenhe de contradições. Entre outras, e como já observado, os viajantes imaginários riram do fato de que o rei contava com “[...] *um ministro de dezoito anos e uma amante de oitenta*”¹⁰⁸.

Os jardins do palácio real eram magníficos, havia mais estátuas na área do jardim do que habitantes em cidade populosa... Autoridades eclesiásticas não foram poupadas. Montesquieu referiu-se ao papa de modo também sarcástico:

Não te espantes com o que digo deste príncipe, que outro mágico há maior do que ele, o qual manda tanto no seu espírito quanto ele nos demais. Chama-se este mágico o papa: ora faz-lhe crer que três são um; ora, que o pão que comemos não é pão, nem é vinho o vinho que bebemos, e outras mil coisas deste jaez¹⁰⁹.

A crítica à Igreja é encontrada em várias outras seções do livro. O anticlericalismo é traço característico no pensamento iluminista. Dito de autoria incerta fazia que se pensasse que a felicidade reinaria na face

107 Montesquieu, cit., p. 65.

108 Montesquieu, cit., p. 85.

109 Montesquieu, cit., loc. cit.

da Terra quando se enforcasse o último rei nas tripas do último padre. E exemplifico com mais uma estocada de Montesquieu, que também atacava diretamente o dirigente maior da Igreja Católica:

O chefe dos cristãos é o papa, velho ídolo a quem, meramente por costume, queimam incensos. Fazia-se temer outrora até dos príncipes, pois os depunha com tanta facilidade, como os nossos magníficos sultões depõem os reis de Irimeta e Geórgia. Mas agora ninguém o teme. Diz-se se sucessor de um dos primeiros cristãos, que há nome S. Pedro, é certo que a herança é pingue; pois possui imensos tesouros e é senhor de um dilatado país¹¹⁰

Montesquieu alcançou vários pontos da estrutura eclesiástica, e a crítica aos bispos também era contundente. O conjunto deve ser compreendido, do ponto de vista de uma historiografia pretensamente marxista, em estruturação ideológica que se prestava a papel importante na luta de classes, não obstante a figura circunstancial de *estamento*, e a oposição da burguesia à nobreza e ao clero:

Os bispos são uns príncipes da lei que lhe estão subordinados, e sob sua autoridade desempenham dois cargos muito diferentes. Quando estão congelados, fazem, como ele, artigos de fé; mas, quando estão separados, quase não têm outra função que dispensar do cumprimento da lei. Porque há de saber que está a religião cristã cheia de preceitos mui dificultosos de praticar; e tendo visto que era mais fácil ter bispos que dispensem de suas obrigações do que cumpri-las em benefício da pública utilidade, tomaram o primeiro alvitre [...] Os bispos não fazem artigos de fé, por moto próprio, e há uma infinidade de doutores, os mais deles jesuítas, que levantam mil novas questões acerca da religião; deixam-nos discutir muito tempo e dura a guerra até que uma decisão venha pôr-lhe termo. Por isso posso assegurar-te que nunca houve reino em que tenha havido tantas guerras civis como o de Cristo¹¹¹.

Mencionou-se a Inquisição e o costume de se presumir a culpa de todos os acusados. Na Europa se acreditava que os homens seríamos maus por natureza... A crítica contra o modelo tributário fora também muito sutil.

Observou o suposto autor da carta que *“tão caro está o vinho em Paris com os impostos com que o gravam, que parece têm intuito de*

110 Montesquieu, cit., pp. 73-74.

111 Montesquieu, cit., p. 74.

*obrigar a que executem os preceitos do divino Alcorão, que veda este licor*¹¹².

Em linhas gerais, Montesquieu insistia que necessidades reais de contribuintes não poderiam ser exploradas em nome de necessidades imaginárias de governantes. Montesquieu mostra-nos que os viajantes zombavam dos costumes europeus, do modo de vida e, em especial, há excerto referente às mulheres, de autoria atribuída a Usbek, e endereçado a Roxana, que ficara na Pérsia:

Se te houvesse criado neste país, não terias ficado tão perturbada. Aqui as mulheres perderam todo recato; apresentam-se aos homens com a cara descoberta, como se quisessem solicitar a sua própria derrota; seguem-nos com os olhos; veem-nos nas mesquitas, nos passeios e nas próprias casas, e não conhecem o uso de se servirem de eunucos. Em vez da nobre candura e do pudor amável que reina entre vós, vê-se nelas um brutal despejo, a que não é possível a gente acostumar-se¹¹³.

Os viajantes persas perceberam a luta de classes, anunciando-se agudo conflito que conduziria à Revolução Francesa. Nesse sentido, os persas de Montesquieu captavam o que de mais grave se vivia na França, então um vulcão quase pronto para entrar em erupção. Para os viajantes imaginários:

Em França há três espécies de estados: a Igreja, a espada e a toga. Cada um deles dedica um soberano desprezo aos outros dois; e assim, tal que devera ser desprezado por ser um parvo, muitas vezes só o é por ser togado. Até os mais ínfimos artífices contendem acerca da excelência da arte que escolheram; cada um se sobrepõe ao que abraçou outra profissão, segundo a ideia que para si formou da superioridade da sua¹¹⁴.

Montesquieu criticou sociedade francesa de seu tempo, especialmente alguns grupos da nobreza, que se fechavam nos salões, que abrigavam discussões intermináveis, onde desfilavam figuras extremamente vaidosas:

112 Montesquieu, cit., p. 79.

113 Montesquieu, cit., loc. cit.

114 Montesquieu, cit., p. 92.

Por toda a parte vejo homens que sem cessar falam de si mesmos; as conversações deles são um espelho que sempre retrata a sua impertinente cara. Falam das mais pequenas coisas que lhe sucederam, e querem que a eficácia com que as pintam, as engrandeça aos olhos alheios; tudo fizeram eles, tudo viram, tudo disseram e tudo pensaram; são modelo universal, matéria inesgotável de comparações, inextinguível fonte de exemplos. Oh, que desenhada coisa é o louvor que recai no lugar donde parte!¹¹⁵.

O papel satírico que as *Cartas Persas* desempenharam indicam a misantropia de seu autor para com o modelo normativo que então se vivia, e que era centrado no Estado, deixando-se de lado qualquer outra tentativa de cogitar de entorno jurídico que possibilitasse avanço efetivo para quem eventualmente precisasse da atuação estatal, em favor dos mais humildes.

Nesse sentido, como se observará, há semelhanças entre as sátiras de Montesquieu de Lima Barreto.

Prossigo com o irlandês Jonathan Swift, que publicou *Viagens de Gulliver* em 1726. Swift exerceu o ministério religioso como pastor protestante. Ao fim da vida, teria sofrido de mal de Alzheimer.

Viagens de Gulliver protagoniza paródia aos livros de viagem, tão em voga no início do século XVIII. Lemuel Gulliver era médico inglês, cirurgião em navios comerciais, que após naufrágios e demais peripécias aportou em lugares estranhos. A imaginação topográfica de Swift não tinha limites. São quatro grandes viagens que compõem o livro.

Na primeira delas Gulliver contava com 39 anos. Os nomes dos lugares por onde passou indicam mistérios insuspeitos: *Lilliput*, *Brobdingnag*, *Laputa*, *Balnivarbi*, *Glubbudbrid*, *Luggnagg*, *Houyhnmmland*, bem como paragens mais reais, a exemplo do Japão, da Holanda e de Portugal.

A primeira aventura tem início quando Gulliver acorda após um naufrágio. Ele se vê enlaçado por pequeníssimas cordas. Está em

115 Montesquieu, cit., p. 104.

Lilliput. Os habitantes da região são minúsculos; o cirurgião inglês vê-se como um gigante. Tenta a primeira fuga, porém incomoda-se com imensidão de pequenas flechas.

Os lilliputianos, homens em miniatura, atacam o herói misantropo de Swift. Na medida em que ganhava a confiança daquelas estranhíssimas e pequenas figuras, Gulliver percebeu costumes estranhos. Políticos buscavam apoio popular e para tal pulavam cordas. A imagem é expressiva, a movimentação de cordas confirma mudanças recorrentes de opinião. Gulliver mostrou-se fiel ao *imperador*, a quem jurou fidelidade. Crescia seu bom relacionamento com os lilliputianos.

Ao longo da narrativa Gulliver observava o modo de vida de *Lilliput*. Percebia que temas constitucionais eram discutidos com virulência. Havia dois grupos hermenêuticos em disputa: os *tramecksan* odiavam os *slamescksan*.

Aqueles primeiros defendiam o uso de sapatos com *saltos altos*, estes últimos sustentavam que a constituição determinava que se usassem *saltos baixos*. A antinomia evidencia paródia aos *whigs* e *tories* ingleses, isto é, liberais e conservadores. Os ministros do imperador usavam saltos baixos.

A população em geral preferia os saltos altos. Discutia-se muito também a propósito de como deveriam ser quebrados os ovos. Costumes ancestrais exigiam que se quebrassem os ovos por baixo, pela parte mais larga. Imperadores mais recentes desafiavam as tradições e insistiam que os ovos deveriam ser quebrados pela parte menor, isto é, por cima. Ao que consta, havia gente que preferia morrer a quebrar os ovos por cima...

O modelo jurídico chamou a atenção de Gulliver. Se acusados conseguissem provar inocência, acusadores seriam condenados à morte. Crimes contra o Estado eram punidos de modo extremamente severo. Fraudes eram punidas mais draconianamente do que roubos. A ingratidão era um dos mais sérios crimes.

Empregos eram obtidos menos em função das habilidades do candidato do que em decorrência das qualidades morais que apresentasse.

A percepção de *justiça*, tal como reproduzida nos tribunais de *Lilliput*, era representada por seis olhos, uma bolsa de ouro (aberta) em uma imaginária mão direita, e uma espada na mão esquerda; mostrava-se maior disposição em se recompensar do que em punir.

Gulliver descobriu um inimigo *Bolgolam*, almirante que fazia intrigas e que prejudicou o médico inglês ao vinculá-lo ao imperador de *Blefescu*, ilha vizinha, rival de *Lilliput*. O imperador de *Blefescu* apoiava o grupo que defendia a quebra dos ovos pela parte de baixo. Os habitantes de *Blefescu* eram ameaça recorrente; acreditava-se que invadiriam *Lilliput* a qualquer momento.

E porque Gulliver tentou apagar um incêndio, urinando na pequena fogueira, foi acusado de altíssima traição, de modo que precisou fugir para *Blefescu*. Um navio mercante inglês o salvou. Gulliver retornou para a Inglaterra. Encerrou-se a primeira etapa da inusitada viagem.

De volta ao mar, Gulliver foi deixado numa praia deserta por alguns marinheiros que saíram na busca de água fresca. Descobriu que estava numa terra de gigantes, *Brobdingnag*. Reduzido a boneco de brinquedo pela filha de um fazendeiro arrogante, Gulliver viu-se atacado por ratos gigantes; defendeu-se com a própria espada.

O fazendeiro exibiu Gulliver por todo o país, que se impressionou com o pequeno tamanho do médico inglês. A rainha comprou Gulliver e fez dele brinquedinho particular. Não obstante bem cuidado, Gulliver sentia-se humilhado com o tratamento que lhe era dispensado.

Gulliver narrou orgulhosamente o modo de vida europeu, com especial deferência às ilhas inglesas e à colônia na América. O soberano da terra dos gigantes assustava-se com a descrição das armas usadas na Europa, bem como se assustou com a crueldade com que europeus usavam destas armas.

Em *Brobdingnag* a razão era o motivo da obediência das leis, e não a força. As leis eram sumárias, nenhum texto normativo poderia ultrapassar o número de 22 palavras, isto é, o equivalente o número de letras do alfabeto. Textos normativos não usavam palavras

desnecessárias ou de interpretação muito ampla, cada expressão deveria possuir significado unívoco.

Na terceira das viagens, após fugir de piratas, Gulliver foi salvo pelos habitantes de *Laputa*. Tratava-se de ilha imensa que parecia flutuar no céu. Os habitantes da ilha cultivavam a música e a matemática. Especulavam e filosofavam o tempo todo. Somente a abstração os cativava.

Levado por outros piratas para outra ilha desconhecida, Gulliver protagonizou as aventuras da quarta e última viagem. Foi levado para *Houyhnhumland*, onde conheceu incríveis figuras hirsutas, os *yahoos*. Pelo menos era esta a palavra que aquelas criaturas repetiam inúmeras vezes.

Os *yahoos* pareciam-se muito com seres humanos. Quando descobriram que as roupas de Gulliver poderiam ser tiradas, e quando o viram totalmente nu, concluíram que o médico inglês só poderia ser um deles...

Gulliver começou a aprender a língua de *Houyhnhumland*. Descobriu problemas de comunicação, na medida em que os *yahoos* não tinham palavras para designar conceitos como crime, poder e governo. Razão e natureza guiavam aquelas figuras. Não havia advogados, médicos ou políticos.

Aceitava-se a morte, não se faziam velórios; o fim da vida era decorrência intrínseca ao viver - - nada mais natural. Ambiguidades e discussões sutis eram inexistentes. A noção de verdade e de falsidade transcendia a qualquer conceito europeu. Gulliver encontrava-se em perfeita harmonia.

Embora decidido a nunca mais voltar para a Europa, Gulliver foi descoberto por alguns navegadores portugueses que o conduziram à Península Ibérica. Desgostoso com os homens, saudoso dos *yahoos*, Gulliver preferia a sociedade dos cavalos. Embora se reconciliando com a esposa, Gulliver abandonou para sempre qualquer ligação com a espécie humana; era um misantropo.

Irritado com a civilização, cheio de benevolência para com o outro, defensor da educação feminina, crítico de doutores e de charlatães, da guerra e dos intelectuais, Gulliver buscava utopia que se revelou nos *yahoos* e numa nova forma de apreender a civilização e suas leis.

Como se verá, a sátira de Swift também guarda semelhanças com a ironia de Lima Barreto em a República dos Bruzundangas. Tratava-se de uma jovem república que lutava no ambiente do colapso do modelo escravocrata, deposto em 1889, embora ainda persistisse o predomínio dos grupos ligados à grande lavoura.

A imaginária *República dos Bruzundangas* é retrato mais do que fiel do Brasil que Lima Barreto se propunha a criticar. E que examinou, por meio de sátira incisiva. A literatura oficial, canonizada, que o marginalizava, e que não o aceitou como membro da Academia Brasileira de Letras, foi escarnejada na figura dos *Samoiedas*.

O bacharelismo oco ganhou foros de *nobreza*. Lima Barreto motejou dos *doutores brasileiros*. Esta época presenciou o auge do bacharelismo, quando vivenciou-se a profissionalização da política e o triunfo do bacharelismo liberal.

O Barão do Rio Branco, alvo perene das críticas de Lima Barreto, foi castigado, na figura do imaginário *Pancome*. Muitos excertos de Lima Barreto comprovam a assertiva. Reproduzirei interessantíssimo fragmento sobre a Constituição entre os bruzundangas, o que sugere crítica a nosso constitucionalismo atual. Tudo muito parecido. Nada tão próximo aos nossos tempos.

A política econômica da República Velha foi açoitada. O estilo de ensino foi escrutinado. O modelo religioso foi objeto de engraçada passagem. O que se tem, em resumo, é quadro crítico e inteligente de nossas instituições. Muito atual. Nesse sentido, Lima Barreto protagonizou entre nós função que os europeus conheceram em Montesquieu e em Swift.

Lima Barreto é um crítico, despreza formalismos, centrado na correção da língua, e nesse sentido precede aos modernistas.

Lima Barreto não perdoava o formalismo dos parnasianos. Criticava literatura que pouco dizia, que pouco tinha a dizer e que se preocupava exclusivamente com métricas. A literatura de Bruzundanga foi apontada como *literatura estrangeira*. Lima Barreto introduziu crítica à literatura convencional em gancho muito bem engendrado:

Queria evitar, mas me vejo obrigado a falar na literatura da Bruzundanga. É um capítulo dos mais delicados, para tratar do qual não me sinto completamente habilitado. Dissertar sobre uma literatura estrangeira supõe, entre muitas, o conhecimento de duas cousas primordiais: ideias gerais sobre literatura e compreensão fácil do idioma desse povo estrangeiro. Eu cheguei a entender perfeitamente a língua da Bruzundanga, isto é, a língua falada pela gente instruída e a escrita por muitos escritores que julguei excelentes; mas aquela em que escreviam os literatos importantes, solenes, respeitadas, nunca consegui entender, porque redigem eles as suas obras, ou antes, os seus livros, em outra muito diferente da usual, outra essa que consideram como sendo a verdadeira, a lídima, justificando isso por ter feição antiga de dois séculos ou três. Quanto mais incompreensível é ela, mais admirado é o escritor que a escreve, por todos que não lhe entenderam o escrito¹¹⁶.

Constatando preconceito linguístico típico de nossa cultura, Lima Barreto identificava língua falada, outra escrita (por alguns bons escritores), bem como uma terceira, *muito diferente da usual*, usada pelos escritores formalistas. Trata-se de língua incompreensível. E quanto mais difícil, mais se valorizava o escritor.

José Veríssimo e Duque Estrada eram os críticos que ditavam a moda formal. Bom escritor seria aquele que escrevia formalmente. O assunto, preconceito linguístico, tem sido retomado por Marcos Bagno, professor da Universidade de Brasília, para quem o uso de língua formal é meio para exclusão social; não se tem gramática, tem-se *dramática*... O escritor convencional, parnasiano e simbolista foi caricaturado por Lima Barreto:

[...] a bagagem deles [dos literatos] consta de conferências, poesias recitadas nas salas, máximas pronunciadas na intimidade de amigos, discursos em batizados ou casamentos, em banquetes de figurões ou em cerimônias escolares, cifrandose, as mais das vezes, a sua obra escrita em uma plaquette de fantasia de menino, coletâneas de ligeiros artigos de jornal ou num maçudo compêndio de aula, vendidos, na

116 Lima Barreto, *Os Bruzundangas*, p. 20.

nossa moeda, à razão de quinze ou vinte milréis o volume. Estes tais são até os escritores mais estimados e representativos, sobretudo quando empregam palavras obsoletas e são médicos com larga freguesia. São eles lá, na Bruzundanga, conhecidos por ‘expoentes’ e não há moça rica que não queira casar com eles¹¹⁷.

Para Lima Barreto, eram *estimados e representativos* os representantes daquele grupo de autores que nada havia escrito; eram oradores de festinhas de aniversário. Usavam palavrório rebarbativo, expressões perdidas no tempo. E as mocinhas ricas os queriam como maridos... Lima Barreto não se traia, falava de si o tempo todo. É que, ao que consta, sempre fora preterido pelas mocinhas casadoiras, que o desprezavam, porque pobre e mulato. E Lima Barreto continuava reprimendo os literatos do país imaginário:

O que caracteriza a literatura daquele país, é uma curiosa escola literária lá conhecida por ‘Escola Samoieda’. Não que todo o escritor bruzundanguense pertença a semelhante rito literário; os mais pretensiosos, porém, e os que se têm na conta de sacerdotes da Arte, se dizem graduados, diplomados nela. [...] Só querem a aparência das coisas. Quando (em geral) vão estudar medicina, não é a medicina que eles pretendem exercer, não é curar, não é ser um grande médico, é ser doutor; quando se fazem oficiais do exército ou da marinha, não é exercer as obrigações atinentes a tais profissões, tanto assim que fogem de executar o que é próprio a elas. Vão ser uma ou outra cousa, pelo brilho do uniforme. Assim também são os literatos que simulam sêlo para ter a glória que as letras dão, sem querer arcar com as dores, com o esforço excepcional, que elas exigem em troca. A glória das letras só as tem, quem a elas se dá inteiramente; nelas, como no amor, só é amado quem se esquece de si inteiramente e se entrega com fé cega. Os samoiedas [...] contentam-se com as aparências literárias e a banal simulação de notoriedade, umas vezes por incapacidade de inteligência, em outras por instrução insuficiente ou viciada, quase sempre, porém, por falta de verdadeiro talento poético, de sinceridade, e necessidade, portanto, de disfarçar os defeitos com pelotiques e passes de mágica intelectuais¹¹⁸.

Lima Barreto odiava parnasianos que viviam fazendo odes a vasos gregos. Para Lima Barreto, antecedendo-se a crítica da segunda metade do século XX, a *Grécia serve para tudo, especialmente na*

117 Lima Barreto, cit., p. 24.

118 Lima Barreto, cit., p. 25.

*Bruzundanga...*¹¹⁹ Os formalistas eram identificados por Lima Barreto como intratáveis, cheios de idiosincrasias:

Não há como discutir com eles, porque todos se guiam por idéias feitas, receitas de julgamentos e nunca se aventuram a examinar por si qualquer questão, preferindo resolvê-las por generalizações quase sempre recebidas de segunda ou terceira mão, diluídas e desfiguradas pelas sucessivas passagens de uma cabeça para outra cabeça¹²⁰.

O negócio dos *samoiedas* era, segundo Lima Barreto, “ [...] encontrar uma espécie de tabuada que lhes fizesse multiplicar a versalhada [...] como as tais regras poéticas do suposto príncipe eram bem acessíveis à sua paciência de correccionais, adotaramnas como artigos de fé, exageraramnas até ao absurdo”¹²¹.

Denunciava estilo que não era nosso, que vinha de outras plagas, de difícil aplicabilidade, e de excesso de formalidade. É que:

*A Bruzundanga, como sabem, fica nas zonas tropical e subtropical, mas a estética da escola pedia que eles se vestissem com peles de urso, de renas, de martas e raposas árticas. [...] Estes, porém, crentes na eficácia da vestimenta para a criação artística, morrem de fome, mas vestem-se à moda da Sibéria. [...] Nenhum deles tinha visto um iceberg, mas gabavam os ouvintes a moção com que o outro traduzira em verso o espetáculo desse fenômeno das circunvizinhanças dos polos.*¹²²

A sátira ganhava contornos ainda mais fortes quando Lima Barreto identificava *as leis* dessa literatura formal, enunciando-as, da forma seguinte:

1.º Sendo a poesia o meio de transportar o nosso espírito do real para o ideal, deve ela ter como principal função provocar o sono, estado sempre profícuo ao sonho. 2.º A monotonia deve ser sempre procurada nas obras poéticas; no mundo, tudo é monótono (TuqueTuque). 3.º A beleza de um trabalho, poético não deve ressaltar desse próprio trabalho, independente de qualquer explicação; ela deve ser encontrada com as explicações ou comentários fornecidos pelo autor

119 Lima Barreto, cit., p. 26;

120 Lima Barreto, cit., loc. cit.

121 Lima Barreto, cit., p. 29.

122 Lima Barreto, cit., p. 30.

ou por seus íntimos. 4.º A composição de um poema deve sempre ser regulada pela harmonia imitativa em geral e seus derivados¹²³.

O modelo político fora ridicularizado; o que diferenciaria senadores e deputados seria, tão somente, a duração do mandato; um deles mais longo, o outro, pouco mais curto. E do ponto de vista econômico, os ciclos clássicos do Brasil foram marcados a ferro. Eis como Lima Barreto definia a economia de seu Brasil- Bruzundanga:

O país vivia de expedientes, isto é, de cinquenta em cinquenta anos, descobriase nele um produto que ficava sendo a sua riqueza. Os governos taxavamno a mais não poder, de modo que os países rivais, mais parcimoniosos na decretação de impostos sobre produtos semelhantes, acabavam, na concorrência, por derrotar a Bruzundanga; e, assim, ela fazia morrer a sua riqueza, mas não sem os estertores de uma valorização duvidosa. Daí vinha que a grande nação vivia aos solavancos, sem estabilidade financeira e econômica; e, por isso mesmo, dando campo a que surgissem, a toda a hora, financeiros de todos os seus cantos e, sobretudo, do seu parlamento¹²⁴.

O escritor tentava mostrar como a tributação sufocava a economia e estrangulava o potencial nacional de vantagens comparativas. Lima Barreto procurava entender como o modelo fiscal limitava o crescimento econômico, abafando suposta *galinha dos ovos de ouro*. É então que aparece no texto mais um doutor, especialista em finanças, e ligado à política:

Naquele ano, isto há dez anos atrás, surgiu na sua Câmara um deputado que falava, muito em assuntos de finanças, orçamentos, impostos diretos e indiretos e outras cousas cabalísticas da ciência de obter dinheiro para o Estado. A sua ciência e saber foram logo muito gabados, pois o Tesouro da Bruzundanga, andando quase sempre vazio, precisava desses mágicos financeiros, para não se esvaziar de todo. Chamavase o deputado Felixhimino Ben Karpatoso. Se era advogado, médico, engenheiro ou mesmo dentista, não se sabia bem; mas todos tratavamno de doutor¹²⁵.

O direito tributário foi reduzido a *cabalística de ciência para obter dinheiro do Estado*. E porque o tesouro viveria em constante debilidade,

123 Lima Barreto, cit., loc. cit.

124 Lima Barreto, cit., p. 35.

125 Lima Barreto, cit., loc. cit.

seriam necessários mágicos que conhecem de finanças. Entrava em cena o Doutor Karpatoso, que:

[...] tinha uma erudição sólida e própria em matéria de finanças. Não citava Leroy Beaulieu absolutamente. Os seus autores prediletos eram o russopolaco Ladislau Poniatwsky, o australiano Gordon O'Neill, o chinês MaFiFu, o americano William Farthing e, sobretudo, o doutor Caracoles y Mientras, da Universidade de Caracas, capital da Venezuela, que, por ser país sempre em bancarrota, dava grande autoridade ao financista de sua principal universidade¹²⁶.

A escolha dos nomes dos autores prediletos do Doutor Karpatoso, por parte do autor aqui estudado, fixava ponto máximo na criatividade narrativa de Lima Barreto. Reporto-me, especialmente, ao especialista venezuelano que o livro menciona. O ilustre financista substancializava todos os demais expertos brasileiros:

A fama do doutor Karpatoso subia e a sua elegância também. Fez uma viagem à Europa, para estudar o mecanismo financeiro dos países do Velho Mundo. Voltou de lá naturalmente mais sábio; o que, porém, ele trouxe de fato, nas malas, e foi verificado pelos elegantes do país, foram fatos, botas, chapéus, bengalas, dernier bateau, como dizem os smarts das colônias francesas da Ásia, da África, da América e da Oceania¹²⁷.

Os conceitos tributários do Dr. Karpatoso seriam assombrosos. Era gênio na concepção de fatos geradores que fomentariam a receita tributária. Sabia exatamente como alcançar circunstâncias tributárias. Segundo Lima Barreto:

Três dias após, ele tinha as ideias salvadoras: aumentava do triplo a taxa sobre o açúcar, o café, o querosene, a carneseca, o feijão, o arroz, a farinha de mandioca, o trigo e o bacalhau; do dobro, os tecidos de algodão, os sapatos, os chapéus, os fósforos, o leite condensado, a taxa das latrinas, a água, a lenha, o carvão, o espírito de vinho; criava um imposto de 50% sobre as passagens de trens, bondes e barcas, isentando a seda, o veludo, o champagne, etc., de qualquer imposto. Calculando tudo, ele obtinha trinta mil contos¹²⁸.

126 Lima Barreto, cit., p. 36.

127 Lima Barreto, cit., p. 38.

128 Lima Barreto, cit., loc. cit.

O Dr. Karpatoso enfrentou deputados que se insurgiam. Havia, no entanto, justificação para tudo. Imaginou que para que impressionássemos os estrangeiros deveríamos nos vestir de modo majestoso e imponente; para isso, aumentar-se-ia a tributação do algodão, e dar-se-ia alívio fiscal para produção e consumo de seda e de lã, artigos suntuosos. Os preços dos transportes seriam aumentados, o que qualificaria benefício. É que:

O barateamento das passagens só traz a desmoralização da família. Com as passagens caras, diminuirão os passeios, os bailes, as festas, as visitas, os piqueniques, conseqüentemente os encontros de namorados, a procura de casas suspeitas, etc., de forma que os adultérios e as seduções sensivelmente hão de ser mais raros¹²⁹.

Lima Barreto continuava mofando das propagandas que a república imaginária fazia de si mesma. Editavam livros de propaganda. Eram distribuídos. Ninguém os compraria. Eram escandalosamente mentirosos. Prenhes de otimismo encomendado. Do ponto de vista social, em Bruzundanga havia tipo especial de nobreza, formada pelos doutores. É o núcleo da crítica de Lima Barreto:

A nobreza da Bruzundanga se divide em dois grandes ramos [...] como na França de outros tempos, em que havia a nobreza de Toga e a de Espada, na Bruzundanga existe a nobreza doutoral e uma outra que, por falta de nome mais adequado, eu chamarei de palpíte. A aristocracia doutoral é constituída pelos cidadãos formados nas escolas, chamadas superiores, que são as de medicina, as de direito e as de engenharia. Há de parecer que não existe aí nenhuma nobreza; que os cidadãos que obtêm títulos em tais escolas vão exercer uma profissão como outra qualquer. É um engano. Em outro qualquer país, isto pode se dar; na Bruzundanga, não. Lá, o cidadão que se arma de um título em uma das escolas citadas, obtém privilégios especiais, alguns constantes das leis e outros consignados nos costumes. O povo mesmo aceita esse estado de cousas e tem um respeito religioso pela sua nobreza de doutores. Uma pessoa da plebe nunca dirá que essa espécie de brâmane tem carta, diploma; dirá: tem pergaminho. Entretanto, o tal pergaminho é de um mediocre papel de Holanda. As moças ricas não podem compreender o casamento senão com o doutor; e as pobres, quando alcançam um matrimônio dessa natureza, enchem de orgulho a família toda, os colaterais, e os afins. Não é raro ouvir alguém dizer com todo o orgulho: Minha prima está casada com o doutor Bacabau¹³⁰.

129 Lima Barreto, cit., p. 39.

130 Lima Barreto, cit., p. 41.

O *respeito religioso pelos doutores* era constatação do bacharelismo que nos marcava, e que de certa forma ainda nos caracteriza. Lima Barreto também zombava de festas de formaturas, dispendiosas e demoradas, vedadas aos desprovidos de recursos. Exames preliminares eram ainda mais caros.

É que poderiam ser medidos pelas matrículas gastas nos cursos secundários. E ainda, quanto aos cursos secundários, “[...] *apesar de serem lentos e demorados, os cursos são medíocres e não constituem para os aspirantes senão uma vigília de armas para serem armados cavaleiros*¹³¹”.

O título de tratamento, *doutor*, foi desconstruído pela prosa de Lima Barreto, que ainda não perdoava o fato de que doutores recebiam (e ainda recebem) tratamento especial por parte da legislação:

O título - doutor - anteposto ao nome, tem na Bruzundanga o efeito do - dom - em terra de Espanha. Mesmo no Exército, ele soa em todo o seu prestígio nobiliárquico. Quando se está em face de um coronel com o curso de engenharia, o modo de tratá-lo é matéria para atapalhações protocolares. Se só se o chama *tout court* - doutor Kamisão -, ele ficará zangado porque é coronel; se se o designa unicamente por coronel, ele julgará que o seu interlocutor não tem em grande consideração o seu título universitáriorimilitar. Os prudentes, quando se dirigem a tais pessoas, juntam os dois títulos, mas há ainda aí uma dificuldade na precedência deles, isto é, se se devem designar tais senhores por - doutor coronel - ou - coronel doutor. Está aí um problema que deve merecer acurado estudo do nosso sábio Mayrinck. Se o nosso grande especialista em coisas protocolares resolver o problema, muito ganhará a fama da inteligência brasileira. Quanto aos costumes, é isto que se observa em relação à nobreza doutoral. Temos, agora, que ver no tocante às leis. O nobre doutor tem prisão especial, mesmo em se tratando dos mais repugnantes crimes. Ele não pode ser preso como qualquer do povo. Os regulamentos rezam isto, apesar da Constituição, etc., etc.¹³².

Lima Barreto percebia reserva de mercado para bacharéis; é que

[...] os simples lugares de alcaides de polícia, equivalentes aos nossos delegados, cargos que exigem o conhecimento de simples rudimentos

131 Lima Barreto, cit., loc. cit.

132 Lima Barreto, cit., p. 42.

de direito, mas muito tirocínio e hábito de lidar com malfeitores, só podem ser exercidos por advogados, nomeados temporariamente¹³³.

Não obstante vedação constitucional, sempre se dava um jeito. E de tal modo:

A Constituição da Bruzundanga proíbe as acumulações remuneradas, mas as leis ordinárias acharam meios e modos de permitir que os doutores acumulassem. São cargos técnicos que exigem aptidões especiais, dizem. A Constituição não fez exceção, mas os doutores hermeneutas acharam uma. Há médicos que são ao mesmo tempo clínicos do Hospital dos Indigentes, lentes da Faculdade de Medicina e inspetores dos telégrafos; há, na Bruzundanga, engenheiros que são a um só tempo professores de grego no Ginásio Secundário do Estado, professores de oboé, no Conservatório de Música, e peritos louvados e vitalícios dos escombros de incêndios¹³⁴.

A referida reserva alcançava todos os pontos da vida pública. Por exemplo, segundo Lima Barreto,

Há pouco tempo, no Conselho Municipal daquele longínquo país, votouse um orçamento, dobrando e triplicando todos os impostos. Sabem os que ele diminuiu? Os impostos sobre os médicos e advogados¹³⁵.

Na organização do serviço militar obrigatório não se puderam isentar totalmente os aspirantes a doutor. Consentiu-se que estudantes não residissem ou comessem nos quartéis. E como nas demais horas estudavam, estariam livres da vida na caserna. Invocando a nobreza chinesa, e seus mandarins, com a qual comparava a nobreza brasileira, em passo que muito lembra Max Weber, Lima Barreto identificou as pedras que ornavam os anéis dos doutores.

Médicos usariam esmeralda. Advogados, o rubi. Engenheiros, a safira. Engenheiros militares, a turquesa. Engenheiros geógrafos ficaram também com a safira, porém poderiam usar certos sinais dos arcos dos anéis. Os farmacêuticos ficariam com o topázio. Os dentistas, com a granada.

133 Lima Barreto, cit., loc. cit.

134 Lima Barreto, cit., loc. cit.

135 Lima Barreto, cit., p. 43.

Os doutores foram mais uma vez punidos, na medida em assimilados aos sábios, identificados por Lima Barreto como aqueles que eram pródigos em imitar:

É sábio, na Bruzundanga, aquele que cita mais autores estrangeiros; e quanto mais de país desconhecido, mais sábio é. Não é, como se podia crer, aquele que assimilou o saber anterior e concorre para aumentá-lo com os seus trabalhos individuais. Não é esse o conceito de sábio que se tem em tal país. Sábio, é aquele que escreve livros com as opiniões dos outros. Houve um que, quando morreu, não se pôde vender-lhe a biblioteca, pois todos os livros estavam mutilados. Ele cortavalhes as páginas para pregar no papel em que escrevia os trechos que citava e evitar a tarefa maçante de os copiar¹³⁶.

Quem sabe a advertência de Lima Barreto possa valer para o presente ensaio, rico em citações e pobre em idéias originais. Voltando-se para Bruzundanga, o país era idílico. Mas as imagens muito realistas. Lima Barreto imaginou que

[...] as cidades vivem cheias de carruagens; as mulheres se arreiam de jóias e vestidos caros; os cavalheiros chiques se mostram, nas ruas, com bengalas e trajos apurados; os banquetes e as recepções se sucedem. Não há amanuense do Ministério do Exterior de lá que não ofereça banquetes por ocasião de sua promoção ao cargo imediato¹³⁷.

A república dos Bruzundangas, na ideia de seu criador literário, seria “*toda artificial e falsa nas suas bases, vivendo o país de expedientes*”. O povo vivia acusando os políticos. E teriam razão. É que, “[...] *os seus políticos são o pessoal mais medíocre que há*”¹³⁸. E vem então a crítica direta ao *político*, em passo muito atual:

*Apegamse [os políticos] a velharias, a cousas estranhas à terra que dirigem, para achar solução às dificuldades do governo. A primeira cousa que um político de lá pensa, quando se guinda às altas posições, é supor que é de carne e sangue diferente do resto da população*¹³⁹.

136 Lima Barreto, cit., p. 42.

137 Lima Barreto, cit., p. 49.

138 Lima Barreto, cit., loc. cit.

139 Lima Barreto, cit., p. 49.

Lima Barreto denunciava o nepotismo, a desigualdade na distribuição das riquezas, a forma como as classes dominantes assaltavam o país:

Não há lá homem influente que não tenha, pelo menos, trinta parentes ocupando cargos do Estado; não há lá político influente que não se julgue com direito a deixar para os seus filhos, netos, sobrinhos, primos, gordas pensões pagas pelo Tesouro da República. No entanto, a terra vive na pobreza; os latifúndios abandonados e indivisos; a população rural, que é a base de todas as nações, oprimida por chefões políticos, inúteis, incapazes de dirigir a coisa mas fácil desta vida. Vive sugada; esfomeada, maltrapilha, macilenta, amarela [...] ¹⁴⁰.

A denúncia evidenciava o Brasil, em cores muito reais. Lima Barreto adiantava-se a Monteiro Lobato. Bruzundanga tinha carvão, porém importava-o da Inglaterra, que o vendia *por bom preço*. Questionados a propósito da opção, os sábios daquele país montavam imensos relatórios que nada explicavam ou diziam. E ainda,

[...] falam em calorias, em teor de enxofre, em escórias, em grelhas, em fornalhas, em carvão americano, em briquettes, em camadas e nada explicam de todo. Os do povo, porém, concluem logo que o tal carvão de pedra da Bruzundanga não serve para fornalhas, mas, com certeza, pode ser aproveitado como material de construção, por ser de pedra ¹⁴¹.

Estava-se na *república do café com leite*. E sobre o café, em Bruzundanga, Lima Barreto, explicitava o problema, realisticamente:

Com o café dá-se uma coisa interessante. O café é tido como uma das maiores riquezas do país; entretanto é uma das maiores pobreza. Sabem por quê? Porque o café é o maior ‘mordedor’ das finanças da Bruzundanga. Eu me explico. O café, ou antes, a cultura do café é a base da oligarquia política que domina a nação. A sua árvore é cultivada em grandes latifúndios pertencentes a essa gente, que, em geral, mal os conhece, deixandoos entregues a administradores, senhores, nessas vastas terras, de baração e cutelo, distribuindo soberanamente justiça, só não cunhando moeda, porque, desde séculos, tal coisa é privilégio do Rei ¹⁴².

140 Lima Barreto, cit., p. 52.

141 Lima Barreto, cit., p. 54.

142 Lima Barreto, cit., loc. cit.

A ira de Lima Barreto dirigia-se frequentemente à diplomacia. Todo habitante de Bruzundanga teria como projeto viver fora do país, que era um *pais de exílio*. A nobreza dos doutores conseguia livrar-se de viver em Bruzundanga mediante a obtenção de “ [...] *empregos diplomáticos ou consulares, em falta destes os de adidos e “encostados” às legações e consulados*¹⁴³”. E então nosso autor descrevia como se ascendia à carreira diplomática:

A [...] aprendizagem para o ofício é simples. Além do corriqueiro francês e os usos da sociedade, os aspirantes a diplomatas começam nos passeios e reuniões da capital da República a ensaiar o uso de roupas, mais ou menos à última moda. Não esquecem nem o modo chique de atar os cordões dos sapatos, nem o jeito ultra fashionable de agarrar a bengala; estudam os modos apurados de cumprimentar, de sorrir; [...] Outra coisa que um recomendável aspirante a diplomata deve possuir, são títulos literários. Não é possível que um milhar de candidatos, pois sempre os há nesse número, tenham todos talento literário, mas a maior parte deles não se atrapalha com a falta. Os mais escrupulosos escrevem uns mofinos artigos e tomam logo uns ares de Shakespeare; alguns publicam livros estafantes e solicitam dos críticos honrosas referências; outros, quando já empregados no ministério, mandam os contínuos copiar velhos ofícios dos arquivos, colam as cópias com gomaarábica em folhas de papel, mandam a coisa para a Tipografia Nacional do país, põem um título pomposo na cousa, são aclamados historiadores, sábios, cientistas e logram conseguir boas nomeações (...¹⁴⁴)

Em seguida Lima Barreto mencionou caso bizarro relativo ao modo como se conseguiu uma vaga no Ministério das Relações Exteriores do curioso país, que na verdade era o nosso:

O mais notável caso de acesso na ‘carreira’ foi o que obteve o adido à Secretaria de Estrangeiros Orlando. Em um jantar de luxo, houve uma disputa entre dois convidados sobre uma qualidade de peixe que viera à mesa. Um dizia que era garoupa; o outro que era bijupirá. Não houve meio de concordarem. Orlando foi chamado para árbitro. Levou amostras para casa. Mandou tirar fotografias, fez que desenhassem estampas elucidativas, escreveu um relatório de duzentas páginas, e concluiu que não era nem garoupa, nem bijupirá, mas cação. O seu trabalho foi tido como um modelo da mais pura erudição culinária e o moço foi logo encarregado de negócios na

143 Lima Barreto, cit., p. 61.

144 Lima Barreto, cit., p. 62.

Guatemala. É hoje considerado como um dos luzeiros da diplomacia da Bruzundanga¹⁴⁵.

Multiplicavam-se as legações. Garantiam-se postos no exterior para todos aqueles que fossem ligados à nobreza. E porque um dia teriam vivido em terras outras, os diplomatas de Bruzundanga julgavam-se artistas e literatos, embora publicassem “[...] *sonetos bem rimadinhos, penteadinhos, perfumadinhos, lambidinhos, cantando as espécies de jóias e adereços que se encontram nas montras dos ourives*”¹⁴⁶.

E em golpe direto às humilhações que vivia, Lima Barreto observou que esses falsos literatos publicavam “[...] *esses catálogos de ourivesaria, quando não são de modistas e alfaiates, em edições luxuosas; e, imediatamente, apresentamse candidatos à Academia de Letras da Bruzundanga*”¹⁴⁷.

O centro da crítica dirige-se ao Barão do Rio Branco, que Lima Barreto chamava de *Visconde de Pancome*, que autocraticamente conduzia o Ministério:

Apareceu, porém, um embaixador gordo e autoritário, megalômano e inteligente, o Visconde de Pancome, que fizeram ministro dos Estrangeiros, e ele transformou tudo. Empossado no ministério, a primeira coisa que fez foi acabar com as leis e regulamentos que governavam o seu departamento. A lei era ele. O novo ministro era muito popular na Bruzundanga; e vinha a sua popularidade do fato de ter obtido do Rei da Inglaterra a comenda de Jarreteira para o Mandachuva e seus ministros, assim como o Tosão de Ouro da Espanha para os generais e almirantes [...] É que os bruzundanguenses babamse inteiramente por esse negócio de condecorações e comendas; e, embora cada qual não tivesse recebido uma, eles se julgavam honrados pelo fato do Mandachuva, do ministro, dos generais e almirantes terem recebido condecorações tão famosas no mundo inteiro. São assim como nós que temos grande admiração pelo Barão do Rio Branco por ter adjudicado ao Brasil não sei quantos milhares de quilômetros quadrados de terras, embora, em geral, nenhum de nós tenha de seu nem os sete palmos de terra para deitarmos o cadáver¹⁴⁸.

145 Lima Barreto, cit., p. 63.

146 Lima Barreto, cit., loc. cit.

147 Lima Barreto, cit., p. 64.

148 Lima Barreto, cit., loc. cit.

Para Lima Barreto a diplomacia de Bruzundanga era mera decoração, antro de bonequinhos vazios e empolados, que fingiam representar um país de terceira ordem. Em outro excerto as críticas ao Barão do Rio Branco são indisfarçáveis, bem como a insinuação à reforma que o Prefeito Pereira Passos fazia no Rio de Janeiro, que se pretendia uma capital belíssima, para os estrangeiros:

Outro herói da Bruzundanga é o Visconde de Pancome. Este senhor era de fato um homem inteligente, mesmo de talento; mas lhe faltava o senso do tempo e o sentimento do seu país. Era um historiógrafo; mas não era um historiador. As suas idéias sobre história eram as mais estreitas possíveis: datas, fatos estes mesmos políticos. A história social, ele não a sentia e não a estudava. Tudo nele se norteava para a ação política e, sobretudo, diplomática. Para ele (os seus atos deram a entender isto) um país só existe para ter importância diplomática nos meios internacionais. Não se voltava para o interior do país, não lhe via a população com as suas necessidades e desejos. Pancome sempre tinha em mira saber como havia de pesar, lá fora, e ter o aplauso dos estrangeiros. Sabendo bem a história política da Bruzundanga, julgava conhecer bem a nação. Sabendo bem a geografia da Bruzundanga, imaginava ter o país no coração. Entretanto, forçoso é dizer que Pancome desconhecia as ânsias, as dificuldades, as qualidades e defeitos de seu povo. [...] A sua visão era unicamente diplomática e tradicionalista. [...] Logo que tomou posse, o seu primeiro cuidado foi mudar o fardamento dos contínuos. Pôslhes umas longas sobrecasacas com botões dourados. A primeira reforma. Tendo conseguido adjudicar à Bruzundanga vastos territórios, graças à leitura atenta de modestos autores esquecidos, a sua influência sobre o ânimo do Mandachuva, era imensa. Convenceu que devia modificar radicalmente o aspecto da capital. Era preciso, mas devia ser feito lentamente. Ele não quis assim e eis a Bruzundanga, tornando dinheiro emprestado, para pôr as velhas casas de sua capital abaixo. De uma hora para outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na coisa muito de cenografia¹⁴⁹.

O livro parece libelo contra o Barão do Rio Branco, símbolo da diplomacia nacional, especialmente tal como desenhado na biografia laudatória de Álvaro Lins. Lima Barreto insistia em criticar o Barão:

Este caso do amanuense e alguns outros que aqui vão ser contados na maioria, aconteceram na alta administração da Bruzundanga, quando foi Ministro de Estrangeiros o Visconde de Pancome. Mas, dentre todos os seus atos, aquele que fez propriamente escola, foi a

149 Lima Barreto, cit., pp. 86-87.

nomeação de um amanuense para a sua secretaria; e os demais, quer quando foi ministro, quer antes, se entrelaçam tanto com a célebre nomeação, esclarecem de tal modo o seu espírito de governo e a sua capacidade de estadista, que tendo de narrar aquele provimento de um modesto cargo, me vejo obrigado a relatar muitos outros casos de natureza quicá diversa. Entro na matéria. Andava o poderoso secretário de Estado atrapalhado para preencher um simples cargo de amanuense que havia vagado na sua secretaria. Em lei, o caminho estava estabelecido: abriase concurso e nomeavase um dos habilitados; mas Pancome nada tinha que ver com as leis, embora fosse ministro e, como tal, encarregado de aplicálas bem fielmente e respeitálas cegamente. A sua vaidade e certas quizílias faziamno desobedecêlas a todo o instante. Ninguém lhe tomava contas por isso e ele fazia do seu ministério coisa própria e sua. Nomeava, demitia, gastava as verbas como entendia, espalhando dinheiro por todos os tomalarguras que lhe caíam em graça, ou lhe escreviam panegíricos hiperbólicos. Uma das suas quizílias era com os feios e, sobretudo, com os bruzundanguenses de origem javanesa - cousa que equivale aqui aos nossos mulatos¹⁵⁰.

Em outra parte do texto aqui estudado, escreveu Lima Barreto:

Além daquelas medidas que citei em um dos capítulos passados, logo no início do seu ministério, tomou o visconde estas primordiais; usar papel de linho nos ofícios, estabelecer uma cozinha na sua secretaria e baixar uma portaria, determinando que os seus funcionários engraxassem as botas todos os dias. Na cozinha, porém, é que estava o principal das suas reformas, pois era o seu fraco a mesa farta, atulhada. Em seguida, convenceu o Mandachuva que o país devia ser conhecido na Europa por meio de uma imensa comissão de propaganda e de anúncios nos jornais, cartazes nas ruas, berreiros de camelots, letreiros luminosos, nas esquinas e em outros lugares públicos. A sua vontade foi feita; e a curiosa nação, em Paris foi muitas vezes apregoada nos boulevards como o último específico de farmácia ou como uma marca de automóveis. Contamse até engraçadas anedotas. Nos anúncios luminosos, então, a sua imaginação foi fértil. Houve um que ficou célebre e assim rezava: ‘Bruzundanga, País rico - Café, cacau e borracha. Não há pretos’¹⁵¹.

Jocosa também é a seção da sátira que explica a Assembléia Constituinte que se reuniu em Bruzundanga. Reproduzo alguns excertos, e a identificação com a Constituição de 1891, e seu entorno histórico, é impressionante, bem como muito interessante também fora a crítica feita aos positivistas:

150 Lima Barreto, cit., p. 119.

151 Lima Barreto, cit., p. 124.

Quando se reuniu a Constituinte da República da Bruzundanga, houve no país uma grande esperança. O país tinha, até aí, sido governado por uma lei básica que datava de cerca de um século e todos os jovens julgavam-na avelhentada e já caduca. Os militares do Exército, iniciados nas sete ciências do Pitágoras de Montpellier, - criticavam-na da seguinte forma: ‘Qual! Esta constituição não presta! Os que a fizeram não sabiam nem aritmética; como podiam decidir em sociologia?’ Escusado é dizer que isto não era verdade, mas o critério histórico deles e o seu orgulho escolar pediam fosse. Os outros doutores também achavam a Constituição monárquica absolutamente tola, porque, desde que ela fora promulgada, havia surgido um certo jurista alemão ou aparecido um novo remédio para erisipelas. A nova devia ser uma perfeição e trazer a felicidade de todos. Reuniuse, pois, a Constituinte com toda a solenidade. Vieram para ela, jovens poetas, ainda tresandando à grossa boêmia; vieram para ela, imponentes tenentes de artilharia, ainda cheirando aos ‘cadernos’ da escola; vieram para ela, velhos possuidores de escravos, cheios de ódio ao antigo regime por haver libertado os que tinham; vieram para ela, bisonhos jornalistas da roça recheados de uma erudição à flor da pele [...] Era mais ou menos esse o pessoal de que se compunha a nova Constituinte. [...] Quando saíram os constituintes, Z., um deles, perguntava de si para si: - Que vou propor eu? H. excogitava: Devo ser pelo divórcio? Esses padrões... B. meditava: - Antes não me metesse nisto. O imperador pode voltar e é o diabo... [...] - Qual a Constituição que devemos imitar?¹⁵².

Entre os constituintes, um deles havia proposto artigo a ser incorporado nas *disposições gerais*, que prescrevia que “*toda a vez que um artigo desta Constituição ferir os interesses de parentes de pessoas da ‘situação’ ou de membros dela, fica subentendido que ele não tem aplicação no caso*”¹⁵³.

E porque todos estavam na *situação*, aprovou-se o artigo sem maiores discussões. O texto constitucional era muito plástico. À justiça se chamava de *Chicana*. E Lima Barreto exemplifica a atuação da *Chicana*:

Se algum recalcitrante, à vista de qualquer violação da Constituição, apelava para a Justiça (lá se chama Chicana), logo a Corte Suprema indagava se feria interesses de parentes de pessoas da situação e decidia conforme o famoso artigo. Um certo governador de uma das províncias da Bruzundanga, grande plantador de café, verificando a baixa de preço que o produto ia tendo, de modo a não lhe dar lucros

152 Lima Barreto, cit., p. 66-67.

153 Lima Barreto, cit., p. 68.

fabulosos, proibiu o plantio de mais um pé que fosse da ‘preciosa rubiácea’. Era uma lei colonial, uma verdadeira disposição da carta régia. Houve então um cidadão que pediu habeas corpus para plantar café. A Suprema Corte, à vista do tal artigo citado, não o concedeu, visto ferir os interesses do presidente da província, que pertencia à ‘situação’. Como todo o mundo não podia pertencer à “situação”, os que ficavam fora dela, vendo os seus direitos postergados, começavam a berrar, a pedir justiça, a falar em princípios, e organizavam, desta ou daquela maneira, masorcas. Se eram vitoriosos, formavam a sua “situação” e começavam a fazer o mesmo que os outros. Havia apelo para a ‘Chicana’, mas a Suprema Corte, considerando bem o tal artigo já citado, decidia de acordo com a ‘situação’. Era tudo a ‘situação’. Todos os partidos que não pertenciam a ela, pregavam a reforma da Constituição; mas, logo que a ela aderiam, repeliam a reforma como um sacrilégio¹⁵⁴.

A Constituição deste estranho país, segundo Lima Barreto, só fora efetivamente obedecida quando estabelecia condições de elegibilidade para o Presidente da República, que eles chamavam de *mandachuva*. O escolhido deveria saber ler e escrever, porém não poderia jamais ter demonstrado qualquer forma de inteligência, e nem vontade própria; deveria ser medíocre a toda prova.

Lima Barreto descreveu o referido *mandachuva*, que também identificava o bacharelismo; neste passo, criticava-se também o modelo jurídico, de forma ampla:

A não ser que suba ao poder, por uma revolta mais ou menos disfarçada, um General mais ou menos decorativo, o Mandachuva é sempre escolhido entre os membros da nobreza doutoral; e, dentre os doutores, a escolha recai sobre um advogado. É justo, pois são os advogados ou bacharéis em direito que devem ter obrigação de conhecer a barafunda de leis de toda a natureza, embora a arte de governar, segundo o critério dos que filosofam sobre o Estado e o admitem necessário, não peça unicamente o seco conhecimento de textos de leis, de artigos de códigos, de opiniões de praxistas e hermeneutas. As leis são o esqueleto das sociedades, mas a feição de saúde ou doença destas, as suas necessidades terapêuticas ou cirúrgicas, são dadas pelo prévio conhecimento e exame, no momento, do estado de certas partes externas e dos seus órgãos vitais, que são o seu comércio, a sua indústria, as suas artes, os sonhos do seu povo, os sofrimentos dele toda essa parte mutável das comunhões humanas, cambiantes e fugidia, que só os fortes observadores, com grande inteligência, colhem em alguns instantes,

154 Lima Barreto, cit., p. 69.

sugerindo os remédios eficazes e as providências adequadas, para tal ou qual caso¹⁵⁵.

Os textos de Montesquieu, Swift e Lima Barreto, aqui estudados, têm em comum o fato de ironizam contextos políticos e jurídicos, denunciando a imprestabilidade destes últimos, naquele sentido crítico, proposto por Kant, que suscitou que se submetesse a majestade das leis ao escrutínio da razão.

Os três autores, tão distantes, e tão diferentes, e recepcionados de modo tão distinto, resmungavam em torno de instituições mal engendradas, corruptas, imprestáveis e enganadoras, que de certo modo qualificam esta misantropia jurídica em face do entorno normativo que nos circunda.

5 A questão da verdade no Homem que sabia *Javanês*

Na presente seção estudo o conto *O Homem que Sabia Javanês*, à luz de prováveis desdobramentos de Filosofia do Direito. Relaciona-se ética e verdade. Revela-se, mais uma vez, que Lima Barreto era escritor comprometido com relações humanas marcadas pela transparência. O texto permite aproximação entre Literatura e Direito, nesse caso, em relação a seus aspectos de moralidade.

Assim, busco no conto *O Homem que Sabia Javanês*, substrato para crítica sobre a relatividade da verdade, com projeções na fala e ideais normativos, que desprezam o sentido grego de ἀλήθεια (aletéia-verdade) em favor de verossimilhança, percepção já anunciada por Aristóteles nos *Tópicos*, capítulo do *Organon*, que trata dos silogismos dialéticos, base da retórica, que renasceu em Chaim Perelman, não obstante desprezo recorrente na tradição ocidental, plasmada nos cânones do cristianismo e da racionalidade.

Como se tem verificado no presente trabalho, Lima Barreto viveu estado de permanente exclusão, o que certamente justificou o alcoolismo crônico que o derrubou, tirando-lhe a vida ainda muito jovem. Lima Barreto faleceu com pouco mais de 40 anos.

155 Lima Barreto, cit., p. 71.

Observador de ordem política que nascera da escravidão - - ele mesmo descendente direto de escravos - -, e que se fizera aliada de bacharelismo oco sem limites, Lima Barreto criticou a cultura oficial que ornava o Brasil dos bacharéis.

Hostilizou cultura de ornamentos, fazendo-o especialmente na pessoa do Barão do Rio Branco. Este último conduzia o Itamaraty como quem dirige a própria casa. Rio Branco morava em palácio governamental, e Lima Barreto insistia que o velho barão não fora autorizado para tal.

As nomeações que se faziam no Ministério das Relações Exteriores evidenciavam o desprezo do Barão para com os excluídos. Lima Barreto sempre criticou o modo como se recrutavam representantes brasileiros no exterior. O Itamaraty era espaço para a elite.

Lima Barreto faz com que reflitamos a propósito da verdade, e de sua validade em âmbito pragmático, quando fins e meios tendem a se justificar mutuamente. Isto é, Lima Barreto deslegitimou a mentira como mecanismo de ascensão social.

Ele viveu à margem, amanuense no Ministério da Guerra, com salários que permitiam sobrevivência frugal, situação que se agonizava com a necessidade de cuidar da família, sustentando o pai (que sofria de demência aguda) e os irmãos.

Especificamente, indagava Lima Barreto: haveria legitimidade em se construir carreira com fundamento em uma mentira? Ele percebia nos bacharéis trajetórias montadas a partir de bases pouco sólidas. *O Homem que Sabia Javanês* é texto que denuncia este estado de coisas.

As presentes reflexões não se prestam para encaminhar relato piegas, prenhe de moralismo, no sentido de se explicitar que a literatura faria as vezes de *mestra da vida*. O que se pretende, do ponto de vista metodológico, é demonstrar o modo como o ambiente literário pode propiciar reflexões de cunho jurídico, e de natureza deontológica.

O narrador, Castelo, relata a um amigo (Castro), em uma confeitaria, como pregara peças contra “às convicções e às respeitabilidades, para poder viver”. Narrava também que certa vez em Manaus escondera a qualidade de bacharel, “*para mais confiança obter dos clientes, que afluíam ao meu escritório de feiticheiro e adivinho*”.

O traço crítico ao bacharelismo é nítido. Castelo trabalhava no serviço diplomático, chefiava um consulado. O modo como alcançou a posição é a alavanca que Lima Barreto usou para denunciar o bacharelismo. O artifício de uma mentira - - Castelo não sabia a língua exótica que um dia se propôs a ensinar - - fora o ponto de apoio para que obtivesse posição de cônsul.

Confessou ao amigo que já fora professor de javanês. E acrescentou que fora nomeado cônsul justamente por isso. Contou que quando chegou ao Rio de Janeiro vivia na miséria, fugindo das casas de pensão. Foi quando leu anúncio no *Jornal de Comércio*, que dava conta de que alguém necessitava de um professor de malaio. Imaginou que se tratava de ocupação para a qual não haveria muitos pretendentes. E arrematou:

[...] se eu capiscasse quatro palavras, ia apresentar-me. Saí do café e andei pelas ruas, sempre a imaginar-me professor de javanês, ganhando dinheiro, andando de bonde e sem encontros desagradáveis com os “cadáveres”. Insensivelmente dirigi-me à Biblioteca Nacional. Não sabia bem que livro iria pedir; mas, entrei, entreguei o chapéu ao porteiro, recebi a senha e subi. Na escada, acudiu-me pedir a Grande Encyclopédie, letra J, a fim de consultar o artigo relativo a Java e a língua javanesa. Dito e feito. Fiquei sabendo, ao fim de alguns minutos, que Java era uma grande ilha do arquipélago de Sonda, colônia holandesa, e o javanês, língua aglutinante do grupo maleo-polinésico, possuía uma literatura digna de nota e escrita em caracteres derivados do velho alfabeto hindu¹⁵⁶.

A fala remete-nos a diplomata viajado, e disso pode dar prova o *capiscasse*, que nos faz recordar verbo italiano que em português teria por equivalente o *entender*. Por outro lado, pode-se cogitar de português macarrônico, tal como falado por imigrantes italianos, anarquistas, que grassavam no Rio de Janeiro do início do século. Lima Barreto

156 Lima Barreto, *O Homem que sabia javanês*, p. 25.

demonstrou que o professor putativo de javanês estava disposto a ganhar a sobrevivência, não interessa a que custo. E contou:

A Encyclopédie dava-me indicação de trabalhos sobre a tal língua malaia e não tive dúvidas em consultar um deles. Copiei o alfabeto, a sua pronúncia figurada e saí. Andei pelas ruas, perambulando e mastigando letras. Na minha cabeça dançavam hieróglifos; de quando em quando consultava as minhas notas; entrava nos jardins e escrevia estes calungas na areia para guardá-los bem na memória e habituar a mão a escrevê-los. À noite, quando pude entrar em casa sem ser visto, para evitar indiscretas perguntas do encarregado, ainda continuei no quarto a engolir o meu “a-b-c” malaio, e, com tanto afinco levei o propósito que, de manhã, o sabia perfeitamente. Convenci-me que aquela era a língua mais fácil do mundo e saí [...]¹⁵⁷.

Castelo lembrou que continuava fugindo do encarregado dos aluguéis dos cômodos, o que evidenciava que a necessidade de empregar-se era absoluta. Pedia mais tempo, explicando que seria nomeado professor de javanês, “[...] *uma língua que se fala lá pelas bandas do Timor*”.

Enviou uma carta ao jornal, oferecendo-se para a vaga inusitada que se abria. Continuou estudando a exótica língua da Oceania; não se dedicou com tanto afinco ao alfabeto e às sutilezas do idioma, tal como se entrava à bibliografia e à história literária da Ilha de Java. E adiantou:

Ao cabo de dois dias, recebia eu uma carta para ir falar ao doutor Manuel Feliciano Soares Albernaz, Barão de Jacuecanga, à Rua Conde de Bonfim, não me recordo bem que numero. E preciso não te esqueceres que entrementes continuei estudando o meu malaio, isto é, o tal javanês. Além do alfabeto, fiquei sabendo o nome de alguns autores, também perguntar e responder “como está o senhor?” - e duas ou três regras de gramática, lastrado todo esse saber com vinte palavras do léxico¹⁵⁸.

Com sinceridade, descreveu o caminho até o empregador, relatando as dificuldades passadas, especialmente relativas aos *quatrocentos réis da viagem*. Do ponto de vista retórico, feito o exórdio, e apresentado o problema, Castelo tratou de fixar os argumentos (invenção), de

157 Lima Barreto, cit., p. 26.

158 Lima Barreto, cit., loc. cit.

organizá-los (disposição), plasmando narrativa cheia de credibilidade. Justificava-se:

É mais fácil - podes ficar certo - aprender o javanês... Fui a pé. Cheguei suadíssimo; e, Com maternal carinho, as anosas mangueiras, que se perfilavam em alameda diante da casa do titular, me receberam, me acolheram e me reconfortaram. Em toda a minha vida, foi o único momento em que cheguei a sentir a simpatia da natureza... Era uma casa enorme que parecia estar deserta; estava mal tratada, mas não sei porque me veio pensar que nesse mau tratamento havia mais desleixo e cansaço de viver que mesmo pobreza. Devia haver anos que não era pintada. As paredes descascavam e os beirais do telhado, daquelas telhas vidradas de outros tempos, estavam desguarnecidos aqui e ali, como dentaduras decadentes ou mal cuidadas. Olhei um pouco o jardim e vi a pujança vingativa com que a tiririca e o carrapicho tinham expulsado os tinhorões e as begônias. Os crótons continuavam, porém, a viver com a sua folhagem de cores mortíferas. Bati. Custaram-me a abrir. Veio, por fim, um antigo preto africano, cujas barbas e cabelo de algodão davam à sua fisionomia uma aguda impressão de velhice, doçura e sofrimento. Na sala, havia uma galeria de retratos: arrogantes senhores de barba em colar se perfilavam enquadrados em imensas molduras douradas, e doces perfis de senhoras, em bandós, com grandes leques, pareciam querer subir aos ares, enfunadas pelos redondos vestidos à balão; mas, daquelas velhas coisas, sobre as quais a poeira punha mais antiguidade e respeito, a que gostei mais de ver foi um belo jarrão de porcelana da China ou da Índia, como se diz. Aquela pureza da louça, a sua fragilidade, a ingenuidade do desenho e aquele seu fosco brilho de luar, diziam-me a mim que aquele objeto tinha sido feito por mãos de criança, a sonhar, para encanto dos olhos fatigados dos velhos desiludidos[...] ¹⁵⁹.

Castelo informou que logo em seguida chegou o dono da casa, um pouco atrasado. Tratava-se de um ancião. Teimosamente (coisa peculiar de velhos, segundo Castelo), o aluno queria saber onde o professor aprendeu javanês. Castelo observou que não contava com aquela pergunta.

Disse que *imediatamente arquitetou uma mentira*. Teria falado que o pai era javanês, tripulante de navio mercante, que se estabeleceu nas proximidades de Canavieiras, na Bahia, como pescador; que teria se casado, e que prosperou. Foi com o pai que aprendeu javanês, explicou-

159 Lima Barreto, cit., loc. cit.

se Castelo. Castro questionou a respeito do físico de Castelo, que já tinha resposta pronta:

- *Não sou, objetei, lá muito diferente de um javanês. Estes meus cabelos corridos, duros e grossos e a minha pele basané podem dar-me muito bem o aspecto de um mestiço de malaio...Tu sabes bem que, entre nós, há de tudo: índios, malaios, taitianos, malgaches, guanches, até godos. É uma comparsaria de raças e tipos de fazer inveja ao mundo inteiro*¹⁶⁰.

O aluno era da nobreza. Tratava-se do Barão de Jacuecanga. Uma estória curiosa justificaria o interesse no estudo de língua tão pouco falada por estas bandas, e de utilidade questionável. O velho então explicou a Castelo porque queria aprender javanês. A razão determinante era surpreendente:

- O que eu quero, meu caro Senhor Castelo, é cumprir um juramento de família. Não sei se o senhor sabe que eu sou neto do Conselheiro Albernaz, aquele que acompanhou Pedro I, quando abdicou. Voltando de Londres, trouxe para aqui um livro em língua esquisita, a que tinha grande estimação. Fora um hindu ou siamês que lho dera, em Londres, em agradecimento a não sei que serviço prestado por meu avô. Ao morrer meu avô, chamou meu pai e lhe disse: “Filho, tenho este livro aqui, escrito em javanês. Disse-me quem mo deu que ele evita desgraças e traz felicidades para quem o tem. Eu não sei nada ao certo. Em todo o caso, guarda-o; mas, se queres que o fado que me deitou o sábio oriental se cumpra, faz com que teu filho o entenda, para que sempre a nossa raça seja feliz.” Meu pai, continuou o velho barão, não acreditou muito na história; contudo, guardou o livro. As portas da morte, ele mo deu e disse-me o que prometera ao pai. Em começo, pouco caso fiz da história do livro. Deitei-o a um canto e fabriquei minha vida. Cheguei até a esquecer-me dele; mas, de uns tempos a esta parte, tenho passado por tanto desgosto, tantas desgraças têm caído sobre a minha velhice que me lembrei do talismã da família. Tenho que o ler, que o compreender, se não quero que os meus últimos dias anunciem o desastre da minha posteridade; e, para entendê-lo, é claro, que preciso entender o javanês. Eis aí¹⁶¹.

Castelo notou que “*os olhos do velho se tinham orvalhado*”. E observou que depois de enxugar discretamente os olhos, o Barão lhe perguntou se queria ver o livro. Depois de chamar o criado, e explicar que havia perdido todos os filhos, sobrinhos, só lhe restando uma filha

160 Lima Barreto, cit., p. 27.

161 Lima Barreto, cit., p. 28.

casada, e que esta última tinha apenas um filho, “*débil de corpo e de saúde frágil e oscilante*”, ordenou que lhe trouxessem o cartapácio. Castelo descreveu o livro, que suscitou toda a situação:

Veio o livro. Era um velho calhamaço, um in-quarto antigo, encadernado em couro, impresso em grandes letras, em um papel amarelado e grosso. Faltava a folha do rosto e por isso não se podia ler a data da impressão. Tinha ainda umas páginas de prefácio, escritas em inglês, onde li que se tratava das histórias do príncipe Kulanga, escritor javanês de muito mérito¹⁶².

Castelo dissimulou que lera as informações em inglês. Tomou o cuidado de não revelar ao Barão que o inglês que sabia lhe possibilitava compreender as linhas gerais do livro. Contratou condições, preço e hora. Comprometeu-se a fazer com que o velho “*lesse o tal alfarrábio antes de um ano*”.

As aulas começaram. O ancião não era muito diligente. Pelo contrário, preguiça e displicência pareciam ser as características de estudante. Castelo observou que levaram um mês com metade do alfabeto. O aluno aprendia e desaprendia. A filha e o genro do Barão não se preocupavam com as aulas. Pelo contrário, alegravam-se com o fato de que o Barão se divertia. O genro, aliás, impressionava-se com o professor de javanês. Dizia que aquilo *era um assombro*. E continuou Castelo, entabulando relações que lhe abrirão as portas para a vida burocrática:

O marido de Dona Maria da Glória (assim se chamava a filha do barão), era desembargador, homem relacionado e poderoso; mas não se pejava em mostrar diante de todo o mundo a sua admiração pelo meu javanês. Por outro lado, o barão estava contentíssimo. Ao fim de dois meses, desistira da aprendizagem e pedira-me que lhe traduzisse, um dia sim outro não, um trecho do livro encantado. Bastava entendê-lo, disse-me ele; nada se opunha que outrem o traduzisse e ele ouvisse. Assim evitava a fadiga do estudo e cumpria o encargo¹⁶³.

O compromisso com eventual verdade foi definitivamente rompido quando Castelo revelou que nada sabia de javanês (o que o

162 Lima Barreto, cit., loc. cit.

163 Lima Barreto, cit., p. 29.

leitor já sabe desde o início), mas que compôs histórias tolas, a título de traduzir o livro, e que o velho acreditava em todas elas. E ainda:

Ficava extático, como se estivesse a ouvir palavras de um anjo. E eu crescia aos seus olhos ! Fez-me morar em sua casa, enchia-me de presentes, aumentava-me o ordenado. Passava, enfim, uma vida regalada. Contribuí muito para isso o fato de vir ele a receber uma herança de um seu parente esquecido que vivia em Portugal. O bom velho atribuiu a cousa ao meu javanês; e eu estive quase a crê-lo também¹⁶⁴.

O bote foi dado. A partir do genro do Barão, Castelo teria conseguido se aproximar da vida diplomática. Trata-se do momento mais significativamente crítico do conto, na medida em que Lima Barreto indicou as linhas gerais que marcaram a entrada de Castelo para o serviço diplomático. A diplomacia era o sonho de muitos intelectuais, que disporiam de tempo para dedicação exclusiva ao estudo e às atividades literárias. Segundo Castelo, eis como ele teria alcançado o Itamaraty:

Fui perdendo os remorsos; mas, em todo o caso, sempre tive medo que me aparecesse pela frente alguém que soubesse o tal patuá malaio. E esse meu temor foi grande, quando o doce barão me mandou com uma carta ao Visconde de Caruru, para que me fizesse entrar na diplomacia. Fiz-lhe todas as objeções: a minha fealdade, a falta de elegância, o meu aspecto tagalo. – ‘Qual! retrucava ele. Vá, menino; você sabe javanês!’ Fui. Mandou-me o visconde para a Secretaria dos Estrangeiros com diversas recomendações. Foi um sucesso. O diretor chamou os chefes de secção: ‘Vejam só, um homem que sabe javanês - que portento!’ Os chefes de secção levaram-me aos oficiais e amanuenses e houve um destes que me olhou mais com ódio do que com inveja ou admiração. E todos diziam: ‘Então sabe javanês? É difícil? Não há quem o saiba aqui!’ O tal amanuense, que me olhou com ódio, acudiu então: ‘É verdade, mas eu sei canaque. O senhor sabe?’ Disse-lhe que não e fui à presença do ministro. A alta autoridade levantou-se, pôs as mãos às cadeiras, concertou o pincez no nariz e perguntou: ‘Então, sabe javanês?’ Respondi-lhe que sim; e, à sua pergunta onde o tinha aprendido, contei-lhe a história do tal pai javanês. ‘Bem, disse-me o ministro, o senhor não deve ir para a diplomacia; o seu físico não se presta... O bom seria um consulado na Ásia ou Oceania. Por ora, não há vaga, mas vou fazer uma reforma e o senhor entrará. De hoje em diante, porém, fica adido ao meu ministério e quero que, para o ano, parta para Bâle, onde

164 Lima Barreto, cit., loc. cit.

vai representar o Brasil no Congresso de Lingüística. Estude, leia o Hovelacque, o Max Müller, e outros!¹⁶⁵.

Castelo estava definitivamente empregado. Observou ao amigo que nada sabia de javanês, e que representaria o Brasil num congresso de sábios. O Barão havia morrido um pouco antes. O livro escrito em javanês ficou com o filho, que o deixaria para o neto. Castelo foi brindado no testamento do aluno, com alguns benefícios materiais.

Continuava estudando as línguas malaio-polinésias, porém confessava que não havia forma de as aprender. Comprava livros, assinava revistas. Era apontado nas ruas como o *homem que sabia javanês*. E prosseguia:

Nas livrarias, os gramáticos consultavam-me sobre a colocação dos pronomes no tal jargão das ilhas de Sonda. Recebia cartas dos eruditos do interior, os jornais citavam o meu saber e recusei aceitar uma turma de alunos sequiosos de entenderem o tal javanês. A convite da redação, escrevi, no Jornal do Comércio um artigo de quatro colunas sobre a literatura javanesa antiga e moderna...¹⁶⁶.

Contou ao amigo que descrevia a ilha de Java com o auxílio de dicionários, com alguns livros de geografia, que citava o tempo todo. O amigo perguntou se alguém duvidara do conhecimento que Castelo teria do javanês, se já teria passado por algum apuro. Ao que respondeu o narrador:

- Nunca. Isto é, uma vez quase fico perdido. A polícia prendeu um sujeito, um marujo, um tipo bronzado que só falava uma língua esquisita. Chamaram diversos intérpretes, ninguém o entendia. Fui também chamado, com todos os respeitos que a minha sabedoria merecia, naturalmente. Demorei-me em ir, mas fui afinal. O homem já estava solto, graças à intervenção do cônsul holandês, a quem ele se fez compreender com meia dúzia de palavras holandesas. E o tal marujo era javanês – uf!¹⁶⁷.

Castelo ainda contou sua participação no encontro de sábios. O *professor de javanês* estava entre os eruditos, era especialista em

165 Lima Barreto, cit., pp. 29-30.

166 Lima Barreto, cit., p. 30.

167 Lima Barreto, cit., p. 31.

assunto hermético, e de conhecimento reduzido a um pequeno grupo de iluminados. Seguro da posição, e de que *sabia javanês*, Castelo atendeu o congresso, com muita segurança:

Chegou, enfim, a época do congresso, e lá fui para a Europa. Que delícia! Assisti à inauguração e às sessões preparatórias. Inscreveram-me na secção do tupi-guarani e eu abalei para Paris. Antes, porém, fiz publicar no Mensageiro de Bâle o meu retrato, notas biográficas e bibliográficas. Quando voltei, o presidente pediu-me desculpas por me ter dado aquela secção; não conhecia os meus trabalhos e julgara que, por ser eu americano brasileiro, me estava naturalmente indicada a secção do tupi-guarani. Aceitei as explicações e até hoje ainda não pude escrever as minhas obras sobre o javanês, para lhe mandar, conforme prometi. Acabado o congresso, fiz publicar extratos do artigo do Mensageiro de Bâle, em Berlim, em Turim e Paris, onde os leitores de minhas obras me ofereceram um banquete, presidido pelo Senador Gorot. Custou-me toda essa brincadeira, inclusive o banquete que me foi oferecido, cerca de dez mil francos, quase toda a herança do crédulo e bom Barão de Jacuecanga¹⁶⁸.

Castelo não se arrependia de tudo que viveu, e pelo que passou. A opção para o ensino de javanês, uma língua que desconhecia, fora a alternativa para a sobrevivência, para que se livrasse das agruras na cidade-grande. Fez-se como professor de javanês, língua que ninguém conhecia. E justificava-se:

Não perdi meu tempo nem meu dinheiro. Passei a ser uma glória nacional e, ao saltar no cais Pharoux, recebi uma ovação de todas as classes sociais e o presidente da república, dias depois, convidava-me para almoçar em sua companhia. Dentro de seis meses fui despachado cônsul em Havana, onde estive seis anos e para onde voltarei, a fim de aperfeiçoar os meus estudos das línguas da Malaia, Melanésia e Polinésia¹⁶⁹.

A glória nacional, ovacionada por todas as classes, recebida pelo presidente da república, com quem almoçara, surgira de uma farsa, de uma mentira. Havia legitimidade na atitude?

A literatura de Lima Barreto enceta preocupação perene com a solidariedade humana; trata-se de ideia base que cimentou todo seu caminho como autor. Nesse sentido:

168 Lima Barreto, cit., p. 31.

169 Lima Barreto, cit., *lô.cit.*

O primeiro sintoma da autenticidade dessa convicção é o sentimento misto de desprezo e náusea que o autor votava a toda e qualquer atitude, emoção, símbolo, objeto ou pessoa que pudesse significar uma ameaça para a identificação profunda entre todos os seres humanos. Assim era com a concorrência, as rivalidades, as hostilidades, os animais ferozes, os galos de briga, os esportes violentos, a guerra, os motins e levantes, qualquer forma de conflito e violência enfim. Era obsedante a sua revolta contra a ‘filosofia da força’, pretensamente inspirada em Nietzsche [...]¹⁷⁰.

Parece que Lima Barreto pretendia alcançar equilíbrio nas relações humanas, que deveriam ser marcadas pela franqueza e pela honestidade; não haveria espaço para chicanas. De tal modo, inconcebível o triunfo que decorreria de uma mentira. *O Homem que Sabia Javanês* é, assim, denúncia contra bacharelismo que não tinha limites para que se alcançasse posição social de relevo:

Simultânea à preocupação da solidariedade, havia no autor o anseio de uma estabilidade fundamental de todas as coisas, que neutralizasse toda forma de concorrência entre os homens e reorientasse as energias daí tiradas no sentido de um convívio mais íntimo, profundo e simpático com a natureza, seus frutos e seus filhos¹⁷¹.

O *truque* usado por Castelo rompe com concorrência natural que deveria reger as relações humanas. A denúncia reflete a vida de Lima Barreto e, nos termos de estudiosa de nossa literatura:

Afonso Henriques de Lima Barreto (1883-1922) nasce e morre no Rio de Janeiro: e sua existência é (em tríptico com as vidas de Cruz e Sousa, negro, e Machado de Assis, mulato dissimulado) aquela mesma, atribulada e complexada, do homem de cor numa sociedade não racista, mas classista: e em que, não por acaso, a cor coincide amiúde com a classe. Machado de Assis reagia com a epilepsia e a integração, Lima Barreto com o alcoolismo e o protesto socialista. Seu mundo não é o alto-burguês de Machado de Assis, mas o pequeno-burguês e proletário das suas personagens gogolianas: escritvães, empregadinhos, gente de bairros suburbanos em época de serenatas e tragédias de periferia. E cada página escrita transpira à autobiografia: a história transposta do mestiço que foi Lima Barreto, filho de um tipógrafo e de uma professora primária, órgão de mãe aos sete anos, protegido pelo padrinho, o visconde de Ouro Preto [...] hóspede com o pai, que aí trabalha como guarda e depois levará

170 Nicolau Sevckenko, *Literatura como Missão- Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*, p. 221.

171 Nicolau Sevckenko, loc. cit.

consgo a lembrança alucinante vida afora, alcoólatra precoce e, por sua vez, hóspede intermitente de manicômios. Mas também intelectual empenhado como poucos e, culturalmente preparado pela leitura dos grandes romances franceses e russos para a adesão entusiasta à Revolução de Outubro¹⁷².

O relato do *Homem que Sabia Javanês* é autobiográfico na medida em que o autor se vê como quem quer que tenha sido prejudicado com os meios que Castelo usou para alcançar o cargo público que detinha. Não se trata de autobiografia, no sentido de que Lima Barreto se retrataria em Castelo, evidentemente.

O conto é autobiográfico, bem entendido, porquanto Lima Barreto se via como membro de qualquer sociedade que desprezasse a meritocracia, em favor do apadrinhamento. Assim:

Afonso Henriques de Lima Barreto retratou-se impiedosamente nas obras que realizou. Não somente a si mesmo, como a toda a humanidade, captando o que há de essencial na alma humana: o amor. Por mais contraditório que pareça falar de tal sentimento, uma vez que o escritor não o tratou diretamente na obra e, muito menos, em vida. Demonstra, ao contrário, que sempre esteve longe de tal sentimento. Mas é justamente da negação que vem a confirmação¹⁷³.

A verdade que substancializa o pensamento de Castelo, denunciada por Lima Barreto, previa relatividade que nos remete a aforismo de Nietzsche:

O conhecimento só pode admitir como motivos o prazer e o desprazer, o proveitoso e o nocivo: mas como se arrumarão esses motivos com o senso da verdade? Pois eles também se ligam a erros (na medida em que, como foi dito, a inclinação e a aversão, e suas injustas medições, determinam essencialmente nosso prazer e desprazer. Toda a vida humana está profundamente embebida na inverdade: o indivíduo não pode retirá-la de tal poço sem irritar-se com seu passado por profundas razões, sem achar descabidos os seus motivos presentes, como os da honra, e sem opor zombaria e desdém às paixões que impelem ao futuro e a uma felicidade neste¹⁷⁴.

172 Luciana Stegagno-Picchio, *História da Literatura Brasileira*, p. 441.

173 Zélia Nolasco-Freire, Lima Barreto- *Imagem e Linguagem*, p. 123.

174 Friedrich Nietzsche, Humano, *Demasiadamente Humano*, p. 40.

Poder-se-ia argumentar que Castelo não causou mal a ninguém, e que até fora importante no resgate histórico do velho Barão, que morreu acreditando ter cumprido a promessa de traduzir o livro que lhe servia de amuleto. Ter-se-ia como suporte teórico uma compreensão de gradualização da verdade, e a questão fora mais uma vez abordada pelo ceticismo de Nietzsche:

Pretensos graus de verdade. – Um dos mais frequentes erros de raciocínio é este: se alguém é verdadeiro e sincero conosco, então ele diz a verdade. Assim a criança acredita nos julgamentos de seus pais, o cristão nas afirmações dos fundadores da Igreja. De igual maneira, não se quer admitir que tudo o que os homens defenderam com o sacrifício da felicidade e da vida, em séculos passados, eram apenas erros: talvez se diga que eram estágios da verdade. Mas no fundo as pessoas acham que, se alguém acreditou honestamente em algo e lutou e morreu por sua crença, seria bastante injusto se apenas um erro o tivesse animado. Tal acontecimento parece contradizer a justiça eterna: eis porque o coração dos homens sensíveis sempre decreta, em oposição a sua cabeça, que entre as ações morais e as percepções intelectuais deve necessariamente existir uma ligação. Infelizmente não é assim: pois não há justiça¹⁷⁵.

E complementava o filósofo alemão, suspeitando de qualquer forma de verdade, assunto que será retomado pelo chamado pensamento pós-moderno, especialmente na crítica que se opõe às chamadas *grandes narrativas*:

A mentira. – Por que, na vida cotidiana, os homens normalmente dizem a verdade? – Não porque um deus tenha proibido a mentira, certamente. Mas, em primeiro lugar, porque é mais cômodo; pois a mentira exige invenção, dissimulação e memória [...]¹⁷⁶.

Castelo teve grande trabalho em sustentar a mentira. Quando indagado a respeito de onde aprendeu javanês, inventou um pai marinheiro que passara pela Bahia. Teria de se lembrar frequentemente da urdidura que tramou, correndo o risco de ser desmascarado, o que poderia ter acontecido com a necessidade de intérprete para o marinheiro preso no Rio de Janeiro, não fosse a autoridade diplomática holandesa.

175 Friedrich Nietzsche, cit., p. 56.

176 Friedrich Nietzsche, cit. loc. cit.

Retomando-se o problema colocado alguns parágrafos acima, deve-se afirmar que há prejuízos causados por Castelo. A vaga de cônsul fora preenchida por um estelionatário da cultura. Suposta harmonia, idilicamente imaginada por Lima Barreto fora rompida. Na impressão de seu mais importante biógrafo,

Na sua aparente humildade, não era homem para se dobrar a ninguém. O orgulho doía-lhe mais que o estômago. E assim, as oportunidades que apareciam não foram aproveitadas, por inteiro, contribuindo apenas, a cada malogro, para aumentar-lhe o sentimento de revolta, que foi nele, por assim dizer, inato¹⁷⁷.

Ao denunciar o *homem que sabia javanês* Lima Barreto tornava pública a revolta que vivia. Intelectual, porém com possibilidades limitadas de ascensão social, por conta das origens e da ascendência escrava, Lima Barreto fora preterido inúmeras vezes. Não conseguiu a imortalidade da Academia Brasileira de Letras. Jamais foi lembrado para posto no exterior. Mofou como amanuense em repartição pública que odiava. Enquanto isso, *muitos professores de javanês* atendiam congressos e representavam o país no exterior. Quando voltavam, eram recebidos com júbilo. Lima Barreto, vencido pela dipsomania, terminava seus dias num manicômio.

Se os fins justificariam de fato os meios, a premissa legitimaria a estratégia de Castelo. Se do ponto de vista kantiano, a verdade o é para quem o merece, não se saberá se o velho Barão teria direito de não ser enganado. Mas se a verdade é imperativo para convivência sadia e igualdade de chances de concorrência, o *Homem que Sabia Javanês* inscreve-se no panteão nacional que plasma anti-heróis marcados pelo mau-caráter.

6 Lima Barreto e a justificação de imaginário discurso ambientalista

Certo discurso ambientalista tradicional recorrentemente busca indícios de que o problema ambiental seja universal (e de fato é), atemporal (nem tanto) e generalizado (o que desejável). Alguma

177 Francisco de Assis Barbosa, cit., p. 131.

ingenuidade conceitual poderia marcar ambientalismo apologético; haveria dilemas ambientais em todos os lugares, tempos, culturas.

É a bambificação da natureza. Necessária, no entanto, como condição de sobrevivência. Há quem tenha encontrado normas ambientais na Bíblia, no direito grego, e até no direito romano. São Francisco de Assis, nessa linha, prosaica, seria o santo padroeiro das causas ambientais; falava com plantas e animais.

A proteção do meio ambiente seria, nesse contexto, instintiva, predeterminando objeto e objetivo. Por outro lado, e este é o meu argumento, quando muito, e agora utilizo uma categoria freudiana, a pretensão de proteção ambiental seria pulsional, dado que resiste a uma pressão contínua, variável na intensidade.

Assim, uma dimensão qualitativa, e não quantitativa, é que deveria se enfrentar a questão, que também é cultural. E que culturalmente pode ser abordada. É o que pretendo demonstrar.

O problema, no entanto, é substancialmente econômico. O dilema ambiental só se revela como tal, quando o meio ambiente passa a ser limite para o avanço da atividade econômica. É nesse sentido que a chamada internalização da externalidade negativa exige justificativa para uma atuação contra-fática. Recorre-se à surrada metáfora do *cowboy* e da astronave. No mundo pré-industrial não havia limites, vivia-se à moda do *cowboy*, a integração com a natureza se fazia na desenfreada exploração, pura e simplesmente. Integrar era dominar. No mundo da astronave integrar é conservar.

Uma nuvem de problematização supostamente filosófica também rondaria a discussão. Antropocêntricos acreditam que a proteção ambiental seria narcisística, centrada e referenciada no próprio homem. Os geocêntricos piamente entendem que a natureza deva ser protegida por próprios e intrínsecos fundamentos e características. Posições se radicalizam. O presente debate em torno do Código Florestal é de meu argumento uma prova a ser explorada.

Insisto. O problema é econômico. Há pista linguística que sugere chave interpretativa e convergência conceitual: substantivos “economia” e “ecologia” convergem para a percepção grega de “oikos”, de onde em nosso vernáculo ‘eco’, identificando-se algo assemelhado a “casa”, que o grego contemporâneo nominaria de “spiti”.

A linha de argumento do ambientalista ingênuo lembra-nos o “salto do tigre” enunciado pelo filósofo da cultura Walter Benjamin, em uma de suas teses sobre a filosofia da história. Qual um tigre mergulhamos no passado, e apenas apreendemos o que interessa para nossa argumentação. É o que se faz, a todo tempo.

É em favor dessa forma simbólica (e válida) de pensar nossos problemas ambientais que pode se apresentar um ambientalismo “avant la lettre”, em forma de argumentação saudosista, que colho em Lima Barreto, em uma crônica publicada em 27 de fevereiro de 1920, reproduzida em recolha de suas obras completas.

Reporto-me a crônica “O Cedro de Teresópolis”. Lima Barreto inicia o texto observando que um eminente poeta (Alberto de Oliveira) estaria empenhado *em impedir que um proprietário ganancioso derrubasse um cedro venerável que lhe cresce nos terrenos*¹⁷⁸. A árvore, segundo o cronista, seria *remanescente de antigas florestas que outrora existiram para aquelas bandas e viu crescer Teresópolis já adulto*¹⁷⁹. E ainda sobre a emblemática árvore, Lima Barreto lembrou que

Não conheço essa espécie de árvore, mas deve ser bela porque Alberto de Oliveira se interessa pela sua conservação. Homem de cidade, tendo viajado unicamente de cidade para cidade, nunca me foi dado ver essas essências florestais que todos que as contemplam, se enchem de admiração e emoção superior diante dessas maravilhas naturais¹⁸⁰.

Ainda defendendo o poeta, cujo gesto seria, no entender do cronista, *louvável*, em face do qual não haveria *homem de mediano*

178 Lima Barreto, Afonso Henriques, *Bagatelas*, p. 276.

179 Lima Barreto, cit., loc.cit.

180 Lima Barreto, cit., loc.cit.

*gosto que não o aplauda do fundo d'alma*¹⁸¹, Lima Barreto observou que Alberto de Oliveira tentara comprar, ao dono, as terras onde crescia a emblemática árvore. Tentava-se levantar uma subscrição para a aquisição do terreno. Comentando o pouco caso que havia para com o ambiente natural, Lima Barreto escreveu:

[...] Não é que tenha dúvidas sobre a generosidade de nossa gente rica; o meu ceticismo não vem daí. A minha dúvida vem do seu mau gosto, do seu desinteresse pela natureza. Excessivamente urbana, a nossa gente abastada não povoa os arredores do Rio de Janeiro de vivendas de campo com pomares, jardins, que os figurões graciosos como a linda paisagem da maioria deles está pedindo. Os nossos arrabaldes e subúrbios são uma desolação. As casas de gente abastada têm, quando muito, um jardinzito liliputiano de polegada e meia; e as da gente pobre não têm coisa alguma. Antigamente, pelas vistas que ainda se encontram, parece que não era assim. Os ricos gostavam de possuir várias chácaras, povoadas de laranjeiras, de mangueiras soberbas, de jaqueiras, dessa esquisita fruta-pão que não vejo mais e não sei há quantos anos não a como assada e untada de manteiga. Não eram só essas árvores que a enchiam, mas muitas outras de frutas adorno, como as palmeiras soberbas, tudo isso envolvido por bambuais sombrios e sussurrantes à brisa¹⁸².

O saudosismo era explícito na crônica. Lima Barreto reclamava da ausência dos jasmineiros das cercas, dos tapumes de maricá, que os subúrbios e arredores do Rio guardavam *dessas belas coisas roceiras, destroços como recordações*¹⁸³. E a crônica, não esqueça o leitor, data de 1920... Para Lima Barreto, da natureza exuberante de outrora só havia restos:

São restos de bambuais, de jasmineiros que se enlaçavam pelas cercas em fora; são mangueiras isoladas, tristonhas, saudosas das companheiras de alameda que morreram ou foram mortas. Não se diga que tudo isso desapareceu para dar lugar a habitações; não, não é verdade. Há trechos e trechos grandes de terras abandonadas, onde os nossos olhos contemplam esses vestígios das velhas chácaras da gente importante de antanho que tinha esse amor fidalgo pela ‘casa’ e que deve ter amor e religião para todos. Que os pobres não possam exercer esse culto; que os médios não o possam também, vá lá! E compreende-se; mas os ricos, qual o motivo? Eles não amam a natureza; não tem, por lhes faltar irremediavelmente o gosto por

181 Lima Barreto, cit., loc.cit.

182 Lima Barreto, cit., loc.cit.

183 Lima Barreto, cit., p. 277.

ela, a iniciativa para escolher belos sítios, onde erguerem as suas custosas residências, e eles não faltam ao Rio¹⁸⁴”.

O cenário do Rio de Janeiro era vilipendiado, Lima Barreto denunciava que não se respeitava nenhum palmo de terra. Geografia e topografia da cidade se alteravam substancialmente:

Atulham-se em dois ou três arrabaldes que já foram findos, não pelas edificações, e não só pelas suas disposições naturais, mas também, e muito, pelas grandes chácaras que neles havia. Botafogo está neste caso. Laranjeiras, Tijuca e Gávea também. Aos famosos melhoramentos que têm sido levados a cabo nestes últimos anos, com raras exceções, tem presidido o maior contra-senso. Os areais de Copacabana, Leme, Vidigal, etc., é que tem merecido os carinhos dos reformadores apressados. Não se compreende que uma cidade se vá estender sobre terras combustas e estéreis e ainda por cima açoitada por ventos e perseguidas as suas vias públicas pelas fúrias do mar alto. A continuar assim, o Rio de Janeiro irá por Sepetiba, Angra dos Reis, Ubatuba, Santos, Paranaguá, sempre procurando os areais e os lugares onde mar se possa desencadear em ressacas mais fortes¹⁸⁵.

Lima Barreto mostrava desconsolo para com o estado das coisas, para com o abandono da cidade que tanto amava, e por onde tanto perambulava:

O estado dos arredores do Rio, abandonados, enfeitados com construções contra-indicadas, cercados de terrenos baldios onde ainda crescem teimosamente algumas grandes árvores das casas de campo de antanho, faz desconfiar que os nababos de Teresópolis pouco se incomodam com o cedro que o turco quer derrubar, para fazer caixas e caixões que guardem quinquilharias e bugigangas. Daí pode ser que não; e eu desejaria muito que tal acontecesse, pois deve ser um soberbo espetáculo contemplar a magnífica árvore, cantando e afirmando pelos tempos em fora, a vitória que obteve tão-somente pela força de sua beleza e majestade¹⁸⁶.

A crônica é indicativa de que a degradação urbana é fato que se reproduz no tempo, e que não é vergonha de nossa época, tão somente. É comprovação também do papel combativo que a literatura exerce, em todas as suas formas. A crônica aqui apresentada é linha de argumento

184 Lima Barreto, cit., loc.cit.

185 Lima Barreto, cit., loc.cit.

186 Lima Barreto, cit., p. 279.

em favor de uma causa, ainda que num contexto diverso, e formulado com outros propósitos.

Comprova que a literatura pode convergir com o direito, que é funcionalista, e que serve objetivamente para algo, que não é metafísica, e que se materializa em fortíssima compreensão retórica, acenando com a vitória para aqueles que bem argumentam, nada obstante a validade da causa. Para nosso consolo, a causa ambiental é reveladora de uma preocupação honesta, como honestas eram as preocupações desse grande lutador, ainda que desajustado, que foi Lima Barreto.

Conclusões

Lima Barreto destaca-se como escritor que denunciou a hipocrisia das instituições políticas e sociais da época na qual viveu. Errático, protagonista de vida marcada pela tragédia e pela humilhação, Lima Barreto verbalizou a exclusão sentida e a luta contra os preconceitos.

A originalidade de sua prosa qualifica pensador que problematizou a verdade, o ufanismo, as instituições nacionais, a política, o formalismo, o elitismo intelectual e a burocracia.

O *Homem que Sabia Javanês* é conto essencial no repertório da literatura brasileira ao questionar a relação entre fins e meios no contexto de uma tarefa supostamente intelectual. A língua *javanesa*, imaginária, hermética e inventada, seria, na percepção de Lima Barreto, o dialeto da intelectualidade pedante brasileira da República Velha. *O Triste Fim de Policarpo Quaresma* é livro genial que condena o ufanismo, a aspiração de um ideal de pátria, além de retratar com fino humor a tumultuada presidência do alagoano Floriano Peixoto.

As *Crônicas* de Lima Barreto sugerem uma concepção radicalmente realista da burocracia e de um Estado pensado e organizado para a manutenção dos privilégios de alguns. A *República dos Bruzundangas* é retrato também realista do Brasil do início do século XX, marcado pelo domínio de alguns beneficiados pelo sistema, a exemplo do grupo que teria conduzido nossa política externa. O Barão

do Rio Branco foi alvo de recorrentes críticas de Lima Barreto. A prosa de Lima Barreto sugere várias leituras, e o exemplo imaginário de um *Lima Barreto ambientalista* é da assertiva interessante exemplo.

O escritor Lima Barreto produziu extensa obra marcada por uma constante crítica a tudo que lhe rodeava. Lima Barreto fulminou as instituições, mostrando-se como o mais arguto denunciador de nossos arranjos organizacionais. É, assim, figura emblemática de um intrigante antifetichismo institucional.

Bibliografia

ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizizes do Poder- O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

ARISTODEMOU, Maria. *Studies in Law and Literature: Directions and Concerns*. 22 *Anglo-American Law Review*, 1993, pp. 157-193.

BAGNO, Marcos. *Dramática da Língua Portuguesa-Tradição Gramatical, Mídia & Exclusão Social*. São Paulo: Loyola, 2005.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto*, Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

BARON, Jane B. *Law, Literature, and the Problems of Interdisciplinarity*. 108 *Yale Law Journal*, 1998, pp. 1059-1085.

BARON, Jane B. *The Rhetoric of Law and Literature: A Skeptical View*. 26 *Cardozo Law Review*, 2004, pp. 2273-2281.

BASTOS, Aurélio Wander, *O Ensino Jurídico no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2000.

BENJAMIN, Walter. *Illuminations*. New York: Sochen Books, 1985.
Tradução do alemão para o inglês de Harry Zohn.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol. 6. *Declínio e Queda do Império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei- A construção da imagem pública de Luís XIV*. São Paulo: Jorge Zahar, 1994. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges.

CALVO, José. *La Justicia como Relato*. Málaga, Agora, 2002.

CAMPBELL, W. John. *The Book of Great Books*. New York: Metrobooks, 1997.

COELHO, Assis, *Lima Barreto – um Caminhante Libertário*, São Paulo: Barauna, 2010.

CUTI, Luiz Silva, *Lima Barreto*, Coleção Retratos do Brasil Negro, São Paulo: Selo Negro, 2011.

DERRIDA, Jacques. *Força de Lei*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Tradução de Leyla Perrone-Moysés.

FAUSTO, Boris (direção), *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, vol. 9. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FERGUSON, Robert A. *Law and Letters in American Culture*. Cambridge: Harvard University Press, 1984.

GAY, Peter. *The Enlightenment- The Rise of Modern Paganism*. New York: W.W. Norton, 1995.

GILENO, Carlos Henrique, *Lima Barreto e a Condição do Negro e do Mulato na Primeira República (1889-1939)*, São Paulo: Annablume, 2010.

KOTHE, Flávio R. *O Cânone Colonial*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques, *Bagatelas*, São Paulo: Brasiliense, 1956.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques, *Correspondência*, São Paulo: Brasiliense, 1956.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques, *Diário Íntimo*, São Paulo: Brasiliense, 1956.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Os Bruzundangas*. Belo Horizonte: GARNIER, 1998.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques, *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, São Paulo: Brasiliense, 1956.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques. *Os Melhores Contos*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

LIMA BARRETO, *Os Bruzundangas*. Rio de Janeiro: Garnier, 1998.

LIMA BARRETO, *Toda Crônica*, vol. 1 e 2. Organização de Beatriz Resende e de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

LIMA BARRETO, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MacLACHLAN, Colin M. *A History of Modern Brazil – The Past against the Future*. Willmington: SR Books, 2003.

MARTINS, Wilson, *História da Inteligência Brasileira*, vol. VI. História da Inteligência Brasileira. São Paulo: Cultrix, 1978.

MERQUIIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides- Breve História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

MONTESQUIEU, Barão de – Charles Louis de Secondat. *Cartas Persas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960. Tradução de Mauro Barreto.

NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, Demasiadamente Humano – um Livro para Espíritos Livres*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. Tradução de Paulo César de Sousa.

NOLASCO-FREIRE, Zélia, *Lima Barreto- Imagem e Linguagem*, São Paulo: Annablume, 2005.

OAKLEY, R. J., *Lima Barreto e o Destino da Literatura*, São Paulo: Editora da UNESP,

OST, François. *Contar a Lei – As Fontes do Imaginário Jurídico*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005. Tradução de Paulo Neves.

- PARATORE, Ettore. *História da Literatura Latina*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s.d. Tradução de Manuel Losa.
- PONTES, Cleto, *Machado de Assis, Lima Barreto e o Hospital Psiquiátrico*, Fortaleza: Armazém da Cultura, 2010.
- POST, Deborah Waire. *Teaching Interdisciplinarily: Law and Literature as Cultural Critique*. 44 Saint Louis University Law Journal, 2000, pp. 1247-1272.
- ROSSO, Mauro, *Lima Barreto e a Política: Os “Contos Argelinos” e outros textos recuperados*, Rio de Janeiro: Editora da PUC e São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- SEATON, James. *Law and Literature: Works, Criticism and Theory*. 11 Yale Journal of Law and the Humanities, 1999, pp. 479-507.
- SEGATTO, José Antonio e BALDAN, Ude. *Sociedade e Literatura no Brasil*. São Paulo: UNESP, 1999.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck, *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2004. Tradução de Pérola de Carvalho e de Alice Kyoko.
- SWIFT, Jonathan. *Gulliver’s Travels*. London: Thomas Nelson and Sons Ltd, s.d.
- TARNAS, Richard. *The Passion of the Western Mind*. New York: Ballantine Books, 1993.
- VENANCIO FILHO, Alberto. *Das Arcadas ao Bacharelismo*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

WAGGONER, Alvin. *Mark Twain – Legal Reformer*. 3 *Kansas City Law Review*, pp. 107-108, 1934.

WARD, Ian. *The Educative Ambition of Law and Literature*. 13 *Journal of Legal Studies*, 1993.